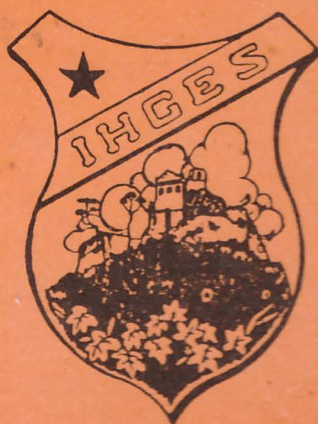


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1992/1993

Nº 42

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

DIRETORIA - 1991/1993

Grande Conselho com status de Presidente de Honra:

Antônio Monjardim

Presidente:

Henato José Costa Pacheco

Vice-Presidente e Editor da Revista:

Orlando Moraes

2º Vice-Presidente e Curador Mor da Casa Elm. Elton:

Francisco Schwarz

3º Vice-Presidente:

Carlos Teixeira de Campos

Tesoureiro:

José Hygino de Oliveira

Tesoureiro Adjunto:

Frederico Alexandre Filho

Secretário Geral:

Miguel Depes Tallon

Secretário Adjunto:

Margareth Veiros Zaganelli

Encarregada da Biblioteca Augusto Lima:

Léa Brígida Lima de Alvarenga Rosa

Orador:

José Gonçalves da Silva

Vice-Orador:

Nelda Lúcia de Moraes

Comissão da Revista:

Orlando Moraes, Levy Rociá e Sebastião Pimentel Franco

Esta Revista é publicação anual, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo, e, a partir de 1991, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Vitória, na forma de Convenio firmado em decorrência da Lei Municipal nº 3.748 de 26.09.1991.

Distribuição gratuita às Escolas do Município de Vitória.

Pedidos à Caixa Postal nº 1561 - Vitória - ES - 29.000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1992/1993

Nº 42

Índice

ESTUDOS E ENSAIOS

Estado e cidadania no Brasil - Miguel Depes Tallon	9
Cultura política e impasses democráticos no Brasil - João Gualberto Vasconcellos	51
Colonização da Imperial colônia do Rio Novo do Sul - Arlete da Silva Cypreste	73
A fundação e os fundadores da República - José Schiavo . . .	81

DISCURSOS E PALESTRAS

Discurso de posse - José Carlos Fonseca	91
Lançamento de selo - Janete de Medeiros	93
Discurso de posse - Francisco Aurélio Ribeiro	97
Christiano Fraga - 100 anos - Renato Pacheco	103
Discurso de agradecimento - Halza Fraga Ramalhete	109
A colonização do solo espírito-santense - Yvonne Amorim .	111

CRÔNICAS, COMENTÁRIOS E NOTAS

Homenagem fraterna a Alberto Stange - Carlos Campos . .	121
Dois ilustres consócios que se foram - A. Isaias Ramires . .	123
História do Banestes - Ormando Moraes	127
O lar e a escola - Manoel Pedro Ferraz	129

Voltando ao Cachoeiro antigo - Manoel Gonçalves Maciel . . .	131
A linha do trem - Ivan Borgo	133
A Justiça e o Ministério Público capixabas no início do século - J. Pires Amorim	135

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA

Oração à juventude - Rubem Braga	139
Correspondência entre escritores - Guilherme Santos Neves a Hermógenes Lima Fonseca	143
Parque Moscoso - Poema de Raul Oliveira	145

RELATÓRIO DA DIRETORIA	155
----------------------------------	-----

Estudos e Ensaaios

Estado e cidadania no Brasil

Miguel Depes Tallon

Honrado pela delegação que me conferiu o **Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, de proferir, nesta oportunidade, para os senhores, a presente palestra, no momento em que confesso minha pequenez para tão ciclópica tarefa, que, a bem da verdade, deveria competir ao escritor e historiador **RENATO JOSÉ COSTA PACHECO**, devo dizer, também, que gostaria de começar lembrando um verso - mais que um simples verso, uma advertência - do poeta persa Firdusi: "o que direi, todos já disseram".

Um outro esclarecimento se impõe por indispensável. É que, nem de longe, pretendô chegar próximo ao esgotamento do assunto, por sua própria natureza, complexo. Quero, apenas, deixar bem claro, que as opiniões, que aqui emitirei, são de cunho absolutamente pessoal, sem o menor propósito de proselitismo. É que, no Brasil, ao contrário do que se passou com as demais nações latino-americanas, num processo de evolução natural, no dizer de Carlos Lessa,

*"o Estado veio antes da nação, até porque a nossa independência não se processou por uma ruptura do mundo colonial, mas de um "aggiornamento" das relações coloniais com os setores que dominavam o período colonial". (LESSA, Carlos. Quando o Estado vem antes da Nação. In: **Jornal do Brasil**. Caderno-B-Especial, Rio de Janeiro, 28.mai.89, p.4),*

conforme tentarei demonstrar mais à frente. É que, por uma questão de

lógica, gostaria, antes, de tecer algumas rápidas considerações sobre a questão do Estado, até porque, consoante já lembrava Silveira Martins

"o poder é o poder e aí do poder se não fosse o poder". (MARTINS, Silveira. apud BASTOS, Aurélio Wander. O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República. In: **O balanço do poder** - formas de dominação e representação. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed. IUPERJ, p.41, 1990).*

Embora se encontrem referências concretas sobre a existência do Estado, nas obras de Aristóteles, Tucídides e Políbios, entre tantos dos antigos, apenas a partir de Maquiavel seria o Estado entronado na esfera política. Hannah Arendt, a esse respeito, assim se manifesta:

*"A nova palavra que Maquiavel introduziu na esfera política, e que tinha sido usada antes dele, foi a palavra 'Estado', 'lo stato'. (ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo Ática. Brasília : Editora UNB, p.32, 1988).*

Para não alimentar uma discussão, que, conforme se percebe, escaparia aos meus propósitos originais, desejo assinalar que prefiro a concepção marxista de Estado, como a que mais correta me parece. Ao contrário do que alguns pensam, chegando mesmo a afirmar, não vejo no desmoronamento dos regimes políticos do Leste Europeu o desmoronamento do Marxismo. Muito pelo contrário, penso que renasce aí, revigorado, reencontrado com suas origens democráticas da Revolução de Outubro, vertente da qual foi desviado pelo modelo de Estado, implantado por Lênin e aperfeiçoado por Stalin, o verdadeiro Marxismo.

Ralph Milliband, citado por José Nilo Tavares, assim se manifesta:

*"o próprio Marx, como se recorda, nunca completou um estudo sistemático do Estado. Esta era uma das tarefas que esperava realizar, como parte de um vasto esquema de trabalho, que havia projetado na década de 1850, da qual apenas concluiu o 1º volume d' **O capital**. Contudo, aparecem, em quase todos os seus escritos, referências ao Estado, em diferentes tipos de sociedade: no que diz respeito às Sociedades Capitalistas, seu principal ponto de vista sobre o Estado foi sintetizado na conhecida*

formulação do 'Manifesto Comunista' 'O governo do Estado moderno não é mais que o comitê destinado a defender os interesses da burguesia'. De qualquer forma este conceito reaparece várias vezes nas obras de Marx e Engels, apesar dos aperfeiçoamentos e melhorias ocasionalmente introduzidas em suas discussões sobre o Estado - particularmente para enfatizar o relativo grau de autonomia de que o Estado dispõe em certas ocasiões -, jamais abandonaram o ponto de vista de que na sociedade capitalista o Estado apresentava-se, acima de tudo, como instrumento de dominação da classe dominante, ela própria definida em termos de detentora da propriedade e de controladora dos meios de produção".

E mais adiante:

"Em grande parte, os marxistas têm-se contentado em aceitar essa tese como relativamente evidente por si própria, e tomam como o melhor texto o de Lênin, 'O Estado e a Revolução', que tem meio século de existência e, essencialmente, consiste numa reafirmação e numa elaboração das concepções de Engels e de Marx sobre o Estado, e em uma entusiástica defesa de sua validade na época do Imperialismo. Desde então, a única contribuição de monta à teoria do Estado Marxista foi a de Antônio Gramsci, cujas notas esclarecedoras sobre o assunto apenas muito recentemente, fora da Itália, mereceram certo reconhecimento". (MILLIBAND, Ralph, apud TAVARES, José Nilo. O conceito marxista de Estado: uma introdução. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, n.7, jan. 1979, p. 100).

Mais ou menos à mesma época em que Milliband tecia suas considerações, Louis Althusser acrescentava:

"a tradição marxista é formal: o Estado é concebido explicitamente, desde o 'Manifesto', e o '18 Brumário (...)' como aparelho repressivo. O Estado é uma 'máquina de repressão, que permite às classes dominantes (...) assegurar sua dominação sobre a classe operária para

submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia. O Estado é, desde então, sobretudo aquilo que os clássicos do marxismo denominaram 'Aparelho de Estado...' "(ALTHUSSER, Louis, apud TAVARES, José Nilo. op. cit. p. 101).

Tenho, pois, para efeito do que direi sobre o Estado Brasileiro, como pacificada a noção de que, em verdade, é o Estado o instrumento reprodutor das relações de dominação da classe dominante.

II

"Quem quiser saber das coisas deve ir às suas origens", é o que ensina Franklin de Oliveira. Assim, nada melhor que tentar buscar as origens da cidadania.

No entender de Hélio Jaguaribe,

*"uma das características mais generalizadas da cultura política grega é a noção de cidadania. Tal noção define a vinculação da pessoa a uma determinada 'pólis', por laços essencialmente familísticos e estabelece, concomitantemente, a permanente obrigação de defesa da cidade e de contribuição para seu bem geral e o direito de opinar sobre seus destinos. É em virtude desta última implicação do conceito de cidadania que, em sentido lato, todas as cidades gregas foram tecnicamente democráticas". (JAGUARIBE, Hélio. Introdução. In: **A democracia grega**. Brasília : Editora UNB., p.3, 1981).*

Mais à frente, o mesmo autor amplia a sua análise, recordando que

"a cidadania antiga, restrita à 'pólis', foi adquirindo um sentido residual, municipalista, desenvolvendo-se um sentido universal de cidadania, em sua dimensão mais ampla que compreende o conjunto do gênero humano, e, em sentido mais restrito, o mundo civilizado ou clássico, em oposição ao bárbaro. A ética - como já o havia proposto

Sócrates - deixou de ser coextensiva com a dedicação ao bem da 'pólis' e passou a se fundir num conceito universal de bem". (Ibidem, p. 5).

A formação da "pólis" era determinada pela conjugação de três grandes princípios: a **eleutéria**, que significa independência; a **autonomia**, designando poder próprio; e a **autarquia**, que quer dizer autogoverno. Segundo Antônio Medina Rodrigues, "a cidade era tudo para o cidadão grego. O verbo 'politeysthai', que significava 'tomar parte nos negócios públicos', também significava simplesmente 'viver'. "(RODRIGUES, Antônio Medina. **As utopias gregas**. São Paulo : Brasiliense, p.76, 1988).

Discorrendo sobre a "pólis", Hannah Arendt lembrava que,

"desde Heródoto, ela foi entendida como uma forma de organização política em que os cidadãos viviam juntos em condições de não-mando, sem uma distinção entre governantes e governados. Essa noção de não-mando era expressa pela palavra 'isonomia', cuja característica mais importante, entre as formas de governo, enumeradas pelos antigos, era a de que a noção de mando (a "arquia", de ἀρχή, em monarquia e aliarquia, ou a 'cracia', de κρατία, em democracia) estava inteiramente ausente dela". (Arendt, Hannah, op. cit., p. 24).

Explicando a questão da igualdade, Hannah Arendt acentuava que a isonomia assegurava a igualdade,

"não porque todos os homens tivessem nascido, ou tivessem sido criados iguais, mas ao contrário, porque os homens eram, por natureza (φύσις), desiguais, e necessitavam de uma instituição artificial, a 'pólis', a qual, em razão de sua νόμος, os tornaria iguais". (Ibidem, p.24-5).

E, continuando: "A igualdade da 'pólis' grega, sua isonomia, era um atributo da 'pólis' e não dos homens, os quais eram investidos nessa igualdade pela cidadania, e não em virtude do nascimento". (Ibidem, p. 25).

Essa participação política é que, segundo o clássico pensamento de

Aristóteles (o homem como "zoon politikon") distingue o homem dos animais. Não é só por ser "político", que o homem é diferente dos demais seres vivos. Fosse só isso e exceções teriam de ser abertas para as sociedades dos térmitas, das formigas, das abelhas, que também são políticas. A grande diferença reside no fato de o homem ser dotado de "logos", que o capacita a distinguir entre o bem e o mal. E é essa diferença - que revela não só a capacidade de falar, mas, também, a razão, a moralidade - que explica a aceção que "político" tinha para Aristóteles. Ser um "político", cidadão de uma "pólis", - dizia I. F. Stone - *"era uma honra. Significava que se tinha o direito de debater e votar a respeito das questões que afetavam a vida do cidadão e de toda a cidade"*. (STONE, I. F.. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo : Companhia das Letras. 27-8, 1988).

O próprio Stone, prosseguindo, aprofunda sua análise:

"Mas quando afirmou, no início de sua 'Política', que o homem era um 'animal político', Aristóteles não se referia às manifestações externas da 'pólis' enquanto entidade soberana, e sim, às relações internas que viabilizavam a existência da cidade. O que Aristóteles estava dizendo é que apenas o homem possuía as qualidades que tornavam possível a existência em comunidade, e para ele, como para a maioria dos gregos, a forma mais elevada de 'koinomia' - literalmente, 'comunidade' - era a 'pólis'. Segundo Aristóteles, ela era possível porque só o homem, dentre todos os animais, possuía o 'logos'. O 'logos' era mais do que a capacidade de falar. O termo denotava, também, a razão e a moralidade.

"Como o próprio Aristóteles observou, existem outras formas de vida social e gregária. Alguns insetos vivem em comum em colméias, e certos animais selvagens vivem juntos em bandos. Mas o que distingue o homem dos outros animais é ser ele o único a perceber o bem e o mal, o justo e o injusto. É esse senso de justiça intrínseco que confere ao homem seu instinto social, seu 'impulso', para usar o termo de Aristóteles, que o leva a viver em sociedade, e faz do homem 'um animal político em maior medida do que qualquer abelha ou qualquer animal gregário'." (Ibidem, p. 28).

Sucedendo à Helênica, surge a civilização Helenística, quando, segundo Julius Kaerst, pela primeira vez a idéia de comunidade foi estendida a todo o mundo. A corrente responsável por essa transformação foi a "Stoa", que cunhou "o conceito de Humanidade como conceito fundamental da ética social" (KAERST, Julius, apud OLIVEIRA, Franklin de. *Função Política da Literatura e da Arte*, In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v.2, p.83, 1978). Analisando as variantes de "civilização", "civildade" e "civil", para, finalmente, chegar a "cidadão" e ao conceito de cidadania, Franklin de Oliveira afirma:

"no italiano: 'civilizzazione, civiltà'; no espanhol: 'civilización'; em português: 'civilização'. Temos ainda 'civildade' (de 'civitas, civitatem') antigamente 'cidade'; e 'civilizar', 'civilizante', 'civilizador', 'civilizacional' - converter ao estado de civilização; e 'civil', o que pertence ao cidadão, o que diz respeito aos cidadãos entre si; o que não tem caráter militar ou eclesiástico; cortês, urbano, polido, social, o que não tem caráter criminal - 'civildade' ('civilitas', 'civilitatem') conjunto de princípios e regras que as pessoas observam entre si, quando bem educadas. No latim tardio temos ainda 'civitatum', de onde nos vem 'cidadão', primeiramente aquele que morava na cidade (o burguês), depois sinônimo de homem livre, portador de direitos civis - 'citoyen', na França do século XII, 'citizen', na Inglaterra do século XIV! Nasce na Europa o conceito de cidadania". (OLIVEIRA, Franklin de. Op. cit., p. 85-6).

Da Europa, a cidadania ganha um notável impulso com a Revolução Americana, para, em seguida, retornando à Europa, consolidar-se com a Revolução Francesa; que, inclusive, fará adotar "cidadão" como forma de tratamento.

Um dos instrumentos mais eficazes do exercício da cidadania é, sem maiores embargos, o voto. Mesmo na Europa, vanguardeira, à época, não foi fácil a trajetória do sufrágio até atingir a sua expressão plena. Tanto assim, que, em pleno século XIX, na Inglaterra, de cada seis adultos do sexo masculino - de longe, a maior parte da classe trabalhadora - estavam privados do direito do voto, nada menos que cinco! Além disso, sujeitava-se a parcela restante às mais variadas manipulações, porquanto somente em 1872 seria estabelecido o voto secreto. Não muito diversa era a situação nos demais países europeus. No Império Alemão e na França, o sufrágio

masculino só seria definitivamente implantado a partir de 1871. Na Suíça, em 1874; na Espanha, em 1890; na Bélgica, em 1893; na Holanda, em 1896; na Noruega, em 1898. Na Itália, embora tivesse ocorrido uma ampliação limitada, a partir de 1882, só em 1912 a maioria da população masculina recebeu o direito de voto. Na Inglaterra, só com a Terceira Lei de Reforma, em 1884, ampliou-se o direito do voto. Mas, mesmo assim, só em 1918 seria concedido o pleno sufrágio universal masculino e, só em 1928, às mulheres. Nos Estados Unidos, o sufrágio universal masculino foi introduzido, quase em todos os Estados, entre 1820 e 1840. Após 1869, o sufrágio foi gradualmente estendido às mulheres, até a emenda de 1920, estabelecendo o sufrágio universal feminino em todos os Estados da União. Na Nova Zelândia, o sufrágio masculino foi introduzido em 1879, e o feminino, em 1893.

O corolário dessa notável evolução não poderia ser senão o de ter inviabilizado a velha democracia parlamentar, que se tinha organizado na Europa, a partir das "ordens" do fim da Idade Média e do início dos Tempos Modernos. Tal alteração, que provocou a desagregação do sistema representativo liberal e individualista, trouxe uma nova forma de democracia: a dos cidadãos organizados em partidos.

Com o Estado dos Partidos, desenvolveu-se o que se convencionou chamar de "democracia das massas", completamente distinta da democracia liberal do século XIX.

III

Antes mesmo que nascesse como nação, o Brasil já era um Estado, por mercê e graça de El Rei D. João III, que a 17 de dezembro de 1548 baixava o documento que viria a ser considerado, por não poucos, como a primeira Constituição brasileira: o Regimento do Governo-Geral, depois conhecido como Regimento de Tomé de Souza, ou simplesmente por Regimento de Almeirim. A finalidade outra não era, senão a de "conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil". (TALLON, Miguel Depes. **História do Brasil**: do descobrimento ao período regencial". Vitória : Integral, p. 17, 1976).

Ainda que não colimasse substituir o sistema de capitanias hereditárias, que, ao contrário do que muita gente equivocadamente supõe,

não fracassou, o Governo-Geral continha visíveis propósitos centralizadores, com toda uma administração transplantada de Portugal para a colônia. O regimento regulava o funcionamento da administração e dos funcionários que a compunham, já que, com Tomé de Souza, chegaram à Bahia, em 1549, um provedor-mor, encarregado dos negócios fazendários; um ouvidor-mor, encarregado dos negócios da justiça; um capitão-mor-da-costa, encarregado da defesa, além de inúmeros funcionários e soldados. Achavam-se, pois, constituídos, todos os aparelhos necessários ao funcionamento de um Estado: a Fazenda Pública, a burocracia, o exército e mesmo a Igreja, visto ter vindo, também, um primeiro grupo de jesuítas.

O Estado que Portugal edificou no Brasil, ao longo de mais de três séculos de dominação colonial, foi, dentro do modelo weberiano de análise, eminentemente patrimonialista. Nesse sentido, é perfeitamente adequada a formulação elaborada por Raymundo Faoro, em **Os donos do poder** (Rio de Janeiro : Globo, 7. ed. 2v. 1987). Para Faoro, a colonização portuguesa engendrou o desenvolvimento, no Brasil, de um estado patrimonial. A sua evolução da Colônia ao Estado Novo representou, a um só tempo, a conservação de sua estrutura patrimonial e a transformação do estamento governamental, de estamento aristocrático em estamento burocrático.

Embora concordando com Faoro, quanto ao caráter patrimonialista que o Estado Imperial herdou da colonização lusitana, Fernando Uricoechea dele diverge no que perine à natureza da burocracia patrimonial. Nela, Faoro vislumbra, enquanto estamento dirigente, o próprio centro da reação conservadora, permanentemente a serviço da manutenção do Estado Patrimonial e de sua reprodução enquanto tal. Não é essa, todavia, a visão de Uricoechea, para quem o estamento burocrático dirigente constituía uma

*"força progressista, por constituir um pequeno núcleo racional dentro do Estado Patrimonial", tendendo, por via de consequência, a resistir à irracionalidade do patrimonialismo. (URICOECHEA, Fernando. **Minotauro Imperial**. São Paulo : Difel, 1978).*

Do Estado patrimonialista imperial, o Brasil evoluiria para o Estado racional-legal, o Estado moderno, que, no caso nacional, viria representado pelo Estado burguês. Décio Saes situa esse ponto de ruptura com o patrimonialismo entre os anos de 1888-1891, quando o país passa pela abolição da escravidão, pela proclamação da República e por sua

institucionalização jurídico-política. Octavio Ianni, entretanto, prefere apontar a Revolução de 30 como o grande divisor. Para Ianni,

*"o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas do tipo propriamente burguês". (IAANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. rev. e at., Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p. 25, 1986).*

Da visão de Ianni, dissente Décio Saes, afirmando que Ianni não teria qualificado o Estado brasileiro

*"a partir de uma análise específica da estrutura jurídico-política, e sim a partir da pura transposição para o plano do Estado, dos resultados obtidos na análise classificatória das relações de produção. Ou seja: para Ianni, como as relações de produção dominante na formação social brasileira pós-30 eram relações de produção capitalistas, o Estado brasileiro pós-30 deveria, automaticamente, ser definido como um Estado burguês ou capitalista. Esse procedimento reducionista, adotado por Ianni, obstaculizou a consideração do Estado como objeto relativamente autônomo de análise". (SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1881-1891**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p. 21, 1985).*

De qualquer forma, prefiro concordar com Ianni, na indicação de 1930, como ponto de ruptura, porquanto, a meu ver, ainda que a República tivesse, de fato, esboçado mais até que uma simples tentativa de racionalizar o Estado, tal racionalização em nenhum momento ocorreu, permanecendo intatas as estruturas fundamentais do Estado patrimonialista, que, ao contrário, teve suas bases robustamente fortalecidas pela República, tanto pelo autoritarismo imanente à sua gênese, visceralmente positivista, ditatorial e anti-povo, como pela política recorrente a que os presidentes se viram induzidos a praticar, fortalecendo as oligarquias regionais, que, por seu turno, favoreciam o mandonismo local, e que se tornou conhecida como "política dos governadores". Como se não bastasse, o sistema eleitoral adotado pela República tornou-se ainda mais excludente das massas, ao

estabelecer, entre outros, o odioso preconceito contra o analfabeto, impedindo-o de votar.

Com muita felicidade, Norberto Bobbio assinala que "o Estado como qualquer ser vivo, também se defende". (BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília : Editora UNB : São Paulo: Pólis, p.180, 1988). E dessa luta desigual, vai o brasileiro modelando a sua cidadania, mesmo sabendo, como ensina magistralmente Octavio Paz, que,

*"autor dos prodígios, crimes, maravilhas e calamidades dos últimos 70 anos, o Estado - não o proletariado, nem a burguesia - foi e é o personagem do nosso século. Sua realidade é enorme. A tal ponto que parece irreal: está em toda parte e não tem rosto. Não sabemos o que é nem quem é. Como os budistas dos primeiros séculos, que só podiam representar o Iluminado pelos seus atributos, nós só conhecemos o Estado pela imensidade das suas devastações. É o Desencarnado: não uma presença, mas uma dominação. É a impessoa". (PAZ, Octavio. **O Ogro filantrópico**. Rio de Janeiro : Guanabara, p.15, 1989).*

E mais à frente: "O Estado é uma máquina, porém é uma máquina que se reproduz sem cessar". (Paz, op. cit., p. 101).

Sobre tal relacionamento, Luciano Martins consigna que

*"o que se afirma, em síntese, é que o relacionamento Estado-sociedade é marcado, nos países de industrialização recente, pela desarticulação social que neles prevalece (...) pela natureza compósita de uma estrutura de classes dominantes em quase contínua transformação e pela presença de atores internacionais que detêm o controle de parte do sistema produtivo, ou fortemente influenciam as condições para a acumulação, sem que entretanto possam reivindicar 'droit de cité' enquanto atores políticos 'nacionais'. (MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p. 25).*

Tenho que, excludentes as formas usuais de repressão e extermínio - no caso do negro e do índio - o campo e as armas com que se travou o conflito do Estado contra a sociedade foram, antes, muito mais deter-

minados por aquele do que por esta, processando-se a partir do Império, em torno do sistema eleitoral, sensivelmente excludente. A República que, num dado momento, poderia ter correspondido às expectativas de mudança, quanto à participação das massas no processo eleitoral e, conseqüentemente, político, muito cedo frustrou as esperanças.

Embora a República tivesse herdado do Império a sua última grande lei eleitoral, a Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como "Lei Saraiva", que estabelecia eleições diretas, ainda que mantivesse o princípio do censo alto, com a exigência de uma renda anual não inferior a 200\$000 (duzentos mil réis), em três novas leis, construiu o seu próprio sistema. Essas leis - a 35, de 26 de janeiro de 1892; a 1.269, de 15 de novembro de 1904, também conhecida como "Lei Rosa e Silva"; a 3.208, de 27 de dezembro de 1916 - se constituíram nos pilares do sistema eleitoral republicano, que, paradoxalmente, acabou se revelando muito mais excludente e elitista que o imperial. Mesmo extinguindo o voto censitário e baixando para 21 anos a idade mínima para votar, a República preservou limitações inaceitáveis, na medida em que excluiu os analfabetos e as mulheres. Para José Murilo de Carvalho,

*"a exclusão dos analfabetos pela Constituição Republicana era particularmente discriminatória, pois, ao mesmo tempo se retirava a obrigação de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização". (CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo : Companhia das Letras, p. 45, 1987).*

Essa exclusão que, segundo o mesmo José Murilo de Carvalho, remontaria a 80% da população, pode ser assim entendida:

"Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os alistados tinham subido para 42.252,

mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13.127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.

"As coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Nas eleições presidenciais de 1910, 21 anos após a proclamação da República, havia no Distrito Federal 25.246 eleitores, isto é, 2,7% da população calculada para este ano. Apenas 8.687 compareceram às urnas, isto é, 34% dos eleitores e 0,9% da população total. Computando somente os votos apurados - a química eleitoral da época conseguia anular muitos votos - verificamos que representavam 18% dos eleitores e 0,5% da população total. Pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto". (Carvalho, *op. cit.*, p. 85-6).

Como se não bastasse a exclusão do sistema, havia a questão das fraudes. Citando o Barão de Paranapiacaba, José Murilo de Carvalho registra as críticas que se formulavam ao sistema eleitoral vigente, transcrevendo a opinião do Barão, assim formulada: "Não vota a décima parte do eleitorado. Quando nas atas se atesta concorrência numerosa, ficam certos que o excesso de voto é forçado a bico-de-pena". (Barão de Paranapiacaba. Eleições. In: **A década republicana**. Rio de Janeiro : Cia. Tip. do Brasil, 1899-1900, v.3, p. 256-9, apud CARVALHO, José Murilo, *op. cit.*, p. 87).

Um dos instrumentos de que largamente se valeu o Estado brasileiro para manter intatas as suas estruturas foi a política da "conciliação", assim vista por José Honório Rodrigues:

"A conciliação não foi inventada em 1853, com o Gabinete do Marquês de Paraná (1853-1856). Tem raízes mais profundas e data, como vimos, da dicotomia terrorismo-amansamento que os brancos europeus tiveram que enfrentar aos primeiros contatos com os índios e negros, e das transigências aos antagonismos coloniais. Manifestara-se no convívio diário de tantas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais. As sucessivas gerações das minorias dominantes no Brasil tinham aprendido a conviver com multidões capadas e sangradas

e se não tinham podido evitar de todo o processo histórico incruento muito fizeram para escamoteá-las de seus direitos, sem levá-las ao desespero.

*"Creio mesmo que foi o domínio étnico-minoritário que deu às oligarquias mineiras, baianas e fluminenses o faro para as grandes manobras pelo comando das situações diante das grandes massas negras trabalhadoras, as mais sofridas de todas. Daí, como consequência, o futuro predomínio delas na direção nacional, onde se exige, em cena maior, a mesma capacidade de autodefesa". (RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil.***

E, logo, em seguida:

"A conciliação deveria ser feita não pelos partidos mas pelo governo, dizia Nabuco, mostrando que se tratava de algo mais que a simples concordância partidária.

"Era a defesa da ordem, em nome da grande propriedade, que Nabuco buscava na conciliação, como revela seu próprio discurso. O Partido da Ordem, em defesa do princípio da Autoridade, deveria fazer algumas concessões ao partido da oposição, pois não era lisonjeiro o quadro do país. 'Quando estes elementos da dissolução existem, eu não posso dizer que o quadro que oferece o país é lisonjeiro quanto às relações morais. Que importa que esses elementos não estejam em ação, se de um momento para outro eles podem produzir uma explosão? Eu tenho, senhores, mais medo da anarquia surda, dessa desinteligência, dessa desconfiança, desse ceticismo que aí reinam, que dos pronunciamentos'. (Ibidem, p. 59).

Ora, que o Estado se defende, já se disse. E na defesa que enceta, são os mais variados possíveis os instrumentos de que se serve. A conciliação foi um deles. E durante decênios foi a responsável pela preservação das oligarquias, que dominaram o cenário político brasileiro, em nome da "Ordem e Liberdade contida". Nem se cogita de progresso. Os

supostos progressistas da Liga de 1864 já nem mesmo são contemporâneos de sua própria época.

Na verdade, as concessões que as frações dominantes estavam dispostas a oferecer eram somente - e nada além - reformas políticas, que só a eles interessavam, não atendendo aos anseios da nação e do povo. E mesmo essas reformas não traduzem qualquer renovação substancial. Tanto assim que nada exemplifica mais a posição dessa fração de classe dominante, que a opinião de Justiniano José da Rocha a respeito do voto do analfabeto, que quer vedar, porque acredita que a liberdade política é assegurada pelas classes médias e não pelas "últimas classes".

Frente a um dos maiores problemas brasileiros, a questão fundiária, a conciliação nem chegou perto. Antônio Pedro de Figueiredo já havia alertado a Câmara para o fato de ser extremamente injusta, anti-harmônica e anti-social a situação em que vivia a maioria oprimida, sustentando com seus tributos o Estado. E lembrava que

"três quartos da população se achavam concentrados à beira-mar e, com poucas exceções, todas as terras pertenciam a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivavam uma mínima parte e recusavam vender o resto. Daí vem que duzentos ou trezentos mil de nossos concidadãos, mais por ventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político, etc. são obrigados a esposar. Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos 'latifúndia', deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente sob jugo terrível metade da população da província, e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá esta massa de vassalos obedientes".

É verdade que houve a Lei de Terras de 1850. Só que a citada lei não tratou de resolver o problema da terra, para a grande massa. Na realidade, o seu fim último foi dispor sobre as terras devolutas e sobre a instalação de colônias e estímulos à colonização estrangeira. José Honório Rodrigues vê na Lei de Terras, de 1850, a própria "origem remota das lutas sertanejas de Canudos e Contestado", como reflexo dessa iterada e "obstinada resistência à reforma agrária". (RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 69).

Ainda que, dez anos depois do Gabinete do Marquês de Paraná, nominalmente, a conciliação não existisse mais, esta se mantinha intata,

apenas com outro nome, agora, de "Liga", que mantinha os mesmos propósitos e que, por isso mesmo, receberia duras críticas, entre as quais a do Barão de São Lourenço, que assim a conceituava: "Liga, sim; e o que é essa Liga? É apenas uma caravana reunida para atravessar um deserto perigoso, a quadra eleitoral".

A ascensão do Partido Progressista e, conseqüentemente, da liga dos liberais e conservadores moderados, nenhuma alteração substancial acarretou, senão a mudança de nomes nos gabinetes que se sucederam. Nenhuma mudança econômica, nenhuma mudança social. Nada mais que uma simples troca de camareiros reais, vez que os seus objetivos - prática da liberdade individual, regeneração do sistema representativo, economia dos gastos públicos, reforma eleitoral - nada de concreto continham, no sentido de minorar a situação de miséria e abandono da grande massa. Pior: seu programa não acenava com nenhum instrumento capaz de golpear de frente os graves problemas econômicos e sociais que obstavam o desenvolvimento do país. A rigor, a conciliação e a liga, enquanto sua sucedânea, mais não possuíam que fins imediatos, cujos objetivos outros não eram que reduzir as tensões sociais, abrandar os conflitos, promover reformas puramente formais, jamais atacando as estruturas, assegurando à elite dirigente o tempo necessário para manter a sua política de dominação.

Se resta fora de dúvida ser o militarismo um poderoso instrumento de intervenção da classe dirigente no curso da evolução do Estado brasileiro, seja em bloco, ou por fração de classe, os militares intervieram, em diversos períodos de nossa História - os matizes é que variaram: "Hermismo", "Jovens Turcos" e "Tenentismo" -, no sentido de viabilizar os projetos de dominação da classe dirigente, de alguma fração sua, ou da classe média. Segundo José Murilo de Carvalho, "o mais comum é considerar-se o exército como porta-voz das classes médias". A tese é de Santiago Dantas, em **Dois momentos de Rui Barbosa**. (Rio de Janeiro : Casa de Rui Barbosa, 1849., e foi repetida por vários autores, entre os quais Nélson Werneck Sodré, em sua **História Militar do Brasil**. (Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965., e José Murilo de Carvalho, em *As forças armadas na Primeira República e o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **História geral da civilização brasileira**- Tomo III - **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, v.2, 1977).

O sociólogo argentino José Nun aponta como perfeitamente identificável como princípio geral válido para toda a América Latina, o conjunto de intervenções militares e de interesses específicos das classes médias. "As forças armadas desempenhariam o papel de 'estrato protetor' que representa a categoria social e supre sua incapacidade de se constituir

como classe hegemônica". É o que afirma Bóris Fausto, citando-o:

*"Valendo-se de uma analogia com a afirmação de Schumpeter, segundo a qual, 'sem a proteção de algum grupo, não burgês, a burguesia é politicamente desarmada e incapaz, não só de dirigir a nação, mas mesmo de defender seus próprios interesses de classe, o que significa praticamente que tem necessidade de um senhor'. Nun assinala: Nossa tese, traduzida nos termos de Schumpeter, seria então a seguinte: na América Latina, na falta de uma burocracia à francesa capaz de amortecer os abalos políticos e na impossibilidade de um compromisso à maneira inglesa que o desenvolvimento econômico teria favorecido, 'o exército é levado a desempenhar o papel de estrato protetor da classe média'. É com seu apoio que ela se faz reconhecer pela oligarquia, com sua proteção que, em seguida, se consolida no poder e é agora graças à sua intervenção que tenta prevenir a ameaça representada pelas classes populares que ela é incapaz de controlar". (NUN, José. *Amérique Latine: la crise hégémonique et le coup d'état militaire*. In: **Sociologie du travail**, n. especial: *Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine*. n. 3/67, p. 304 e 209, apud FAUSTO, Bóris. **A revolução de 30 - historiografia e história**", 8. ed., São Paulo : Brasiliense, p. 52-3, 1982).*

A esses fatos, acrescenta-se um outro, que tem a sua gênese no projeto político do republicano Quintino Bocaiúva, que pretendia o estabelecimento do regime republicano através de um golpe militar. Assim, de seu nome derivou-se "quintinismo", para designar sempre a atitude dos civis que recorrem aos militares, na tentativa de colimarem a concreção de seus objetivos políticos. José Murilo de Carvalho, em trabalho titulado *As Proclamações da República*. In: **Ciência hoje - Especial República**. Rio de Janeiro : SBPC, v. 10, n. 59, nov. 1989, oferece a sua visão do "quintinismo":

"Outro traço que até hoje persegue a República é o 'quintinismo', a tendência de civis republicanos de se valerem dos militares para alcançar seus objetivos políticos. O quintinismo tem sido o complemento necessário do militarismo. Sem o apoio militar a

Proclamação da República seria muito improvável. A falta de raízes populares fazia com que a República não tivesse, e ainda não tenha, condições de sobreviver a crises graves sem recorrer, de boa ou má vontade, ao apoio das armas, mesmo que este apoio tenha hoje características totalmente distintas das que teve em 1889". (Carvalho, op. cit., p. 33).

O grande problema, talvez, resida no fato de, em se tratando da burguesia brasileira, o quintinismo ser quase atávico.

Sobre a Revolução de 1930, a lendária frase do então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada - "Façamos a revolução antes que o povo a faça". - continua sendo o mais eloquente referencial.

A frase de Antônio Carlos denota a cisão que se processara na classe dirigente e a preocupação patente de se evitar uma revolução "de baixo", classicamente "jacobina". Em abono de tal assertiva, há uma outra frase, dessa feita de João Pessoa, presidente da Paraíba e não por acaso candidato a vice-presidente, na chapa da Aliança Liberal: "Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução".

Essa preocupação evidente da fração de classe disposta a promover o rompimento situa a Revolução de 30, dentro de um esquema de análise gramsciano, como uma "revolução passiva", na medida em que contém os dois requisitos indispensáveis e caracterizadores do processo: a "restauração" e a "renovação". É restauração a partir do instante em que revela uma reação à possibilidade de uma transformação profunda de "baixo para cima". É renovação por viabilizar inúmeras reivindicações populares, oferecendo também uma alternativa possível ao esquema de dominação. Outro não é o entendimento de Carlos Nelson Coutinho, que aduz:

"O modo pelo qual as classes dominantes reagiram a essas pressões 'de baixo' foi a realização de uma outra revolução passiva, a chamada 'Revolução de 1930', através da qual - como já observei - os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistaram uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando ao mesmo tempo a ala mais moderada da liderança das camadas médias, os tenentes. Essa solução 'pelo alto' obstaculizou em parte as tendências 'ocidentalizantes' que vinham se desenvolvendo na década anterior. Mas só em parte. Já me referi a esse período da vida brasileira e, em

particular, às condições que levaram em 1937 à ditadura de Vargas. Basta agora recordar que a modernização capitalista do Brasil se reforçou no decorrer dos anos 30 e, sobretudo, durante o 'Estado Novo' varguista. Os pressupostos 'objetivos' de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados; seus resultados 'subjetivos' (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado) podiam sofrer um processo repressivo, como ocorreu sob a ditadura de Vargas; mas em si, aqueles pressupostos já não eram mais elimináveis". (COUTINHO, Carlos Nélon. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro : Campus, p. 132, 1989).

Fato importante que, em nenhum momento pode ser desprezado, é a participação das classes médias na revolução. O primeiro a associar revolução e "classes médias" foi Virgínio Santa Rosa, para quem 30 foi uma "revolução das classes médias". A essa tendência, com uma linha de raciocínio mais aprimorada, juntam-se Nélon Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e, de uma certa forma, Bóris Fausto. Este último professa:

*"Se a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do governo Washington, resulta basicamente da aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista. Os componentes sócio-econômicos desta aliança, entretanto, refletem-se difusamente na vida política, em razão do atraso político do país, pois não há partidos no nível mais amplo, nem associações de classe no nível profissional que possam exprimir as diferentes aspirações". (FAUSTO, Bóris. A revolução de 1930. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro-São Paulo : Difel, 8. ed. 1987).*

Outro dado igualmente relevante que se precisa levar em conta é a condição periférica da economia brasileira e a sua relação com a "Economia-Mundo" - para seguir a orientação esquemática de Braudel - às vésperas da revolução, isto é, em 1929. No momento em que a falência da Bolsa de Valores de Wall Street desorganizou o capitalismo norte-americano e, por via de consequência, a economia mundial, a economia brasileira

cambaleou e a crise foi inevitável. André Gunder Frank assim viu a situação:

*"En 1929 vivo el estallido. El precio y la demanda de café descendieron vertiginosamente; las exportaciones se redujeron de 95 millones de libras esterlinas en 1929 a 66 millones en 1930 (Normano, 1945:257). La convertibilidad permitía ahora la fuga de los capitales y la afluencia de fondos extranjeros cesó por completo, naturalmente. El gobierno, corto ahora de numerario para pagar a sus acreedores exteriores, trató de encontrarlo en la economía nacional. continuando las clásicas prescripciones que aún siguen sus sucesores actualmente, Washington Luis, vacilando entre 'la escuela bancaria y la escuela monetaria' (Normano, 1945 : 240), redujo los gastos del gobierno en el país. Al igual que su mentor, el gobierno norteamericano de la época, redujo el dinero en circulación, en un 10% (Guilherme, 1963 : 32). El resultado fue en extremo nocivo para la industria nacional, que vio disminuir sus ventas y su producción. Al mismo tiempo resultaron afectados los productores agrícolas, especialmente los que trabajaban con créditos a largo plazo. " La consecuencia de todo ello fue la triunfante ' revolución de 1930.' (Gunder Frank, André. **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. Buenos Aires : Siglo Veintiuno, p. 174-5, 1974).*

Octavio Ianni espousa também o mesmo ponto de vista, ao assinalar que

*"Em 1929 a oligarquia cafeeira, principal força do bloco agrário, entra em crise. A revolução de 30 assinala a transição de uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparelho estatal, principalmente do executivo." (IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis : Vozes, p. 16, 1984).*

Triunfante a Revolução de 30, que Ianni considera como "contra-revolução", começam a emergir as condições sociais e econômicas necessárias ao desenvolvimento do Estado burguês, em circunstâncias tais

que a desorganização momentânea da sociedade, sem uma classe que fosse suficientemente forte para tentar o assalto ao poder, iria conduzir o país à formação de um "Estado de compromisso", dentro do que se convencionou chamar de "populismo".

O Estado populista brasileiro, conquanto fosse um "Estado de compromisso", não logrou resolver os problemas que angustiavam a sociedade e, num primeiro instante, em que, favorecida por um contexto internacional, a burguesia teve uma real oportunidade de assaltar o poder, a sua mobilização conduziu Getúlio Vargas à renúncia em 1945. Getúlio retornaria em 1951, nos braços do povo, depois de vencer as eleições de 1950. Mas voltaria com outro discurso, tentando catalisar em torno de si as classes desassistidas da população. A sua "opção pelos pobres", aliada a uma série de fatores conjunturais, iria palmilhar de crises o seu governo. Sobre essa eventual "opção pelos pobres", de um governo burguês, é oportuno recorrer a Franklin de Oliveira:

*"Otto Bauer, já no exílio, depois do desastre austríaco, reconheceu a contradição insanável daqueles que, na chefia do Estado burguês, fazem a opção pelos pobres, como hoje é moda dizer. A burguesia tolera tal opção apenas enquanto ela serve para neutralizar a mobilização e a combatividade dos assalariados. Ultrapassado este limite, ultrapassagem da qual ela é o juiz, a burguesia desafiável a máscara da democracia, e parte para o fascismo. "(OLIVEIRA, Franklin de. Os limites da comédia. In: **Senhor**. São Paulo, 17.fev.87, p. 63).*

De crise em crise, isolado pela burguesia, ataganhado pelo capital internacional, que combatia, Getúlio não viu outra saída, senão a do suicídio. Segundo José Guilherme Merquior,

"na primeira metade dos anos cinquenta, a síntese liberal-populista havia virado um pêndulo, levando, de tensão em tensão, ao desfecho trágico de 1954, com o suicídio de um Getúlio convertido em caudilho democrático. Nos anos JK, a fragilidade da fórmula liberal-populista foi disfarçada pelo sucesso do verdadeiro binômio Kubitschek: desenvolvimento e democracia. A industrialização prefigurou dois aspectos-chave do 'Wirtschaftswunder' dos anos setenta: abertura ao capital estrangeiro e expansão infra-

estrutural (estradas), ao passo que Brasília simbolizava o impeto petrograndidista do desenvolvimento nacional. Mas o relançamento da inflação jogou o país no crescimento 'stop and go'; e a década de sessenta abriu numa crescente exacerbção das contradições entre democracia liberal, metas desenvolvimentistas e pressões populistas." (MERQUIOR, José Guilherme. História Mirim do Brasil III. Im: O Globo, Rio de Janeiro, 12-11-89, pp.14)

Um aspecto importante a considerar é que, mesmo nos governos liberalizantes, ditos democráticos, do período de 1946-1964, o Estado não se despiu completamente de sua roupagem autoritária. Só a título de lembrança, podem-se assinalar duas passagens, que ratificam tal entendimento. A primeira, no Governo Dutra, corresponde à proscrição do Partido Comunista, em 1946. A segunda, no governo Kubitschek, é representada por um fato singular: embora fosse, sem embargo, o mais democrático dos governos do período, o governo JK, num dado momento, valeu-se da odiosa instituição da censura à imprensa, para tirar de circulação a revista humorística "Pif-Paf", de Millôr Fernandes.

Após o efêmero consulado de Jânio Quadros, sobrevém o governo Goulart, que não consegue estabelecer entre o seu "populismo esclarecido" e a sociedade uma ponte estabilizadora. Para Merquior, João Goulart era "um epígono de Vargas sem o grande talento getuliano: a capacidade bonapartista de mediar entre classes e grupos de interesses" (Merquior, op.cit., p.14): Prosseguindo, Merquior sintetiza o fim do Governo Goulart:

"Em 1964, a classe política conservadora, que apenas três anos antes, na renúncia de Jânio demonstrara ao menos a imaginação da emergência, entregou gratuitamente o poder ao Exército com o apoio das classes médias, mais assustadas pela inflação e o desgoverno do que atemorizadas pela ameaça de reformas indefinidas." (Ibidem, p.14).

Com a derrubada de Goulart, em 1964, instalou-se um regime militar de generais-presidentes, que se prolongaria por mais de dois decênios. Ao fim desse período, um "aggiornamento" conduziu José Sarney à presidência da República, diante do falecimento do presidente eleito Tancredo Neves, sem que este sequer tivesse tomado posse. O governo Sarney, assim constituído, autotituló-se "Nova República", com a presunçosa pretensão

de vir à ser o primeiro governo civil de um novo ciclo, quando, na verdade, nada mais foi senão um governo como os demais que o antecederam - nem a "abertura política" pode pretender como sua, vez que, iniciada por Ernesto Geisel, foi concluída no Governo Figueiredo. Com isso, o que pretendo afirmar é que a "Nova República" - que de nova nada tem - foi tão somente uma empulhação, pois o presidente Sarney, longe de ter sido o primeiro presidente civil de um novo ciclo em nossa História, nada mais foi senão o último presidente do ciclo militar.

O esgotamento do Estado, a incapacidade do estamento político para responder às novas demandas da sociedade, a organização da sociedade civil, a derrocada da economia e a ameaça inflacionária acabaram por levar o governo, para se legitimar, a recorrer a práticas patrimonialistas, como forma de se legitimar. Isso porque sem legitimidade, pelo processo que gerou, tal governo se achou compelido à adoção de práticas visivelmente patrimonialistas, que não só não o legitimaram, como ainda, ao lado de uma corrupção beirando a contumácia, contribuíram intensamente para o seu irreversível desgaste, até seu fim, concretizado com a posse do novo presidente eleito diretamente.

IV

Estudando a atual sociedade brasileira, Jurandir Freire Costa verificou que as suas quatro características, hoje, são exatamente "o narcisismo, o cinismo, a violência e a delinquência". Isso porque, explica Jurandir,

"vivemos dias difíceis. O regime que se sucedeu ao autoritarismo não conseguiu capitalizar o desejo de mudança da nação, imprimindo novos rumos à sociedade. O país continua em pedaços. A dívida externa; o fracasso do plano cruzado; a inflação; a desordem do déficit público; o emperramento do aparelho produtivo; os impasses da questão agrária; a degradação da vida urbana e da ecologia como um todo; a criminalidade assustadora das grandes cidades; o empobrecimento da classe média; o desemprego dos trabalhadores; o panorama atroz da

mendicância e das crianças abandonadas; a impunidade com que é tratada a corrupção de políticos, altos burocratas e empresários etc., criam uma atmosfera social sombria. O que fazer?, torna-se uma pergunta urgente e assustadora.

"Neste clima de desorientação e ansiedade, os indivíduos tendem a perder, em maior ou menor grau, o sentido de responsabilidade e pertinência sociais, por si já precários nas sociedades burguesas, particularmente naquelas subdesenvolvidas como a nossa. A apatia política usualmente exigida de indivíduos nos sistemas capitalistas nestes momentos se acentua e toma direções inquietantes. Em épocas de estabilidade, o apoliticismo da sociedade é compensado pela adesão dos indivíduos à ordem existente e pela crença no poder da autoridade dominante. Nas crises, estes pilares da organização político-social desmoronam. O homem comum, habituado a delegar à classe dirigente o poder e a iniciativa de decidir o que é bom para si e para os outros, perde a confiança na justiça. É a crise moral que acompanha a crise política, econômica e social." (COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, Joel (org.) **Percursos na história da Psicanálise**. Rio de Janeiro : Taurus, p. 166)

Castoriadis já observara que o

"ambíguo só é ambíguo pela composição de diversas significações suscetíveis de serem precisadas, nenhuma das quais prevalece no momento. Na crise e na contestação das formas de vida social pelos homens contemporâneos existem fatos muito significativos - a deterioração de autoridade, o gradual esgotamento das motivações econômicas, a atenuação da influência do imaginário instituído, a não aceitação das regras simplesmente herdadas ou recebidas -, que só podemos organizar em torno de um ou outro desses dois significados centrais: ou de um tipo de composição progressiva do conteúdo da vida histórica, da gradual emergência de uma sociedade que seria, ao extremo, exterioridade dos homens uns em

*relação aos outros, e de cada um em relação a si mesmo, deserto superpovoado, multidão solitária, não mais o mesmo pesadelo com ar condicionado, mas a anestesia generalizada; ou então, valendo-nos, sobretudo, do que aparece no 'trabalho' dos homens como tendência para a cooperação, a autogestão coletiva das atividades e responsabilidades, interpretamos o conjunto desses fenômenos como o aparecimento na sociedade da 'possibilidade' e da 'procura' da autonomia". (CAS-TORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p. 120, 1982).*

O que ocorre, entretanto, é que não se visualizam essas "possibilidades" e "procura" da autonomia, a partir de um modelo de Estado, que se revelou profundamente inadequado ao padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira, por ser, sobretudo, excludente da grande massa, do povo, e o que é mais grave, da própria noção de cidadania. Um Estado, que, em muitos aspectos, se revela como "bonapartista-colonial", em sua gênese, e que, no dizer de Antônio Carlos Mazzeo, em seu processo de construção "é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil". (MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte : Oficina de Livros, p. 119, 1989).

Na verdade, esse Estado, que, no Brasil, como muito bem lembra Carlos Lessa, "vem antes da nação", tem se valido, ao longo de sua trajetória, das formas mais variadas de cooptação e/ou exclusão das massas, marginalizando a própria sociedade.

Na História brasileira, sua sociedade tem sido sistematicamente excluída do processo decisório. Sobre isso merece registro a opinião de José Honório Rodrigues:

*"o grande problema brasileiro é o da sua maioria, vilipendiada, tutelada, roubada. O verdadeiro sentido da História do Brasil é a conquista dos direitos da maioria. Enfim, como escreveu Capistrano de Abreu, o povo foi capado e recapado, sangrado e ressangrado". (RODRIGUES, José Honório. **História combatente**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, p. 110-1, 1982).*

Nesse sentido, é por demais sintomático que o paradigma de revolução que a Historiografia oficial tenha escolhido como representativo

do século XVIII seja a Conjuração Mineira e não a dos Alfaites, que, para Affonso Ruy, foi a "primeira revolução social brasileira". Depois, sabe-se perfeitamente, hoje, que, em relação à Conjuração Mineira de 1789, não se pode desprezar o fato de ao movimento terem se agregado as figuras mais representativas da Colônia, aquelas que em última instância ali estavam para representar os interesses da Coroa. Assim como na Revolução Americana, a questão fiscal foi de indiscutível importância. Kenneth Maxwell, estudando a Conjuração Mineira, assinala:

"Utilizando registros fiscais dos oligarcas de Minas Gerais fui levado a concluir que os registros históricos foram distorcidos e que um importante grupo de empresários, entre os quais alguns dos homens mais ricos e influentes da região, conseguiu evitar ser incriminado na ocasião e, posteriormente, foi esquecido pela história". (MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1780. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p. 13, 1977).

A nossa História, cruenta é incruenta, conforme o processo, como a queria José Honório Rodrigues, registra um sem número de exemplos capazes de indicar uma tendência da sociedade para oferecer resistência à classe dominante. De qualquer modo, "o Estado" - leciona Norberto Bobbio - "como todo servivo, antes de se deixar matar, se defende. O Estado nasce da força e só pode sobreviver através da força". (BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília : Editora UNB : São Paulo : Pólis, p. 180, 1989).

Alijado do processo decisório nacional, impedido de exercitar seus mais elementares direitos de cidadania, o povo brasileiro, ao longo de sua história, tem recorrido às mais diversas formas de se manifestar, ao contrário de certas sociedades, cujo instinto de sociabilidade fácil engendraram formas de dominação que levaram Michelet a afirmar sobre o povo: "ludibriado pelos partidos, explorado pelos industriais, posto sob suspeita pelo governo, ele já não se mexe, já não age." (MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo : Martins Fontes, p. 192, 1988).

Ávida de participação, a sociedade brasileira, falido e desmoralizado o sistema eleitoral da República Velha, externou o seu descontentamento em diversos momentos de nossa História, não afastada, sequer, entre os inúmeros movimentos, a incidência dos fenômenos sociais da "turba" e do banditismo social, consoante os entende Hobsbawm. A própria classe

trabalhadora que, já em 1º de maio de 1895, segundo Hermínio Linhares, comemorava, pela primeira vez, no Brasil, a data internacional da classe, já ensaiava os primeiros passos no sentido de se organizar.

Hoje, mesmo com a eleição direta do seu presidente, a sociedade brasileira continua a se debater com problemas crônicos, agravados no governo Sarney: inflação, aviltamento dos valores do trabalho através do arrocho salarial, demissões em massa, desaquecimento da economia, sucateamento da indústria nacional, entre outros. Com isso, o país segue, tratado como um paciente cardiológico, de choque em choque, frente a um governo despreparado e desacreditado, que sequer possui uma política econômica nacional. É evidente que tais fatos só contribuem para agravar o quadro oferecido por Paulo Cezar de Andrade:

*"Perdidos o senso do valor, o senso da justiça e o respeito à lei, a cultura nacional passou a aceitar, sem crítica, a ética do sucesso dentro do contexto do predomínio da força. O mais forte passa a ser automaticamente o mais bem sucedido. Instaura-se, sem controle, o predomínio da corrupção, das maiorias contra as minorias, ou das minorias ativistas contra as maiorias passivas, enfim, a ética do bandido substitui a lei e ordem: a ética da civilização." (ANDRADE, Roberto Paulo Cezar de. Inflação crônica e a ética do bandido. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14.jul.89, 1º Caderno, p. 11)*

V

Embora a questão da cidadania no Brasil comece a ser tratada em 1824, com a Carta Constitucional, outorgada pelo Imperador à nação, tenho como divisor, também aqui, o ano de 1930. Só com a Revolução de 1930 - o primeiro movimento armado vitorioso no Brasil - a cidadania plena começa a ser conquistada pela população brasileira.

A Constituição de 1824 criava, com o seu artigo 92, a inusitada distinção entre "cidadão ativo" e "inativo" Mais ainda: originariamente,, sequer considerava o negro brasileiro. Posteriormente é que seu artigo 5º veio a ser alterado, passando o escravo negro a ser considerado brasileiro,

embora continuasse não sendo cidadão.

Depois, sobreveio a proclamação da República, e em sua esteira, a famosa observação de Aristides Lobo: "O povo assistiu bestificado à proclamação da República". Para muitos historiadores, a República seria o resultado de uma quartelada, sem qualquer participação popular. Para outros, teria o povo aderido e, uma vez desiludido, ao verificar "não ser aquela a República de seus sonhos", teria assumido uma posição entre a indiferença e apatia.

Nem sempre, todavia, a conduta adotada foi a de se retrair, a de se colocar à margem. Outras formas de atuação foram buscadas e intentadas, inserindo-se aí as mais diversas formas de rebeldia espontânea, messiânica ou simplesmente fora-da-lei. E nesse contexto se alinham a Revolta do Vintém, a Revolta da Vacina, Canudos, Caldeirão, o "raid" de Padre Cícero e Floro Bartolomeu sobre Fortaleza, o Cangaço e outras tantas.

Dois outros desafios que se impõe ao longo dos anos são a integração do operariado e a marginalização do homem do campo. Embora, já na República, se discutisse a questão social - Rui Barbosa, principalmente -, prevendo-se a necessidade de se integrar o proletariado brasileiro à vida nacional, medidas concretas só viriam a ser tomadas, ainda que com nítido sentido de manipulação, a partir do Estado Vargasista, instalado em seguida à Revolução de 1930. No campo, entretanto, a situação se revelaria muito pior, porquanto somente a partir dos anos 60 seriam tomadas medidas de proteção ao camponês, estendendo-lhe a legislação social há muito conquistada pela massa trabalhadora.

Isso se explica pela forma pela qual foi montada a máquina do Estado. Com propriedade, Edgard Carone argumenta que:

"Como vimos, a máquina do Estado está nas mãos da classe oligarco-burguesa. Os cargos políticos e administrativos também lhe pertencem. Seu papel é dominante e não é dividido com nenhuma outra classe. Politicamente ela se identifica com o Estado. Por isso trata com desprezo e altivez a burguesia propriamente dita, a classe média e o proletariado urbano e rural." (CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo : Ática, p. 19, 1989).

Em áspера obra, titulada exatamente de **O paraíso do vira-bosta**, Emil Farhat tece as mais acres censuras ao parasitismo da classe dirigente brasileira, comparando-a ao "chupim", pássaro também conhecido por

"vira-bosta", "papa-arroz", "gaudério", "parasita". Esse pássaro frequenta os campos e pastos,

*"caminhando pelo solo, revolvendo o esterco ainda fresco à procura de pedaços de milho. O seu nome 'vira-bosta' provém desse fato (...) o chupim ora põe um ovo, ora mais, por vezes, chega a jogar fora do ninho que invade, os ovos do legítimo proprietário, e não raro, luta com ele para fazer a indesejável postura. Quando nasce o filhote do intruso, quase sempre maior que os do seu hospedeiro, estes estão irremediavelmente perdidos. Valendo-se do direito da força, não tem escrúpulos em lançar fora do ninho os seus 'irmãos de leite'". (FARAHT, Emil. **O paraíso do vira-bosta**. São Paulo : T.A. Queiroz, p. 9, 1986).*

Com esse Estado excludente, com uma classe dirigente acaciana, parasitária e enquistada sobre uma burocracia impenetrável, a nação brasileira vem sendo construída por seus cidadãos "aos trancos e barrancos", como já disse Darcy Ribeiro. Ainda hoje, muitos problemas permanecem sem respostas. O negro, por exemplo, cem anos depois da abolição, ainda não foi totalmente integrado à sociedade brasileira. Em São Paulo, numa delegacia, uma tabuleta fixada à parede dá a dimensão exata do preconceito: "Negro parado é suspeito; correndo é culpado". Os negros, que chegaram a representar, em 1988, 44% da população brasileira, segundo dados do IBGE, "sabem pouco, ganham mal morrem cedo" (Centenário de um mau século. In: **Veja**. 11 maio 1988, p. 20). A mesma reportagem de **Veja** informa que os rendimentos de um médico negro são 22% mais baixos que os de um branco: um engenheiro negro ganha 19% menos que um branco; os professores negros ganham 18% menos que os brancos; os motoristas brancos ganham mais 19% que os negros; um metalúrgico torneiro-mecânico negro recebe 12% menos que um branco; o pedreiro negro ganha 11% menos que o branco. Isso em Recife e em São Paulo.

Desse conflito secular entre um Estado oligárquico e uma população privada de seus mais elementares direitos, foi sendo construída a nação brasileira, forjada na bigorna das tensões sociais dos avanços e recursos da própria cidadania.

VI

O Brasil, em 1987, ainda apresentava oito milhões de crianças sem escolas; trinta e seis milhões de menores carentes - em Canapi, no estado de Alagoas, confundem-se carentes com parentes -, dos quais sete milhões perderam todos os vínculos familiares; seis milhões de chagásicos e doze milhões de portadores da esquistosomose; trinta milhões de banguelas e desdentados; trinta milhões de habitantes morando em palhoças, casebres, favelas e mocambos; setenta e cinco por cento de adultos analfabetos; e trinta milhões de trabalhadores cuja baixa qualificação profissional os condena indefinidamente ao curral do salário mínimo.

Na democracia ateniense, o "polits" contava com duas dádivas de Zeus: "aidos" e "diké". "Aidos" era um sentimento de vergonha pela eventual prática de qualquer ato, que, de uma forma ou de outra, pudesse vir a ser considerado vergonhoso, infamante, desonroso. "Diké" compreendia um sentimento de justiça, através do qual se tornava viável a paz civil, pelo respeito ao direito dos outros. Com tais dádivas, alcançava-se a concreção da cidadania plena. Ora, num país em que um Estado surge antes da nação e esta se desenvolve quase ao seu arrepio, à sua revelia; em que as elites dirigentes se dizem liberais, com um discurso liberal e um parlamentarismo à inglesa, ao longo de todo o século XIX, conservando, no entanto, uma estrutura fundiária perversa e um sistema escravocrata anacrônico; em que a República se assenta por uma quartelada e a modernização, quando se inicia nos anos 30, é uma modernização "von oben", trazendo a chancela tutelar do Estado; a cidadania plena é algo ainda a ser definitivamente conquistado e que não se acha de todo equacionado. É um conflito de proporções, em que um povo, ainda não seguro das garantias que a última Constituição lhe ofereceu, enfrenta, num combate multifacetado, um Estado estamental, onde uma burocracia enquistada se nutre, vampirescamente, do fisiologismo e do nepotismo. Daí, porque razão assiste a José Murilo de Carvalho, quando afirma que

"a atitude popular perante o poder ainda oscila entre a indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta. O conluio da ordem com a desordem, da lei com a transgressão, outrora tipificado no uso do capoeira nas eleições, continua em plena vigência através do acordo tácito entre autoridades e banqueiros do jogo do bicho. A

cidade, a República e a cidadania continuam dissociadas, quando muito perversamente entrelaçadas. O esforço de associá-las segundo o modelo ocidental, tem-se revelado tarefa de Sísifo." (CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 164).

É isso, também, que explica a popularidade da sátira como instrumento da cólera popular, popularidade que consagrou, definitivamente, nessa "manhosa disputa" entre o Estado e a cidadania, "A Manha", do Barão de Tamaré.

Alguém já disse - e embora tal dito não possa ser generalizado, pode perfeitamente ser aplicado ao caso do Brasil - que "o mal das Repúblicas é que elas acabam com as cortes, mas conservam os cortesãos." E é aí, enquanto se desenrola esse embate desigual entre o Estado e a cidadania que pululam os tribofeiros, os bilontras, as bruzundangas, no reino das maracutaias.

Já perceberam os senhores que me poupei de comentar e os poupei de me ouvir sobre o atual governo brasileiro. Primeiro, porque à sua frente, lamentavelmente se encontra um tipo de político dos mais perigosos, o inorgânico. Antes, desse quilate tivemos Jânio Quadros e deu no que deu. Depois, porque se trata de um governo que não possui nenhum projeto, nenhum plano de governo, nenhum compromisso com a verdade e um total descaso para com a Justiça. Finalmente, por se tratar de um governo onde um coronel é o Ministro da Justiça, um diplomata é o Ministro da Economia, um jurista é o Ministro das Relações Exteriores, e onde tivemos, até há pouco tempo, à frente da pasta da Educação, um chicleteiro, que não se pejava de ruminar chiclete ao som do Hino Nacional e que, hoje, promovido à condição de aspone-mor, pendurou-se nas tetas do poder, à frente de um Ministério inexistente. Não pode dar certo. As coisas, de tão dolorosas, lembram-me até o corrupto reino do Dahomeu, cuja História nos foi transmitida por Ommar Melladah Ali, segundo o qual, "para cada pilantra que sai, entra sempre um poltrão". E, assim, meus senhores, como no Reino do Dahomeu, o Brasil, hoje, segue à deriva, qual nau sem rumo. E como dizia Fellini: "E la nave va".

Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 6. ed. rev. e anot.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira: Brasília: INL, 1976.
- ABREU E LIMA, José Ignácio. **O socialismo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- ADLER, Alexandre. Gramsci: Lênin no Ocidente?. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v.5, 1978.
- ALTHUSSER, Louis, apud TAVARES, José Nilo. O conceito marxista de Estado: uma introdução. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. v.7, 1979.
- ANDRADE, Roberto Paulo Cezar de. Inflação crônica e a ética do bandido. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14. VII. 89.
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo : Ática, 1988.
- ARISTÓTELES. **Constitución de los atenienses**. Madrid : Editorial Grados, 1984.
- BANANÉRE, Juó. **La divina increnca**. São Paulo : Folco Masucci, 1966.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1983.
- BARRETO, Lima. **Bruzundangas**. São Paulo : Mérito, 1952.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo**. São Paulo : Brasiliense, 1989.

- BILAC, Olavo, apud MAGALHÃES JÚNIOR, R. In: **Antologia de humorismo e sátira**. Rio de Janeiro : Bloch, s/d.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília : Editora UNB: São Paulo : Pólis, 1988.
- ———. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- ———. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Brasília : Editora UNB, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro : Rocco, 1987.
- ———. **Uma lição de história**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1989.
- ———. **Escritos sobre história**. São Paulo : Perspectiva, 1989.
- CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo : Companhia Editora Nacional. 7. ed., 1972.
- CARETA, n. 720, Rio de Janeiro, 10.jun.22.
- CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo : Ática, 1989.
- ———. **O tenentismo**. São Paulo : Difel, 1975.
- ———. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. 2. ed., São Paulo : Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.
- ———. As forças armadas na Primeira República e o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **História geral da civilização brasileira** - Tomo III - O Brasil republicano, v.2. Rio de Janeiro : Difel, 1977.

- _____. As proclamações da República. In: **Ciência hoje** - Especial República. Rio de Janeiro : SBPC, v. 10, n. 59, nov. 1989.
- _____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: **Dados**, v. 32, n. 3, 1989.
- _____. Sistemas eleitorais e partidos no Império. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). **O balanço do poder**: formas de dominação e representação. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1990.
- _____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Ronald. **Pequena história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro : F. Briguet Editores, 13. ed., 1968.
- CASTELO, J. Aderaldo e CÂNDIDO, Antônio. **Presença da literatura brasileira**: das origens ao Romantismo. São Paulo : Difel, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- CERRONI, Humberto. Estado e revolução. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v. 2, 1978.
- COHEN, Esther. **Júlio Prestes de Castilhos**. Porto Alegre : Tchê, 1985.
- COOK, Robert M.. **Os gregos até Alexandre**. Lisboa : Editorial Verbo, 1966.
- COSTA, Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2. ed., 1976.
- _____. **Pequena história da República**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira : São Paulo : Brasiliense : Brasília: CNPq, 3. ed., 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, Joel (org.). **Percursos da história da Psicanálise**. Rio de Janeiro : Taurus, 1988.

- COUTINHO, Carlos Nélon. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro : Campus, 1989.
- COUTINHO, Wilson. José Murilo de Carvalho: o historiador da República. In: **Jornal do Brasil**: idéias livros. Rio de Janeiro, n. 170, 30 dez. 1989.
- DANTAS, Santiago. **Dois momentos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro : Casa de Rui Barbosa, 1949.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro : Globo, 7. ed., 1987.
- FARHAT, Emil. **O paraíso do vira-bosta**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1986.
- FAUSTO, Bóris. **A revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo : Brasiliense, 8. ed., 1982.
- ———. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). In: **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro - São Paulo : Difel, 8. ed., 1977.
- FELIZARDO, Joaquim M. **História nova da república velha: do manifesto de 1870 à revolução de 1930**. Petrópolis : Vozes, 8. ed., 1980.
- FERNANDES, Millôr. **Reflexões sem dor**. São Paulo : Edibolso, 1977.
- ———. In: **Isto É Senhor**, n. 1078, São Paulo: Editora Três, 16. v. 1990.
- FIGUEIREDO, Cláudio de. **As duas vidas de Aparício Torelly, o Barão de Itararé**. Rio de Janeiro : Record, 1987.
- FINLEY, Moses I. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- ———. **Os gregos antigos**. Lisboa : Edições 70, 1988.

- ———. **Aspectos da antiguidade.** Lisboa : Edições 70, 1990.
- GAY, Peter. **O estilo na história.** São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- GUNDER FRANK, André. **Capitalismo e subdesarrollo em América Latina.** Buenos Aires : Siglo Veintiuno, 1974.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos.** Rio de Janeiro : Forense, 1976.
- ———. **Rebeldes primitivos.** Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4. ed. rev. e at., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- ———. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis : Vozes, 1984.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia.** São Paulo : Perspectiva, 1981.
- ITARARÉ, Barão de. **Almanaque bissexto de 1955.** Rio de Janeiro : Letra e Imagem, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **História geral da civilização brasileira** - O Brasil Republicano-III, v.2, Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1977.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo : Alfa-Ômega, 2. ed., 1975.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo : Martins Fontes, 1990.
- ———. **Reflexões sobre a história.** Lisboa : Edições 70, 1986.
- ———. et alii. **A nova história.** Lisboa : Edições 70, 1986.
- LESSA, Carlos. O desafio das nossas micronações. In: **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 8. X. 89.

- ———. Quando o Estado vem antes da Nação. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28. V. 1989.
- LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas: os anos críticos: 1934-1938**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Quadro sintético da literatura brasileira**. Rio de Janeiro : Agir, 1959.
- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo : Alfa-Ômega, 1977.
- LOBO, Aristides, apud MONARCHA, Carlos. In: **A reinvenção da cidade e das multidões: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo : Cortez. Autores Associados, 1989.
- MARTINS, Luciano. **O Estado capitalista e a burocracia no Brasil**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- MATTA, Roberto da. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável?. In: **Estudos históricos**. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, v. I, n. 2, 1988.
- ———. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ———. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 4. ed., 1983.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal: 1750-1808**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origem da autocracia burguesa**. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1989.
- MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975.
- MERQUIOR, José Guilherme. História mirim do Brasil (III). In: **O globo**. Rio de Janeiro, 12. XI.89.

- MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo : Martins Fontes, 1988.
- MOSSÉ, Claude. **As instituições gregas**. Lisboa : Edições 70, 1989.
- ———. **O processo de Sócrates**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1990.
- ———. **A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo**. Lisboa : Edições 70, 1989.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NUN, José. Amérique Latine: la crise hégémonique. In: **Sociologie du travail** (n. especial: Classes sociales et pouvoir politique em Amérique Latine, apud FAUSTO, BÓRIS, op. cit.
- OLIVEIRA, Franklin de. Os limites da comédia. In: **Senhor**. São Paulo, 17.nov.87.
- ———. Função política da literatura e da arte. In: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, v.2, 1975.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo : Martins Fontes, 1987.
- PARANAPIACAPA, Barão de. Eleições. In: **A década republicana**. Rio de Janeiro : Companhia Tipográfica do Brasil, 1889-1900.
- PAZ, Octavio. **O ogro filantrópico**. Rio de Janeiro : Guanabara, 1989.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. São Paulo : Brasiliense: Campinas: FUNCAMP, 1980.
- PINTO, Tânia Regina. Centenária amargura. In: **Afinal**. 19.abr.88.
- POLÍBIOS. **História**. Brasília. Editora UNB, 1985.
- PRADO, Maria Lúcia. **O populismo na América Latina**. São Paulo :

Brasiliense, 1981.

- RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial do Brasil**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- RICHARD, Lionel. **A república de Weimar**. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- RODRIGUES, Antônio Medina. **As utopias gregas**. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, José Honório. **História combatente**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.
- ————. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982.
- ROSA, Virgínio Santa. **Que foi o tenentismo?** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2. ed., 1963.
- SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil: (1888-1891)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- SISSA, Giulia e DETIENE, Marcel. **Os deuses gregos**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A República: uma revisão histórica**. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 1989.
- SOUZA, Afonso Félix de. **Máximas e mínimas do Barão de Itararé**. Rio de Janeiro : Record, 2. ed., 1986.
- PONTE PRETA, Stanislaw, **Tia Zulmira e eu**. Rio de Janeiro : Editora do Autor, 1961.
- ————. **Primo Altamirando e elas**. Rio de Janeiro : Editora do Autor, 1963.
- ————. **Rosamundo e os outros**. Rio de Janeiro : Editora do Autor, 1963.

- ———. **Garoto linha dura.** Rio de Janeiro : Editora do Autor, 1964.
- ———. **Febeapá-1:** primeiro festival de besteira que assola o país.
Rio de Janeiro : Editora do Autor, 1966.
- ———. **Febeapá-2:** segundo festival de besteira que assola o país.
Rio de Janeiro : Editora Sabiá, 1967.
- ———. **Na terra do crioulo doido:** a máquina de fazer doido. Rio de Janeiro : Editora Sabiá, 1969.
- STONE, I. F. **O julgamento de Sócrates.** São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- TABAK, Fany (org.). **Ideologia e Populismo.** Rio de Janeiro : Eldorado, 1973.
- TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes na república velha.** São Paulo : Brasiliense, 1982.
- THALMAN, Rita. **A república de Weimar.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo : Brasiliense, 1989.
- TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30:** a dominação oculta. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial.** São Paulo : Difel, 1978.
- **VEJA**, 11.V.1988.
- VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília : Editora UNB., 1963.

Cultura Política e Impasses Democráticos no Brasil

João Gualberto Vasconcellos

I - Introdução

Conforme Roberto Da Matta tem enfatizado nos seus trabalhos, uma das dificuldades para se entender o Brasil é a mentalidade analítica linear, que situa uma coisa depois da outra. Da Matta está convencido de que o Brasil é uma sociedade muito mais dada a relações e simultaneidades do que a linearidades e rupturas (1). A sociedade brasileira é pródiga em apresentar combinações e ligações que, à primeira vista, são inteiramente deslocadas ou até mesmo impossíveis. Assim é que, como muito bem assinala Da Matta, é mais fácil ser católico e umbandista, milionário e socialista, aristocrata e populista, ao mesmo tempo, do que ser cada uma dessas coisas num dado momento da existência. No plano da sociedade, combina-se, de forma teoricamente complexa, autoritarismo estatal, patronagem familística e um capitalismo moderno que opera eficientemente em muitas áreas.

Assim, não conseguiu perceber-se até hoje que a questão não é somente ter um capitalismo selvagem e autoritário, mas sobretudo de descobrir que vivemos numa sociedade onde há sistematicamente um relacionamento intenso e funcional entre um sistema de mercado acoplado a um aparato legal fundado em leis universais e no indivíduo como sujeito; e redes imperativas de relações pessoais que funcionam hierarquicamente, mantendo os velhos privilégios elitistas. Nesta perspectiva a raiz do autoritarismo brasileiro estaria nesta simultaneidade, ou nesta capacidade de relacionar laços de família, amizade e compadrio (com suas éticas de patronagens e considerações) e um sistema de leis universais constantemente colocado em xeque pela lógica dos laços pessoais.

O sistema político no Brasil foi construído dentro desta lógica que

associa o aparentemente inassociável. Enquanto nas sociedades do chamado primeiro mundo a política foi ganhando, sobretudo a partir do século XIX, progressivamente, a capacidade de agregar demandas coletivas racionalmente construídas, no Brasil o universo da política continua a ser regido por uma lógica que associa dominação e afeto, favor e violência. A política brasileira combina autoritarismo estatal, relações de compadrio, elementos da burocracia racional-legal weberiana, capitalismo moderno, participação política de base, corporativismo, clientelismo e toda uma gama de combinações difíceis de serem explicadas à luz dos conhecimentos da sociologia política tradicional.

A cultura brasileira apresenta combinação peculiar de elementos patrimoniais e contratuais, que foi historicamente construída. No processo de construção de seus atores coletivos, vários elementos foram instalados e permaneceram atuando até os nossos dias. Em parte esta **longa duração** se explica pela dificuldade de aprofundar os processos sociais, de criar rupturas.

O presente artigo estuda as origens dos impasses que hoje rondam a sociedade brasileira, refletindo inicialmente sobre a construção dos atores coletivos, especialmente do Coronel, e depois de seus herdeiros: o Populista e o Tecnocrata. A interação dessas três classes de atores tem permitido a sobrevivência de um sistema político aparentemente exausto, mas que solidado por laços imaginários profundos ainda não chegou ao seu fim. Tanto é assim que a Era Collor, já na última década do século XX, ainda repete velhas mazelas da política brasileira, ainda que sob a esperança da modernização, que se vê cada vez mais longe e difícil.

II - As Raízes Coloniais

O Brasil foi incorporado à economia internacional através do colonialismo europeu no século XVI. Em 1500 os primeiros portugueses chegaram às costas brasileiras que, pelo Tratado de Tordesilhas, deveriam pertencer a Portugal. O processo de colonização seria iniciado nas décadas subseqüentes. A terra descoberta foi dividida em Capitanias Hereditárias - dezoito nesse primeiro século, reduzindo-se a doze no seguinte - e estas, por sua vez, em municípios. A estrutura jurídico-administrativa da nova possessão foi inteiramente copiada do direito português, de inspiração nitidamente romana.

A imensidão geográfica das terras brasileiras deu ao município originalmente concebido na legislação portuguesa, uma outra dimensão. E, entregues à sua própria sorte, em meio inóspito, distantes da Corte instalada em Lisboa por meses de viagem - que incluíam a travessia do Atlântico - eles passaram a ter uma autonomia de ação que não dispunham na concepção original. Além disso, as condições brasileiras do início da colonização exigiam um nível de ação desconhecido em Portugal. Os indígenas nem sempre aceitaram pacificamente a dominação portuguesa. O número de revoltas e de ataques às construções foi enorme. Nas Capitanias onde as relações dos índios com os colonizadores foi mais conflituosa, as destruições das instalações coloniais eram sistemáticas, e o colonizador viveu em estado de guerra permanente.

Por outro lado, a presença dos escravos africanos conferia à vida social no Brasil um elemento novo. A condição de escravo imposta ao africano emprestou às relações de trabalho um nível de conflito desconhecido na realidade que inspirou a legislação transplantada para o Brasil (2). Isso porque os escravos que não suportavam a dureza que o trabalho e a vida como um todo lhes impunham, frequentemente fugiam para se refugiarem em esconderijos coletivos, protegidos pela existência de florestas tropicais, facilitadoras da fuga e do ato de se esconder.

O somatório desses fatores: a distância da metrópole e a dificuldade imposta pelas condições físicas de sobrevivência na colônia, transformou os municípios em espaços efetivos da construção e da organização da vida política e social no Brasil Colônia. Esses municípios eram administrados por um Senado da Câmara, constituído pelos chamados "homens bons", ou seja, sobretudo aqueles que detinham enormes extensões de terra, mas também, embora marginalmente, altos funcionários da burocracia lusitana. Se o critério do controle da terra foi o elemento básico para a constituição dessa categoria de "homens bons", não podemos esquecer a própria origem da terra. O direito português implantado no Brasil trouxe a instituição da sesmaria. Estas eram enormes porções de terras, doadas àqueles que quisessem se submeter à aventura que era viver no Brasil dos primeiros séculos de colonização.

Se já não bastante a enorme quantidade de terra que representava cada sesmaria individualmente, ainda era prática usual nesse período a doação de duas ou mais sesmarias a uma mesma pessoa, ou então a inúmeros membros de uma mesma família. Na prática, essa política resultou na construção de imensos latifúndios em todo o Brasil. Do ponto-de-vista da dominação portuguesa, estes latifúndios eram necessários na medida em que um pequeno País, com aproximadamente um milhão de habitantes

no início do século XVI, não dispunha de gente capaz de conduzir uma ocupação mais efetiva. Abandonados no meio de um território imenso, produzindo produtos complementares à economia europeia (cana-de-açúcar, tabaco, algodão), essas unidades produtivas agrícolas obtiveram, rapidamente, grande autonomia, inclusive decisória em relação a Lisboa.

Esses latifúndios, perdidos na imensidão territorial brasileira, sem condições de comunicação, e tendo que armar-se para enfrentar o índio e o escravo fugitivo, começaram a abrigar milícias armadas importantes. Dessa união da força econômica com a militar surgiu o personagem que Raimundo Faoro chama de *potentado rural*. O *potentado rural* era naturalmente o "homem bom" de que falava a legislação portuguesa colonial. Seu poder estendia-se muito além do que lhe deveria conceder o domínio das terras. O próprio Estado português através da estrutura das Milícias e Ordenanças tratou de outorgar títulos de oficial dessas milícias a esses *potentados rurais*. Criou-se, assim, uma camada social de homens que tudo podiam. Eram, a um só tempo, senhor de terras, políticos que detinham o poder nos municípios e oficiais de uma milícia poderosa.

Não podemos esquecer que o processo colonial brasileiro foi todo construído com o trabalho escravo. Assim, o mundo do *potentado rural* era o mundo da Casa Grande, brilhantemente descrito por Gilberto Freire (3). Um universo no qual o sadismo era a regra geral na convivência. Do ponto de vista de construção de regras de relacionamento social, o escravismo é uma instituição extremamente perversa. Basta imaginarmos o funcionamento de uma Casa Grande, sede de um Engenho de Açúcar e de extensos domínios, onde a cana era produzida. Com seus escravos no campo e os domésticos, essas unidades produtivas autárquicas conseguiam agregar em torno de si um grande elenco de personagens que giravam inteiramente em torno do *potentado rural*. Um pequeno exemplo pode ser esclarecedor: as crianças das Casas Grandes tinham o direito de possuir um *escravinho*, que era significativamente denominado de **moleque pancadas**, com o qual ele tinha o direito de fazer o que bem entendesse, sem que tivesse o menor limite em suas perversidades. Eram frequentes, também, as investidas sexuais dos senhores com as *escravas* mais bonitas. Os ciúmes das esposas voltavam-se invariavelmente contra elas, que eram mutiladas (olhos arrancados, orelhas decepadas, rosto cortado brutalmente) para evitar novas aventuras. A ausência de limites, a ausência de noção do outro, foi marca do processo de colonização brasileiro. Nem o indígena e nem o negro africano tiveram a menor condição de impor regras de relacionamento minimamente construídas sobre um contrato social. Era o mundo do forte senhor da terra.

Em torno desse potentado e de seus domínios, foi surgindo no decorrer da história brasileira uma nova categoria: o **homem livre**, sejam os filhos bastardos das Casas Grandes ou produtos do entrelaçamento de negros e índios. Entretanto não havia espaço para eles na estrutura social da Colônia. A sociedade ainda estava dividida, de uma forma muito simples, entre senhores e escravos; os outros eram índios ou mestiços vivendo inteiramente fora das atividades produtivas e da distribuição da riqueza. Só lhes restava serem agregados dos grandes domínios. O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio (4). Nesse tecido social primário, sem a existência de nenhum tipo de cidadania, onde as relações eram de dominação violenta e cruel, reinava soberano o potentado rural.

Essa é a realidade que gerou as primeiras elites brasileiras. Onipotentes em seus domínios, distantes da metrópole, adaptando como melhor lhes convia os códigos portugueses. Exercendo suas ações sem que houvesse um outro para lhes opor resistência ao nível político. Quando havia resistência, ela era tratada simplesmente no nível da violência, da eliminação física ou dos maus-tratos os mais sádicos e variados.

Entretanto, não era só de violência e medo que se nutria a dominação no Brasil-Colônia. Ao mesmo tempo em que foram se institucionalizando essas relações violentas de dominação, outras instituições foram sendo criadas, mas estas desempenhando papéis mais doces, embora no mesmo clima de controle social. A religião católica, obrigatória na Colônia, e única exigência para quem quisesse emigrar para o Brasil, gerou a primeira delas (mesmo os escravos eram batizados e professavam a fé católica. Assim floresce o sincretismo religioso brasileiro, com os escravos mascarando seus ritos sob a capa dos rituais católicos). O catolicismo ofereceu a primeira dessas instituições soldadoras da vida social no Brasil: o compadrio. Todos os que nasciam eram batizados segundo a fé cristã. O padrinho desempenhava socialmente o papel de protetor do afilhado, de quem seria uma espécie de segundo pai. Nas sedes das grandes fazendas os senhores eram normalmente padrinhos da imensa maioria das crianças que ali nasciam. Dessa forma um papel de protetor lhes estava assegurado. Essa proteção tinha um sentido muito amplo, indo desde conseguir um mínimo de segurança social (do tipo de assegurar a permanência nos domínios) até o de dirimir conflitos, ou aprovar/reprovar casamentos ou sociedades.

Entretanto, as relações de compadrio não eram as únicas que as-

seguravam um certo cimento nas relações sociais. O próprio papel paterno na estrutura familiar portuguesa transposta ao Brasil assegurava uma vasta dominação na família. Como a estrutura social assegurava ao grande senhor de terras (por vários mecanismos, entre eles as relações de compadrio antes mencionadas) que os agregados eram uma extensão de sua família, havia um intenso papel social a ser desempenhado. Essa proteção do grande pai mesclava, bem no estilo das antigas famílias portuguesas, um papel extremamente autoritário, exercido entretanto em nome da unidade familiar e do amor que deve envolver as relações pai-filho. O lado duro da autoridade seria assim compensado pela compreensão paterna. O desconforto da submissão ao grande pai seria assim reduzido pela certeza da intenção amorosa.

É esta a lógica central do processo de dominação que marca a formação da sociedade brasileira. Uma sociedade autoritária, formada sem a mínima noção de cidadania ou de respeito ao outro, onde os grandes senhores tudo podiam. Uma sociedade colonial em que não havia a negociação de conflitos, a formação de uma opinião pública ou qualquer vestígio de democracia. Todos os conflitos eram resolvidos com base na violência. Mas no seio desta sociedade autoritária, havia toda uma rede de relações afetivas que se desenvolveram e que deram consistência social à dominação violenta. É nesta rede de afeto e violência que se estrutura o imaginário político brasileiro, onde os atores políticos desempenham esses duplos papéis de dominação. O controle através do afeto e da dominação, eis o traço central da formação histórica da política brasileira.

Nesse universo não havia diferença entre o público e o privado. O senhor total, que tudo controlava, desde a vida política até o funcionamento econômico, passando pelo destino das pessoas (seja através de julgamentos formais ou simplesmente do arbítrio mais puro) tudo podia. O Estado era ele, representante da distante burocracia portuguesa, e que tudo colocava a seu serviço e de sua família.

A colonização norte-americana foi feita basicamente a partir de comunidades de origem religiosa. Essas comunidades estruturam toda uma lógica de poder local que passava por eleições e pelo controle dos fiéis da vida social. Já a história brasileira criou, como núcleo central do processo de construção da sociedade, núcleos produtivos na forma de latifúndios. Esses latifúndios eram comandados autoritariamente pelos potentados rurais, escudados nas milícias criadas formalmente pelo Estado português, mas mantidas às expensas desses mesmos potentados. Neles prevaleciam as relações de dominação que mesclavam afeto e violência. Duas formas diversas de estruturar o poder local e que deram origem a duas sociedades políticas inteiramente diferentes.

III - O Coronel da Guarda Nacional

o processo da Independência brasileira não colocou em questão os núcleos centrais sobre os quais se assentou a vida social durante toda a fase colonial. Conduzida pelas mesmas elites da terra, associada à burocracia portuguesa, a Independência manteve as instituições centrais sobre as quais se assentava a vida no Brasil: latifúndio, escravidão, monarquia. A exclusão social continuou tão grande como antes. O que mudou efetivamente foi a geografia do poder, cuja sede passou a ser o Rio de Janeiro. A origem imediata do processo de Independência foi a fuga da Corte portuguesa para o Brasil, em dezembro de 1807, e a transferência da sede das atividades econômicas para a Colônia, agora elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. Com o fim dos conflitos napoleônicos na Europa, e o retorno das Cortes para Portugal, estabeleceu-se um conflito entre os interesses baseados no Brasil e o interesse da Corte, empenhada em sediar novamente as atividades econômicas. No contexto desse conflito nasceu a Independência do Brasil, que se viu assim liberto da tutela política de Lisboa, mas passou a circular na órbita do colonialismo inglês.

O Brasil independente transformou-se num Império, ao contrário de toda a América espanhola que caminhou para a situação republicana. O primeiro imperador era o mesmo português, filho do monarca que emigrara, e que já vinha dirigindo a nação desde a volta do pai a Portugal. A vida política era dominada por dois partidos, o Liberal e o Conservador. Como o sistema era parlamentarista, eles se revezam no poder. Entretanto o funcionamento social da nação recém liberta mostrava-se muito parecido com o sistema que lhe antecederá. Uma instituição nascida no novo contexto desempenharia um papel fundamental na estruturação do poder, sobretudo do poder local: a Guarda Nacional.

Ela foi criada em 1831, e era uma milícia privada formada de homens livres. Foi baseada numa lei semelhante, promulgada na França cinco meses antes de sua criação no Brasil, tendo, entretanto, tido uma função muito diferente da sua similar européia. Desde o início, a missão da Guarda Nacional Brasileira foi a de institucionalizar uma nova ordem legal: ela devia dar ajuda poderosa à aniquilação de qualquer grupo, instituição ou facção contestatória das novas autoridades imperiais e seu monopólio de coerção. Ela viria a se estruturar sobre as antigas Milícias e Ordenanças, que foram extintas quando de sua criação. Isto significa que se ela foi herdeira de uma

antiga tradição de milícias armadas, ela era a continuidade do espírito de militarização da sociedade vinda dos tempos coloniais.

As antigas Milícias e Ordenanças davam aos potentados rurais uma base militar que teve um importante papel na estruturação de seu poder. A sociedade já havia internalizado, de outro lado, essa associação do poder político com o poder militar. A cultura da violência, na qual iria atuar a Guarda Nacional, já estava assentada na sociedade antes de sua criação, e foi ela que garantiu a eficácia de sua ação. A negligência dos historiadores e cientistas sociais brasileiros, em geral, com referência a discussão do importante papel da Guarda Nacional no período imperial, resulta provavelmente do fato de terem em mente a Guarda Nacional que pertenceu à República Velha e aos últimos anos do Império, que não executava mais qualquer atividade importante para o Estado, e sem qualquer sentido de missão(5).

Entretanto, em seu início, a Guarda Nacional atuou fortemente na integração da jovem nação, impedindo seu esfacelamento, ajudando a sufocar as rebeliões e os movimentos separatistas que surgiram em várias Províncias. Como o Império não tinha condições, nem mesmo financeiras, de montar uma burocracia atuante em todos os pontos do imenso território, coube aos oficiais da Guarda Nacional desempenhar o papel de uma burocracia, embora não-profissional, e presente em cada um dos municípios brasileiros. Como os oficiais da Guarda eram os mesmos grandes latifundiários que estruturaram historicamente o poder local no Brasil, a soma de poder conseguida por eles no Brasil Império era ainda maior do que tinham anteriormente.

Do ponto de vista da estruturação do sistema político, o papel dos coronéis da Guarda Nacional não foi menos importante. Eles já eram, desde o Brasil Colônia, o principal pilar de sustentação do poder. Com o advento do Império e a estruturação de um sistema eleitoral mais amplo, seu papel foi também ampliado. As eleições eram censitárias, o que vale dizer que o voto não era universal, tendo acesso a ele apenas aqueles que tinham posses ou alto nível de renda (o sistema sofreu várias modificações, mas manteve sempre a mesma lógica: a exclusão popular), e eram os Coronéis que faziam o sistema político funcionar, organizavam as eleições municipais, e eram eles, ou seus representantes, os candidatos. No topo do sistema uma Corte sofisticada, na base o poder total dos Coronéis, estruturado sobre um sistema social que lhes conferia grande influência.

À medida que o Império amadurecia, a Guarda Nacional perdia importância como corporação militar. Seu papel transformou-se cada vez mais em guardião de uma ordem política excludente. Depois da Guerra do

Paraguai (1864-1870) o exército ocupou definitivamente o papel militar que fora exercido por ela. Entretanto, se a corporação como um todo entrava em declínio, o mesmo não poderia se dizer dos seus oficiais. Estes eram cada vez mais influentes, tanto a nível local quanto a nível regional, já que de suas uniões, articulações e incompatibilidades surgiam os governos. Quando mais se enfraquecia o Império anacrônico, mais se fortalecia o poder dos Coronéis. Foram os grandes latifundiários de São Paulo que divulgaram, em 1870, o Manifesto Republicano, dando origem mais tarde a um partido político também republicano. Num certo momento o afastamento do Imperador do núcleo central do poder era importante para que os grupos de Coronéis e oligarquias de cada Província ocupassem de uma vez o centro do sistema político. Foi, aliás, isso que se deu em 1889, quando a monarquia, já enfraquecida politicamente, agonizava em função da perda de apoio em suas bases, provocada pela Abolição dos Escravos. De uma aliança entre os detentores do poder local e as elites militares positivistas - que se acreditavam o sangue puro da nação e apostavam no ideal positivista da ditadura republicana - surgiu a República Brasileira. Proclamada num golpe militar sem nenhuma base popular, ela foi efetivamente o início do domínio do Coronel como o centro do sistema político brasileiro (6).

IV - A República dos Coronéis

A primeira República, que duraria de 1889 até 1930, foi sobretudo a República dos Coronéis. Nela o poder local era inequivocamente exercido pelos oficiais da Guarda Nacional, já agora um posto meramente simbólico, espelho do poder econômico e político do grande latifundiário do Brasil republicano. O homem simples do campo chamava de Coronel a todo chefe político importante, de tal forma que sob esse nome passou-se a designar comumente os políticos poderosos. Na estruturação de poder consequente da Proclamação da República, as antigas províncias foram transformadas em Estados Federados, a exemplo da organização político-administrativa norte-americana. Nesses Estados, o poder era exercido através de acordos entre os Coronéis. Os coronéis dos Estados celebravam acordos para a eleição do Presidente da República. Era a hierarquia para a qual Maria Izaura Queiroz chama a atenção: o mandão local, o mandão estadual e o mandão nacional (7). Esse mandonismo local tinha uma lógica de funcionamento

largamente baseada na corrupção eleitoral. A República introduzira o voto universal para os maiores de 21 anos (exceção para os analfabetos e as mulheres), a despeito de qualquer alteração na estrutura social brasileira.

O Brasil continuava sendo um país essencialmente agrícola, com uma estrutura produtiva baseada inteiramente no latifúndio e uma enorme população de agregados (homens formalmente livres, mas sem nenhuma condição do exercício da cidadania, exilados no mundo rural). A grande moeda de dominação agora era o voto. Era ele o grande instrumento, a partir do qual se chegava ao topo do sistema político. Entretanto, os velhos elementos de estruturação da cultura política brasileira estavam sempre presentes na arena política. Os elementos básicos da dominação coronelística continuavam sendo o afeto e a violência. As antigas relações de compadrio predominavam, e estavam na base da razão de voto no Brasil da República Velha. Num livro clássico do estudo do coronelismo no Brasil Victor Nunes Leal analisa que o coronelismo, em sua acepção republicana, é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema coronelista, quais sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. O coronelismo é, para Leal, o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (8).

Os intelectuais brasileiros que influenciaram na Proclamação da República optaram por copiar das nações mais desenvolvidas a estrutura jurídica que permitiria surgir um sistema político baseado no voto universal, nos partidos políticos e em toda a malha necessária à institucionalização de um sistema democrático representativo. Só que, na imensa maioria do território nacional, sobreviviam os velhos latifúndios e dominavam tranquilamente os tradicionais Coronéis. Desse casamento desigual - característica central da sociedade brasileira, como nos ensina Roberto DaMata - surge o Coronelismo e sua capacidade de fazer operar um sistema político formalmente moderno com as velhas moedas vindas dos tempos coloniais. Leal nos dá um belo exemplo dessa dissemetria entre o mundo do eleitor brasileiro da primeira metade do século XX, e o voto como elemento de articulação das demandas coletivas. Ele descreve um processo eleitoral:

"São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício

nesse sentido. Documentos, transportes, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento... É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente".

Pensando desta forma, na construção do sistema político brasileiro á absolutamente normal que tenha havido inteira alienação do eleitor com relação ao voto como instrumento de mudança. Maria Izaura Queiroz registra em seus trabalhos que a eleição não era momento da escolha dos mais capacitados, e sim um momento de barganha ou de reciprocidade de dons. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu benefício, ou porque espera recebê-lo.

"Votar num candidato indicado por um Coronel não é aceitar passivamente a vontade deste: é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão da sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião" (9).

Se o Coronel era da "situação", seus apaniguados tinham liberdade de ação para fazer o que quisessem, com a certeza de ficarem impunes; quando o Coronel se encontrava na "oposição", porém, era como se a maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados, e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo o quanto se arriscavam. Para o apaniguado, nada melhor do que seu Coronel ficar com "situação", a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição.

Nesse sentido, não se pode falar em alienação ou inconsciência do eleitor brasileiro, mesmo na Primeira República. O que sempre houve foi uma outra ordem de consciência, uma consciência que se estabelece a partir da relação que cada cidadão era capaz de manter com o Estado e com a política. Ao invés da articulação das demandas coletivas, os pequenos favores. Ao invés dos grandes líderes nacionais inspiradores da fé popular,

uma escala hierárquica de chefes politiquieiros, interessados em receber e distribuir favores pessoais na afetividade, no tapinha nas costas, na simpatia. Os liberais brasileiros foram escravagistas durante o Império e coronelistas durante a República, tendo transformado a ideologia liberal em discurso de fachada. A política do favor penetrou e impregnou o conjunto da existência nacional, preservando entretanto as relações de produção de base, baseadas na força (10).

V - A Gênese dos novos Atores

A geração de novos atores políticos no Brasil e a sua inserção no jogo de poder ficaram visíveis a partir do início do século XX. Foi em função de forte crítica ao liberalismo, como a doutrina da Primeira República, que eles surgiram. Na opinião de seus principais críticos, a República Velha havia fracassado por causa de seus sonhos democráticos, incompreensíveis para a maioria da população e impróprios à realidade brasileira. Para corrigir tais erros na opinião desses mesmos críticos, seria necessário agir de uma forma claramente autoritária, realizando as mudanças sociais em nome do povo. Trata-se da atualização de uma velha tese das elites brasileiras: a **capacidade política das massas**. A partir de 1910, num ambiente de crítica social, um novo grupo de atores coletivos colocou-se em evidência: os intelectuais, que articularam um novo pensamento autoritário e um novo projeto de sociedade. Projeto este que coloca em evidência o papel civilizador das elites intelectuais no sentido de construir uma sociedade tecnocrática, forma encontrada de buscar a paz social. O ano de 1922 pode ser considerado como símbolo do movimento de renovação. Ano de comemoração do centenário da Independência, ele assistiu a criação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, a primeira rebelião tenentista e a criação do Centro Dom Vital, local importante de articulação da renovação católica. Esses movimentos tinham forte repercussão popular, na medida em que a população estava muito insatisfeita com a situação econômica decorrente da crise internacional de 1920 e suas conseqüências na exportação do café. O tenentismo talvez tenha sido o movimento que mais vocalizou este descontentamento popular. O movimento ganhou esse nome porque foi dirigido pelos jovens oficiais do exército, que queriam participar do poder e da vida política nacional, até então reservada aos

círculo dos Coronéis. Não foi por acaso que mais tarde um dos dirigentes do movimento tenentista, Luiz Carlos Prestes, aderiu ao Partido Comunista e veio a ser seu mais importante dirigente, e seu Secretário Geral em torno de meio século.

Havia uma forte correlação entre o surgimento do projeto autoritário por parte dos novos atores coletivos, sobretudo dos intelectuais, e o nascimento de uma tecnocracia no Brasil. Mesmo o fato dessa tecnocracia só ter se estabelecido muitos anos mais tarde, não impediu que o ideal tecnocrático tenha sido gerado com base nas idéias autoritárias desse grupo de intelectuais. Podemos tomar como exemplo a obra de Oliveira Vianna, um dos expoentes das novas idéias, que escreveu em 1930: "a realização de um grande ideal não é jamais obra coletiva das massas, mas de uma elite, de um grupo ou de uma classe que se identifica com ela, e luta por ela" (11). Ela criticou o papel dos clãs rurais, e lutava pela mudança de suas funções como a pedra angular da reconstrução histórica brasileira. Um outro autor associado à irrupção do pensamento autoritário brasileiro, Azevedo Amaral, disse: "a própria natureza essencial da ação política é de ordem intelectual, o que quer dizer que ela se molda pela empreza de minorias intelectuais privilegiadas sobre as maiorias intelectualmente desfavorecidas" (12). O seu texto exprime igualmente que a idéia da superioridade dos intelectuais implicaria simultaneamente numa gestão racional das relações sociais e econômicas, para as quais o planejamento econômico seria a melhor ilustração. Alberto Torres (13) também influenciou grandemente a construção do pensamento autoritário brasileiro, elaborando a proposta de uma organização política adequada à nação, que permitiria estruturar a sociedade. O conjunto desse projeto autoritário seria construído em torno do papel central do Estado, que deveria promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social, e que estaria de certa maneira acima dos interesses de todas as classes sociais, para poder construir uma identidade nacional ainda frágil (14).

Foi assim que no curso dos anos 1920 o coronelismo dará seus primeiros sintomas de esgotamento político. Sua existência, ligada a uma sociedade pouco complexa, cujo funcionamento era relativamente simples, não era viável numa sociedade urbana e que se modernizava. Os Coronéis foram gerados na sociedade brasileira pela ausência de regras e de normas, pelo arbítrio, pela violência e pelos favores como formas de mediação dos conflitos sociais e de adequação das demandas pessoais. Essa mediação se deteriorava progressivamente. Na medida em que essa decadência se tornava flagrante, os novos atores tornavam-se cada vez mais visíveis. Um outro tipo de ator político, também produto do mesmo desejo de

participação política nasce: o populista. No Brasil os populistas ficaram conhecidos como os Coronéis urbanos, porque eles atuaram dentro do mesmo imaginário político instituído pelos velhos Coronéis. No sindicalismo amarelo atuante no Rio de Janeiro no início do século já temos a marca desses atores. Pela política que essa corrente fazia (alianças com setores estatais, acordos com a polícia nas situações de greve) eles ficaram conhecidos como os Coronéis marítimos.

Assim foi que os Coronéis, que foram seguramente os grandes atores entre 1889 e 1930, começaram a dividir a cena política com outros personagens, saídos da crise da chamada República Liberal. Os germes do populismo e da tecnocracia foram colocados ainda nesse período. Entretanto os três personagens têm visões sociais coincidentes: a construção de um Estado autoritário, excludente, paternalista. Não por acaso. Mas porque os dois personagens foram nutridos na mesma lógica dos Coronéis, que lhes impregnou a ação.

VI - Getúlio Vargas e a rearticulação dos Atores

Getúlio Dornelles Vargas era um produto típico da República Velha e de suas fraudes eleitorais. Havia sido Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e depois Ministro da Fazenda. Entretanto foi candidato às eleições presidenciais em 1930, e, para ampliar suas bases de campanha como candidato de oposição, tornou-se um defensor da representação popular, através do voto secreto e da designação de magistrados para a presidência das eleições, segundo um programa defendido pela Aliança Liberal. A Aliança se apresentava como uma força política que acolhia todos os descontentes e todas as esperanças. O pobre, o milionário, o funcionário, o comunista, a feminista, todos tinham confiança na serenidade da ação do candidato que a Aliança sustentava.

Entretanto Vargas perdeu a eleição. Alegando que o resultado havia sido fraudado, o grupo que sustentava deu um Golpe. Os velhos oligarcas terminaram por aceitar uma aliança com os tenentes e os setores mais radicais. Os situacionistas estavam fracos, pela forte crise de 1929, que ocasionara a queda do preço do café no mercado internacional. A revolução de 1930, como ficou conhecido o movimento, foi o resultado, essencialmente, de uma aliança temporária entre os setores das elites tradicionais -

sobretudo aquelas que não estavam ligadas ao café - as classes médias e os setores militares tenentistas.

Vargas, o novo Presidente, estava encarregado de conduzir um processo que levasse a reformas no sistema político e eleitoral. As várias forças que compunham o governo se digladiavam em torno de um modelo de gestão. O novo Presidente funcionava com um árbitro, acumulando enormes poderes para isso. Ele acabou se tornando o centro político do Brasil, e comandou a organização de um Estado Nacional autoritário, centralizador e intervencionista, com base na formulação dos intelectuais autoritários dos anos 1920. O mandato deveria terminar em 1934, mas foi prorrogado por mais 4 anos. Em 1937 ele deu um golpe, instituindo o Estado Novo. Quando o Estado varguista conseguiu inviabilizar todas as possibilidades de organização da sociedade, ele pôs em prática as políticas econômicas de seu dirigente supremo. Esta política se apoiava, de um lado, na valorização do café. Ao mesmo tempo que o governo, ao viabilizar os preços internacionais do café, aliava-se às elites tradicionais, ele lançava as bases de uma política de industrialização. As Forças Armadas eram os grandes aliados nesse projeto, articulando uma ideologia que pensava na segurança nacional através de um processo de desenvolvimento econômico. De uma forma geral concebiam a industrialização como condição "sine qua non" para o desenvolvimento econômico e a autonomia política. A este projeto econômico - que tentava articular interesses dos setores tradicionais do café e dos setores ligados à modernização industrial - associava-se uma terrível repressão social e um regime de supressão das liberdades.

Uma burocracia técnica bem paga emergiu desse processo. O investimento maciço do Estado em infra-estrutura industrial básica foi feito sobretudo através da criação de empresas públicas. Nelas começou a reinar uma burocracia industrial, vinculada a um ideal de modernização da sociedade pela via da industrialização. Uma reforma administrativa ganhou forma definitiva em 1941. A reforma criou os instrumentos de controle que permitiram a centralização definitiva do poder e a integração nacional. As relações entre o governo central e os Estados foram regulamentadas de maneira a eliminar os últimos restos de federalismo. Os interventores nomeados para cada Estado tinham suas atividades controladas por um Departamento Administrativo, diretamente vinculado ao Ministro da Justiça, e cujo Diretor era nomeado pelo Presidente da República. O Departamento Administrativo representava - por sua composição profissional e social: jovens advogados, engenheiros, técnicos agrícolas, estatísticos - a introdução de novos parâmetros de eficácia e de ascensão de um novo

agente social: o tecnocrata. Foi a convivência entre frações das elites tradicionais, no nível da escolha dos interventores e de uma parte de suas assessoria, e a formação de uma burocracia técnica seguida por parâmetros de eficácia e competência, vinculada ao poder central, que permitira a Vargas o controle do processo decisório.

A legislação estabelecendo as relações entre operários e trabalhadores urbanos, de um lado, e os patrões de outro, foi colocada em ação definitivamente nesse mesmo período, sob o controle do Estado. O Ministério do Trabalho foi dirigido a partir de 1941 por um representante dos grupos industriais de São Paulo, Alexandre Marcondes Filho. Sua inovação consistiu em introduzir novas técnicas de propaganda e de manipulação das massas, o trabalhismo, o que reforçou a identificação entre os trabalhadores e Vargas. A relação pessoal entre Vargas e o povo tomava forma, com efeitos políticos duráveis, alimentando a cultura política do populismo, traço marcante na vida política brasileira.

Os Coronéis participavam do poder, sobretudo no nível regional, mas eles não eram mais o centro do sistema: Vargas era o novo centro. O espaço decisório perdido pelo velho Coronel passou a ser ocupado pela jovem burocracia técnica. Outro ponto importante nessa estrutura política foi a classe operária urbana. Constituída notadamente de migrantes vindos das regiões agrícolas, onde seu trabalho não tinha qualquer garantia, ela se beneficiaria da legislação social e devotaria grande admiração a Vargas. Esse o tripé no qual o ditador se apoiava.

Vargas conseguiu unir num mesmo imaginário os três grandes atores articulado por ele: o Coronel, o Tecnocrata e o Populista. Todos girando em torno do Estado, com uma visão autoritária e paternalista do processo social. Para não colocar em risco a aliança, Vargas jamais estendeu a legislação social ao campo, cujo trabalho continuou tendo basicamente a mesma estrutura herdada da colônia: lá o Coronel reinava absoluto. Os dois atores urbanos, o tecnocrata e o populista, tinham ações complementares e convergiam para um projeto de paz social, tão ao gosto do ditador. Vargas não destruiu as bases sobre as quais se apoiava a política das elites: ele as redefiniu em seu favor, com a inclusão de novos atores.

Com o fim da ditadura em 1945 Getúlio Vargas criaria dois partidos políticos: o Partido Trabalhista Brasileiro, de base urbana e o Partido Social Democrático, uma reunião dos restos do coronelismo. Assim a redemocratização do Brasil nos pós-guerra se deu sob a direção de dois partidos criados e dirigidos por Vargas, que foi eleito Presidente em 1950 numa aliança entre o P.T.B. e o P.S.D.. O equilíbrio entre essas três classes de atores permitia que o sistema político inventado por Vargas se man-

tivesse no poder até o início dos anos 1960. Em 1964 esse equilíbrio se rompeu e um Golpe Militar apossou-se do poder.

VII - O vazio Político Brasileiro

A ditadura que chegou ao poder em 1964 significou a hegemonia do Tecnocrata. O Coronel não morreu. O esquema de poder criado por Vargas foi mantido, mas com uma diferença fundamental: o centro do poder era agora o tecnocrata, sobretudo o economista. O governo, no decorrer dos anos 1960 e até a metade dos anos 1970, legitimou-se sobretudo pela capacidade de distribuir benefícios econômicos. Sob a lógica do crescimento - largamente financiado pelos empréstimos externos - novos empregos foram gerados, os salários da classe média de formação universitária foram significativamente elevados, houve a modernização de vários serviços oferecidos pelo Estado (comunicações, rodovias, infra-estrutura industrial). O novo mito, sob o qual os governos militares construíram seu discurso de grandeza, foi o Tecnocrata. Entretanto, se no centro do poder estava a tecnocracia civil e militar, na periferia do sistema político os coronéis e populistas emprestavam ao poder central o apoio que lhes faltava.

Sempre houve eleições para as prefeituras das pequenas cidades e para o legislativo, nos seus níveis municipal, estadual e federal. Essas eleições foram disputadas pelos políticos tradicionais, atuando sempre na lógica do Coronel: o favor pessoal, a intermediação com o Estado, o paternalismo. A lógica coronelista e populista se mantinha na periferia do sistema, viabilizando a ação central do Tecnocrata.

Novas forças políticas foram surgindo, sem que tivessem, contudo, condições de chegar ao poder. O novo sindicalismo, a ação da igreja católica, o retorno de vários líderes exilados com a anistia decretada em 1979, a formação de partidos mais comprometidos com as causas populares, são exemplos claros disso. Com o fim da ditadura e a realização das eleições presidenciais de 1990 isso ficou claro. No segundo turno das eleições estavam disputando dois blocos claramente definidos. De um lado, os representantes claros e nítidos dos velhos coronéis, populistas e tecnocratas que se perfilavam em torno do candidato Fernando Collor de Mello. Do outro, representantes de vários partidos políticos e várias correntes ideológicas, agrupados em torno da candidatura de Luiz Ignácio Lula da

Silva. Claramente os representantes da velha forma de fazer política no Brasil estavam com Collor e as várias propostas de mudança social no Brasil com Lula. As exceções havidas apenas confirmam a regra.

Uma vez eleito, em que condições históricas tenta o Presidente Collor construir sua liderança? O primeiro elemento a ser considerado no papel do novo Presidente é o vazio em que vivia o Brasil na época das eleições. A ditadura dos tecnocratas iniciou esse processo. Por não saber conviver com as oposições, a não ser aquelas tidas como moderadas, assistiu-se a eliminação (às vezes física, outras pelo exílio ou pela censura, ou pela proibição pura e simples) dos atores políticos que não concordavam com seus projetos sociais. O Golpe Militar se mostrou incapaz de criar novos padrões de conduta política, de gerar novos líderes. Nesse período os interesses do grande capital e os interesses conservadores não tinham porta-vozes populares, capazes de seduzir as massas. Existem exemplos de lideranças estabelecidos a partir da ditadura, como Paulo Malluf, mas que não conseguiram estabelecer uma presença significativa em todo o país.

No momento em que a capacidade de distribuir benefícios entra em crise, a partir do fim dos anos 1970, a ditadura se associa cada vez mais aos velhos atores, à velha lógica do Coronel, se afastando progressivamente de qualquer base social urbana e moderna. O esgotamento político dos governos militares foi lento e penoso para toda a nação. As manifestações populares pelas eleições diretas em 1984 demonstraram isso claramente. Entretanto, ao invés de eleições livres, que o Congresso Nacional não aprovou, um Colégio Eleitoral indicou um velho e hábil político mineiro, Tancredo Neves, para realizar aquilo que ficou conhecido como transição democrática. Mas, a morte de Tancredo Neves e a ascensão de José Sarney - seu vice - ao poder, foram golpes mortais a uma possível mobilização popular em torno do futuro governo. Sem popularidade, sem uma presença marcante nos Estados mais importantes da Federação, Sarney tentou articular seu projeto político no Plano Cruzado, cujo fracasso todos conhecem. Para a maioria dos brasileiros, o governo civil que substituiu o General Figueiredo era tão incapaz quanto o primeiro, e girava igualmente em torno do nada. Sem projeto coletivo, sem autoridade presente, os brasileiros - socializados numa sociedade de instituições autoritárias e herdeiros de uma cultura política paternalista - estavam abandonados a eles mesmos, aos seus próprios vazios.

VIII - Fernando Collor = O Coronel Eletrônico

Para entender a política brasileira do início dos anos 1990, para entender a era Collor, é preciso ter consciência do vazio. Vazio que vem envolvendo a ação da maioria dos partidos políticos. Collor entendeu com perfeição essa situação, e; ainda como Governador de Alagoas, mas já com vistas às eleições presidenciais, começou a produzir uma série de eventos de forte conteúdo popular. Construiu uma imagem em oposição ao marasmo que reinava no Governo Sarney. Conseguiu canalizar o ódio coletivo na sua luta contra os marajás de seu Estado. Com um bom apoio da mídia, ele percebeu as suas reais chances de se tornar um personagem nacional. Impressionante como ele conseguiu, a partir daí, construir-se como um produto perfeito do marketing eleitoral. E assustadora a banalização da experiência democrática brasileira. Poucos países do mundo conseguiram produzir um Presidente de laboratório ao nível de Collor, apoiado no mais puro oportunismo eleitoral, no qual o candidato fala sempre o que o eleitor quer ouvir.

Os primeiros passos de seu governo mostraram sua ausência de planos. Mostraram ainda como é difícil administrar, uma vez no poder, uma imagem criada sem dificuldades numa campanha eleitoral. O eleitor médio brasileiro ainda não se descolou de alguns comportamentos arcaicos, herança dos velhos tempos. Nas eleições municipais e mesmo regionais a política de favores define eleições, mas é muito difícil reproduzir essa estrutura a nível de toda a nação. O voto para Presidente não pode ser trocado por um favor, um emprego, o calçamento de uma rua; ele acaba cedendo ao mito da potência do candidato, ao seu discurso messiânico. No nível local toda uma rede de agentes políticos ligados às velhas estratégias das elites viabilizou a eleição de Collor, mas sua moeda essencial de voto foi a televisão. Uma re-maquagem dos velhos métodos políticos brasileiros, uma mediatização do coronelismo.

Esse Coronel eletrônico, eleito no mesmo caldo de cultura que assegurou historicamente a ascensão dos políticos tradicionais brasileiros, elegeu-se, entretanto, com base numa promessa vaga de modernização. Com sérias dificuldades para articular uma base parlamentar - seu partido é inexpressivo - ele tem tido que ceder ao fisiologismo clássico brasileiro, para conseguir aprovar seus projetos no parlamento. Sua base social não lhe dá qualquer apoio para um projeto nacional, na medida em que é a continuidade do eleitor que não faz de seus votos um instrumento de articulação de demandas coletivas.

A política brasileira vive uma "longée durée" do Coronel e de sua lógica na distribuição de afeto e violência, na medida em que não rompeu com o imaginário no qual sua cultura política floresce. Representante de velhas práticas sociais, ele está paradoxalmente na base de um projeto de modernização do governo Collor. Entretanto, há um Brasil com comportamentos mais modernos que convive com estes traços tradicionais. Essa capacidade de juntar o que não poderia estar junto - traço apontado por DaMatta - está na base do nosso sistema político, está na base do impasse brasileiro na construção de uma sociedade democrática. Está na base do fracasso do governo Collor: coronelista no conteúdo e moderno na forma. Bem brasileiro.

O primeiro passo de seu governo mostrou sua ausência de planejamento. Mostraram ainda como é difícil administrar, uma vez no poder, uma imagem criada sem dificuldades numa campanha eleitoral. O eleitor médio brasileiro ainda não se descolou de alguns comportamentos atavicos, heranças dos velhos tempos. Nas eleições municipais e mesmo regionais a política de favores define eleições, mas é muito difícil reproduzir essa estrutura a nível de toda a nação. O voto para Presidente não pode ser trocado por um favor, um emprego, o calçamento de uma rua; ele acaba cedendo ao mito da potência do candidato, ao seu discurso messiânico. No nível local toda uma rede de agentes políticos ligados às velhas estratégias das elites viabilizou a eleição de Collor, mas sua moeda essencial de voto foi a televisão. Uma re-mistura dos velhos métodos políticos brasileiros, uma modernização do coronelismo.

Essa Nova República, eleito no mesmo caldo de cultura que assegurou historicamente a ascensão dos políticos tradicionais brasileiros, elegem-se, portanto, com base numa promessa numa vaga de modernização. Com sérias dificuldades para articular uma base parlamentar - seu partido é inexpressivo - ele tem tido que ceder ao fisiologismo clássico brasileiro, para conseguir reverter seus projetos no parlamento. Sua base social não é de qualquer apoio para um projeto nacional, na medida em que é a continuidade do eleitor que não faz de seus votos um instrumento de articulação de demandas coletivas.

Notas

- (1) - Essa idéia está desenvolvida por DaMatta em "Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social". Artigo integrante do livro **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. O tema entretanto aparece em várias outras obras do autor.
- (2) - O estudo clássico no Brasil que trata dessa questão é o de FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre : Editora Globo, 5. ed., 1979.
- (3) - FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1983.
- (4) - Obra clássica sobre a formação do Brasil e também da história de seu povoamento do Brasil nos oferece PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo : Brasiliense, 19. ed., 1986.
- (5) - Importante discussão sobre o papel da Guarda Nacional na vida brasileira, sobretudo seu papel de burocracia não profissional durante seus primeiros anos de existência é feita por URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**. Rio de Janeiro : Difel, 1978.
- (6) - Excelentes trabalhos sobre o caráter impopular do movimento republicano tem o historiador José Murilo de Carvalho, no qual destacam-se dois livros: **Os bestializados**. São Paulo : Companhia das Letras, 2. ed., 1987, e **A formação das almas**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- (7) - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo : Difel, v.8, 4. ed., p. 1353/192, 1985.

- (8) - LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo : Alfa-Omega. 5. ed., 1986.
- (9) - QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O mandonismo local na política brasileira**. São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- (10) - Roberto Schwarz realizou no artigo As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo : Duas Cidades, 2. ed., 1981., um excelente estudo sobre o favor como o elemento central da relação entre os chamados "homens livres", na verdade escravos dos favores, e os poderosos no Brasil.
- (11) - VIANA, Oliveira. **O idealismo na constituição**. 2. ed., 1927.
- (12) - AZEVEDO AMARAL - **O Estado autoritário e a realidade nacional**. (1. ed. 1937), re-edição UNB, Brasília.
- (13) - TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Rio de Janeiro. Citado por PECAUT. (vide nota abaixo).
- (14) - Excelente trabalho sobre o papel dos intelectuais como atores coletivos é o de PECAUT, Daniel. **Entre le peuple et la nation: les intellectuels e la politique au Brésil**. Paris : Ed. de la Maison de Sciences de l'Homme, 1989.

Colonização da Imperial Colônia do Rio Novo do Sul *

Arlete Cypreste

Segundo o insigne espírito-santense Francisco Alves de Athayde, numa das suas impressões sobre a Imperial Colônia do Rio Novo, num artigo intitulado "Pau d'Alho", recordou Camões, assim se expressando: "De noite em doces sonhos que mentiam, de dia em pensamentos que voavam". Linda expressão do grande poeta português e que nos forneceu elementos seguros para recordarmos, num estudo acurado, como foi a colonização de Rio Novo do Sul. Francisco Alves de Athayde foi prefeito em Cachoeiro de Itapemirim, e seguindo passo a passo o que nos revelou sobre a história desse município, vamos dar, através do tempo, um longo passeio ao passado, percorrendo primeiro Pau d'Alho importante localidade situada em território rio novense, a fim de elucidarmos de forma mais concreta que esse nome, Pau d'Alho, ficou gravado como fato histórico na vida do pequeno município do Rio Novo do Sul, que outrora era conhecida apenas como Rio Novo, depois Itapoama, e agora Rio Novo do Sul. Ficou assim compreendido pelos seguintes motivos:

1º - Porque por ali passou D. Pedro II, Imperador do Brasil em 1860, acompanhado de um Ministro do Império Conselheiro João de Almeida Pereira em visita à Imperial Colônia do Rio Novo que foi fundada em 1854 pelo Major Caetano Dias da Silva.

2º - Porque a sede desta Colônia foi justamente no dito lugar - isto é - Pau d'Alho daquele município que é pequeno sim, em extensão territorial, porém nobre e grande nos seus desígnios e nas suas tradições. Diz a his-

(*) Palestra proferida no IHGES, no dia 3 de setembro de 1991, pela consócia Arlete Cypreste.

tória, que o Major Caetano Dias da Silva foi um dos homens que mais concorreram no seu tempo para o progresso de Rio Novo, o que se evidencia pelo fato de ser, como foi, o fundador da dita Imperial Colônia do Rio Novo.

Realmente foi ele que levou para ali os recursos necessários ao povoamento do solo Rio Novense, dando com isso um excelente exemplo de trabalho que, nos tempos atuais, seria considerado uma exaltação sublime ao glorioso lema "Trabalha e Confia".

Por outro lado, há um objetivo desse ilustre português, na composição de fato histórico, não sabendo entretanto se adapta ao município de Rio Novo propriamente dito ou se ao município de Itapemirim. Vizinho de Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Cachoeiro de Itapemirim, vamos nesse instante relembra a história da colonização de Rio Novo e o trabalho laborioso do seu fundador. Tudo começou quando o Ministro Conde de Condeixa negociou junto a D. Pedro II para que fossem concedidas terras ao Major Caetano a fim de serem colonizadas. O Conde era grande amigo do Major e seu sócio nos negócios.

Nasceu o Major Caetano Dias da Silva em Portugal, no dia 24 de outubro de 1806. Chegou ao Brasil muito jovem ainda, num pequeno navio, cujo desembarque, segundo historiadores, se deu no porto do Rio de Janeiro. Ele trazia impresso no seu coração pleno de idealismo um grande sonho, o mesmo que impulsionou tantos imigrantes às nossas plagas. Instalou-se em Itapemirim, pequena vila do nosso Estado. O matagal virgem manifestou-se em imagens paradisíacas. E os coqueiros dispostos em linhas simétricas pela mão da Natureza despertavam sua atenção, principalmente ao entardecer, quando a via bordada pelo ouro do crepúsculo, que envolvia céu e terra; nuvens esparsas róseas, bordadas pelos últimos reflexos do sol, tingiam-se de vestes avermelhadas, e o céu ainda com reflexos azulados e esbranquiçados derramava mensagens de paz e de sadio otimismo.

Como tudo aqui é lindo! exclamava o jovem idealista. Vou trabalhar, lutar, para que esta terra se torne produtiva porque é Brasil. A minha nova pátria de sonhos e esperanças. E, quando o calendário do tempo marcou mais uma etapa nos seus sonhos idealistas, ali nasceu o seu primogênito Caetano Dias da Silva Júnior. O Major tornou-se grande fazendeiro em Itapemirim, por meio de uma associação por ele organizada no Rio de Janeiro e da qual fora Presidente. Obteve do governo concessão de terrenos devolutos para, nos mesmos, localizar colonos estrangeiros de diversas nações.

Assim nasceu a Associação Major Caetano, a qual tinha sede no Rio,

a cargo do Conde de Condeixa, que, conforme afirmei no início, era grande amigo do Major e seu sócio nos negócios. O Conde muito auxiliou na fundação da nova colônia. No ano de 1854, a colônia de Rio Novo tornou-se uma realidade. Entusiasmado diante das terras ferazes, dirigiu-se à Europa, onde, pessoalmente, foi buscar colonos para o seu povoamento. Os primeiros eram asiáticos (chineses), depois vieram africanos e outros estrangeiros.

A associação ficou possuidora de grandes extensões de terras, divididas em territórios, os quais foram distribuídos em lotes e vendidos a prazo aos colonos estrangeiros. O primeiro território ficou assim disposto em seções: Pau D' Alho - Deserto - Capim Angola - Santa Rita - São Caetano - Santa Cruz - São Vicente e Mundo Novo. Foi escolhido para diretor da colônia Joaquim Pinto Pacca. Dono de uma tenacidade férrea, o colonizador, com auxílio da sua escravatura, era possuidor de mais de 70 escravos em cujos braços encontrou a força dinâmica para a fundação da colônia.

Quando foi à Europa levou o convite da terra brasileira que esperava colaboração para seu eficiente progresso. Colonos estrangeiros acudiram ao apelo.

Tentados pela natureza majestosa da terra brasileira, pelo solo no qual "em se plantando tudo dá" na expressão concreta de Pero Vaz de Caminha, pelas promessas de riqueza, deixaram a pátria trazendo na alma o entusiasmo pleno de otimismo de um futuro ridente - promissor. Na luta cotidiana nada temiam, nem a morte os afligia. Sob a luz esplendorosa do sol, no verde tenro da erva nascida com as primeiras chuvas, no colorido policromo de todas as flores doadas pela natureza, o trabalho era intenso, eficaz, apagando tristezas e saudades da pátria distante. E as esperanças de riquezas tornavam o íntimo dos colonos risonho e claro como as madrugadas que anunciavam um novo dia, mensageiro de novas e saudias perspectivas no labor que empreenderam. Às vezes surgia o desânimo, dentro das noites pálidas de luar. Era a saudade tangendo as cordas sonoras das músicas misteriosas e distantes. Mas, o lema era lutar e vencer. E assim eram dispersas as sombrias nostalgias.

O trabalho do Major agraciou-se com a fortuna. Adquiriu a fazenda do Limão, de açúcar, com engenho movido a vapor. Na referida fazenda tinha ainda fábricas de alcatrão e vinagre, extraídas da madeira. Foi deputado provincial. Abriu a fazenda da "Gruta" e estendeu-a, comprando sua posse a Cândido Martins Esteves. Era Vice - Cônsul da República Argentina, membro do Instituto d'África, sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora, da Indústria Nacional e do "Tirocínio Literário" da Vila de São

Pedro e das Cachoeiras de Itapemirim.

Foi fundador da navegação a vapor entre a província e o Rio de Janeiro, devendo-se a ele ser o porto de Itapemirim frequentado por navios costeiros.

Em 23 de julho de 1830 obteve carta de piloto assinada pelo Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha na época, conferida em virtude do exame que prestou na então Imperial Academia de Marinha do Rio de Janeiro. Este importante documento citado por vários historiadores, que estava em poder da minha mãe Stella Matutina da Silva Cypreste, encontra-se hoje num quadro em minha pequena biblioteca.

O Major era casado com a filha do Capitão Francisco Coelho, senhora D. Rachel Pinheiro Dias da Silva e deste consórcio teve prole numerosa e distinta. Seu filho primogênito, Caetano Júnior, aos sete anos de idade foi estudar na Corte, sendo os seus professores os mesmos do amigo e conselheiro Imperador D. Pedro II. Era dono de uma cultura invejável e educação aprimorada. Conhecia bem o inglês, francês (idioma oficial da época) alemão, espanhol e sobretudo a nossa, no manejo da qual era muito exigente. Dinâmico, o fundador ou colonizador do Rio Novo do Sul não hesitou em empregar toda a sua fortuna para o desenvolvimento da mesma.

Quando ainda de sua propriedade, a colônia foi visitada em 1860 pelo Imperador D. Pedro II. Nessa ocasião deu-lhe o título de Imperial. O Imperador e a Imperatriz visitaram Itapemirim; no discurso de recepção, agradeceu apenas com três palavras de maneira formal, dirigiu-se a seguir à fazenda do Rio Novo, de propriedade do nosso biografado, onde pernoitou, recusando-se a ir para a fazenda do Barão de Itapemirim, que, de tão humilhado que ficou, segundo relatos históricos, morreu pouco tempo depois. Desejo esclarecer que o Barão de Itapemirim e o Major Caetano eram inimigos por motivos políticos. O Imperador agraciou o Major com a comenda da Ordem da Rosa. Esta comenda era guardada com todo carinho pela sua bisneta professora Maria Magdalena Pisa, filha da sua neta Hermínia da Silva Pisa; hoje encontra-se em poder da sua sobrinha Gésia de Lima Pisa Barros. A cama que pertenceu ao Major foi adquirida e doada ao Museu Estadual, ainda pela sua bisneta Maria Magdalena Pisa que sempre fez jus com a sua inteligência ao nome dos seus antepassados, tendo sido secretária da Educação no Governo do Sr. Jones Santos Neves.

Apesar da sua vontade férrea, com o auxílio da sua escravatura e dos colonos, o Major teve vários problemas. Certa vez africanos e chineses que cultivavam a lavoura plantando mandioca e aipim, tiveram sérias intoxicações, muitos dos quais não sobreviveram. Alarmado, o Major Caetano mandou vir um médico na província. Diagnóstico médico:

intoxicação - Os colonos em vez de comerem o aipim, comiam também a mandioca, desconhecendo a propriedade real de uma e de outra. A mandioca tem talos vermelhos na folha e o aipim talos brancos. Apreendendo a usá-los, o problema que tanto afligiu os colonos desapareceu.

Aliando sua determinação ao auxílio da sua escravatura e ainda com os grandes recursos de que dispunha, depois de haver fundado a colônia do Rio Novo, colônia particular, lutou pelo engrandecimento da mesma, gastando toda a sua fortuna em prol do seu progresso. Em virtude disto, veio a arruinar-se, sendo então obrigado a vender ao Governo Geral, por pequeno preço, a colônia que lhe custara tantos sacrifícios e lhe consumira quase todos os haveres, passando também ao Governo a dívida dos colonos, provenientes da venda das terras. A colônia foi naquele tempo adquirida pelo Governo à Associação pela importância líquida de Rs \$ 64:748\$043. Rio Novo, em franca prosperidade, já contava na época da venda cerca de 929 colonos localizados. Possui atualmente 198 Km2.

O Major faleceu no dia 04 de dezembro de 1868, no Rio de Janeiro. Seus restos mortais foram trazidos para a cidade por ele fundada por Lourenço Freitas Barbosa Juiz de Direito, e colocados numa urna onde permanecem até hoje no interior da igreja local.

Continuadores do Labor do Major Caetano

Em 1903 foi criada e instalada uma estação telegráfica em Rio Novo, graças ao esforço do Dr. José Moreira Gomes quando Deputado Estadual em 1898. A rodovia de 6 metros de largura que liga Rio Novo a Cachoeiro de Itapemirim deve-se ao coronel Francisco Alves de Athayde, quando prefeito de Cachoeiro. É uma das mais úteis para este município, pois por meio dela faz-se o intercâmbio entre os municípios de Iconha, Piúma, Benevente e Guarapari. Foram ainda aprimorados os serviços da estrada para Cachoeirinha do Rio Novo. Não posso deixar de mencionar também o nome do Coronel Joaquim Luiz Alves e Silva que tanto trabalhou pelo progresso de Rio Novo, sendo o mesmo elevado a comarca e depois a município pelos seus esforços junto ao governo de Muniz Freire. A ele deve-se também a construção da Casa da Câmara. Trabalhando ainda pela prosperidade do município vamos encontrar no decurso das narrativas Carlos Gentil Homem, ex-presidente da Câmara, e D. Maria Drumond que tanto

trabalhou para a construção da igreja, a qual foi consagrada a Santo Antônio.

A instalação da comarca de Rio foi no dia 20 de abril de 1860.

Minha viagem a Rio Novo do Sul. Não consigo descrever a emoção que apoderou-se do meu espírito, quando o automóvel transpôs o final da estrada que liga Cachoeiro de Itapemirim a Rio Novo, e divisei a linda cidade com suas ruas simétricas e suas casas emoldurando a linda paisagem. Ao longo da rua principal que recebeu o nome do seu colonizador e no cimo de pequeno oiteiro, a Prefeitura, um casarão de janelas largas e envidraçadas, estilo colonial, delineada imagem de um passado remoto.

O farmacêutico Genesis Pinheiro, de saudosa memória e de tradicional família, um verdadeiro "gentleman" na expressão concreta da palavra, nos hospedou em sua aprazível residência, e meu esposo logo o admirou e o exaltou pela fineza do trato. O parentesco se consolidou pois a esposa do Major, D. Rachel, pertencia a família Pinheiro. Irmão do médico Dr. Pinheiro Júnior, filho ilustre de Cachoeiro de Itapemirim e que foi Deputado Federal, fazendo parte ainda seguidamente das legislaturas de 1921 a 1930. Cachoeiro de Itapemirim soube premiá-lo dando o seu nome a uma das suas ruas, a avenida Pinheiro Júnior. O nosso amigo Genesis nos levou a visitar sua farmácia e a seguir fomos à residência do prefeito, na época o Sr. Áureo Viana. Juntos percorremos toda a cidade, a rua que recebeu o nome do seu fundador, a Prefeitura Municipal no cimo de uma colina verdejante, onde as folhas que a clorofila pincelou de verde emolduravam as ramagens das árvores seculares. O prédio, como disse no início, é muito antigo, porém nos seus amplos salões nota-se a perfeita disposição dos móveis e serviço eficiente. Fomos recebidos pelo Sr. Miguel Hermely Elias, esposo de Nancy Pinheiro Lucas Elias, também descendente de D. Rachel. Ele nos mostrou todas as dependências, levando-nos ao precioso arquivo, onde pude colher dados interessantes. Depois percorremos o vasto salão municipal onde se reúnem os membros da Câmara. Em primeiro plano, pude observar, pendente à parede, um grande retrato do fundador da Colônia. Outro fato importante. Confesso sinceramente que fiquei maravilhada com a iluminação elétrica. Luz eficiente para uma cidade já bastante florescente. Deve-se tal empreendimento ao Governo do Dr. Carlos Lindenberg e como reconhecimento justo e sincero, o povo de Rio Novo por intermédio do seu prefeito, mandou construir na praça central artístico obelisco comemorativo. Seguimos ainda acompanhados pelo então Prefeito Áureo Viana que realizou obras magníficas para o engrandecimento da cidade, e ninguém poderá contestar tal afirmativa diante da sua popularidade. Sempre sorridente e solícito, devo ao então prefeito a aco-

lhida simpática e gentil do povo e do comércio local. Um negociante, o Sr. Francisco Abrahão, ofertou-me delicado presente dizendo-me emocionado: "Desejo que, com esta pequena lembrança da terra do Major Caetano, a senhora nunca se esqueça de nós". E quem pode esquecer gestos dessa natureza?

Visita à Igreja local

Na igreja iniciamos a visita pela sacristia. O Sr. Belisário Drumond comentou sorrindo: "Aqui, moça não morre solteira". A indagação se fez no meu olhar. E ele sempre risonho veio satisfazer a minha curiosidade: "A senhora não está vendo que o padroeiro é Santo Antônio?"

E, de fato, no altar-mor uma grande imagem do piedoso santo parecia sorrir aos meus olhos comovidos, naquele recinto sagrado. Genesis Pinheiro, a quem muito devo a história da colonização de Rio Novo, através do livro "Minha terra, meu município", nos fez pequeno aceno - meu marido, o prefeito, as filhas de Genesis e eu fomos ao seu encontro. No lado direito da igreja uma urna toda em mármore, encimada por uma grande imagem, contendo na mão direita uma coroa de louros, com a inscrição: "Aqui jazem os restos mortais do Major Caetano Dias da Silva, nascido em 24 de outubro de 1806, falecido em 04 de dezembro de 1868 - Fundador da Imperial Colônia do Rio Novo - Tributo de gratidão e amizade de sua esposa D. Rachel Gomes Pinheiro e Silva e de seu filho Caetano da Silva.

Caetano da Silva era o primogênito do Major e D. Rachel. Conforme asseverei no início desta, Caetano Júnior estudou na Corte e teve como professores os mesmos do Imperador D. Pedro II. Era de uma inteligência brilhante e rara. Falava vários idiomas e logo após a extinção da monarquia, tendo o Imperador D. Pedro e comitiva sido banidos da sua pátria para o exílio, desgostoso, fiel ao seu grande incentivador e amigo, retornou ao Espírito Santo, tendo atingido como o seu pai o posto de Major. Quando foi promovido, embora merecesse graduação superior, não quis aceitar a sua promoção, declarando não querer ultrapassar o seu genitor. Foram essas as suas palavras: "Se o meu pai morreu no cargo de Major eu também morrerei como Major. Jamais aceitaria esta promoção pois não desejo ter graduação maior a do meu pai". Expressão de dignidade e nobreza tão difícil em nossos dias,...

Ocupou neste Estado muitos cargos importantes, dentre os quais o de Inspetor do Tesouro Provincial, indicado pelo Barechal Domingos Monteiro Peixoto, cujo documento foi assinado no dia 22 de novembro de 1875. Alquebrado, enfermo, o Major Caetano Júnior foi residir em Santa Izabel, onde instalou um cartório, vindo a falecer no dia 1º de abril de 1912. Todos os documentos de nomeação, bem como a selecionada biblioteca, foram legados à sua filha professora Stella Matutina da Silva, na ocasião noiva de Joaquim Fernandes Cypreste, da tradicional família Cypreste. A dedicatória muito expressiva sempre falou alto à minha emoção: "Para que, mais tarde, seu esposo e filhos saibam o que eu fui".

No final da nossa dissertação histórica sobre a colonização de Rio Novo do Sul, não poderíamos olvidar o progresso crescente desta florescente cidade, graças ao seu atual prefeito, Sr. Antônio Estevão Fiório e sua esposa D. Izabel Fiório, grande incentivadora, os quais num labor profícuo, continuam trabalhando pelo engrandecimento da cidade que vai se tornando dia após dia motivo de orgulho de todos os espírito-santenses, e dos turistas que por lá transitam, admirando a notável escultura da natureza que soube esculpir na pedra bruta um frade e uma freira, com 370 m de altitude, motivo de inspirações poéticas. Tamanha beleza e magia da natureza levaram o poeta cachoeirense Benjamim Silva a escrever lindos versos, criando a imagem de um grande amor entre um frade e uma freira: "Mas que Deus os perdoou lá do infinito, e eternizou o amor dos dois amantes nessas duas montanhas de granito!"

Deixo a cidade contrita, sentindo a saudade povoar de lágrimas os meus olhos - O vento embaraçando a cabeleira verde dos canaviais parecia zombar do meu estado emocional, com as suas gargalhadas sibilantes perdidas na imensidão das várzeas. E como bebi religiosamente a água da gruta "Maria Drumond" segundo a lenda, espero voltar lá, um dia, com a alma repleta de admiração, pois:

Quem ama e respeita a Deus
sabe que nesta cidade
tudo encontra só pureza
Para ter tranquilidade!

Nota: Rio Novo do Sul primeiramente foi Colônia Imperial, depois distrito. Graças ao trabalho do Coronel Joaquim Luiz Alves e Silva, foi elevado a município em 1893 no governo de Muniz Freire. Primeiros vereadores: Firmino Francisco Ramos, Presidente; Joaquim Gomes Pinheiro Sobrinho, Francisco Lima Lousada, Manoel Xavier Soares e Luiz Alves Viana.

A Fundação e os Fundadores da República

José Schiavo

Parece não ter razão o senso comum dos historiadores quando assinalam como causas próximas e remotas da implantação da República: a questão epíscopo-maçônica de 1872; a campanha abolicionista que precedeu a lei de 13 de maio de 1888; a doutrinação positivista; a propaganda republicana subsequente ao manifesto de 70 e o descontentamento de alguns oficiais do Exército para com arbitrariedades de superiores hierárquicos.

Evidentemente que não tiveram os promotores do novo regime o intuito de desagrar bispos imprudentes que não atinaram com as intenções astuciosas de maçons cujo escopo era criar um ambiente de inconvivência e de antipatia entre a Religião e o Império.

A campanha abolicionista não afetou a convicção monárquica dos senhores de escravos nem estes se posicionaram ao lado dos republicanos. Tão pouco se deve olvidar que o Imperador e a Família Imperial eram francamente anti-escravagistas.

A doutrinação positivista jamais penetrou no meio social e não conseguiu fazer senão reduzido número de adeptos de modo especial no meio militar através das prédicas de Benjamim Constant, pouco entendido nesses e noutros assuntos, que não fosse a matemática, e que acabou sendo expulso do grêmio (Apostolado) e excomungado por Teixeira Mendes, um dos sectários do credo filosófico de Augusto Comte. Além do mais, o que preconizava o Positivismo era a ditadura e não a República.

A propaganda republicana não teve, de sua parte, a pretendida penetração popular. Seu alcance foi tão diminuto que na última eleição do regime transacto não conseguiu eleger mais que três deputados à

Assembléia Geral. O próprio Imperador se mostrava cansado do regime, que lhe parecia desgastado e obsoleto, conforme teve ocasião de segredar a alguns dos seus fiéis amigos. É ainda de notar que a idéia republicana não atingiu a estrutura do regime, pois os partidos - Conservador e Liberal - se revezavam no poder, e eram eles que governavam, e não o Imperante (V. artigos 132 e 135 da Constituição Imperial).

A indisposição contra o Conde d'Eu (outro argumento de que se tem usado e abusado), por ser estrangeiro, estava mais ou menos generalizada, e muitos, por isso, não desejavam o terceiro reinado. Tanto é isso verdade que o próprio Quintino Bocayuva chegou a dizer que, se não fora Deodoro, chegaríamos à terceira, à quarta ou quinta dinastia...

Clamava-se muito contra "o poder pessoal do Imperador", mas tal poder consistia apenas em poder mudar o ministério, já que a Constituição lhe vedava qualquer iniciativa.

É preciso que se diga que a República não foi um ideal para aqueles que a fizeram. Este aspecto é da maior relevância. Ela foi apenas uma opção, como fora na França, onde, após a revolução de 89, os regimes se alternavam. Nos Estados Unidos, já feita a Independência e implantado o regime republicano, foi por duas vezes oferecida a Washington a coroa imperial.

É fato incontestável que os homens que implantaram o regime republicano eram todos monarquistas, como Deodoro, o proclamador; Benjamim, o idealizador; Floriano, o consentidor e Rui Barbosa, o estruturador. Os próceres republicanos não tiveram a mínima influência na fundação da República. Deodoro sequer os conhecia, e só teve contacto com eles três dias antes. Os motivos determinantes da fundação da República foram todos eles de ordem pessoal. O móvel de suas atitudes não foi a idéia de renovação dos nossos costumes políticos, e tão pouco o bem estar social e o desejo de maior progresso para o país. Deodoro afirmou sempre o seu devotamento ao Imperador. Benjamim, em 15 de outubro de 1889, isto é, exatamente um mês antes da proclamação, subiu a Petrópolis para felicitar o Príncipe do Grão-Pará que aniversariava nesse dia, deixando inscrito o seu nome no livro de presença; e Floriano, na mesma ocasião, não podendo fazê-lo pessoalmente, escreveu ao Conde d'Eu justificando-se e enviando-lhe "sinceras felicitações" e "protestos amistosos" que não deixavam suspeitar a trama que se urdia para a derrocada do regime. Rui cansou de dizer que era indiferente a formas de governo. A parada militar de Quinze de Novembro teve certo cunho de precipitação, aventureirismo e oportunismo. O número de deputados republicanos eleitos para a constituinte foi espantoso. Muitos monarquistas convictos mudaram depressa de convicção. Os primeiros a fazê-lo foram os "conservadores", consoante

se pode verificar nas publicações dos jornais da época.

Releva notar que os comandantes dos batalhões sublevados não aderiram ao movimento. Foram baldadas as suas ordens para se desarmar e debandar. Limitaram-se a acompanhar seus subordinados ao Campo de Sant'Ana. Foi um fato inédito na história militar. A meio caminho, um dos oficiais indagou de Benjamim: "E se Deodoro não aparecer"? Benjamim respondeu: "Se Deodoro não puder vir (achava-se doente e acamado) FLORIANO COMANDARÁ". Floriano era o comandante em chefe das forças do Governo e havia informado a este que todas as providências haviam sido tomadas para acudir a qualquer emergência e ele podia contar com a plena lealdade dos chefes militares. O fato é da maior gravidade para ajuizar devidamente da conduta de Floriano.

O que visava Deodoro era a deposição do Ministério. Ele próprio dissera a Ouro Preto que iria entender-se com o Imperador acerca da organização de novo gabinete. E Floriano, mais de uma vez, dissera a Deodoro que não participaria de movimento algum tendente a derrubar ministérios.

Na conduta de Deodoro há certos ressaibos de ressentimento contra os liberais (Floriano era um deles). Quando exerceu temporariamente o governo da província do Rio Grande do Sul na ausência eventual do presidente, achou-se envolvido num processo ardiloso com o qual os adversários políticos intentavam desmoralizá-lo. O processo foi de iniciativa dos liberais, chefiados naquela província pelo senador Gaspar da Silveira Martins. Consta mesmo que por trás de tudo estaria este. Daí a animosidade existente entre os dois homens.

Deodoro, em despacho de rotina, autorizara o pagamento de certa importância requerida por um funcionário, que certamente nem conhecia, e este era, por acaso, militante do Partido Conservador, que era também o de Deodoro. Teve este que defender-se no âmbito administrativo, perante o Conselho de Guerra e até na Justiça comum. O fato, com justificada razão, o deixou bastante irritado, e foi acabar no Supremo Tribunal de Justiça que por fim o absolveu.

Ao retornar à Corte, ressentido com o episódio, foi procurado por um oficial que estivera sob seu comando, e também tinha suas queixas contra a situação liberal. Foi esse oficial o tenente Antonio Adolfo Mena Barreto o primeiro a lhe falar em república, interpretando porém o fato como hostilidade da monarquia contra a classe militar. Deodoro seria o intérprete da classe e o seu mais credenciado representante.

É uma constante nos fatos históricos que os grandes acontecimentos tiveram sempre como causa episódios insignificantes.

Benjamim, como Deodoro, tinha lá também as suas queixas. Inscrevera-se em vários concursos públicos obtendo sempre o primeiro lugar na classificação para professor de ensino oficial, e, no fim, por apadriñamento político, foram outros os nomeados. Atribuiu a injustiça ao regime monárquico...

Floriano, quando pela primeira vez lhe falaram no projeto de rebelião contra o regime, declarou que se o movimento fosse contra "os casacas" tinha ainda em casa a sua "espingarda velha". Rui andava indignado com os liberais por haverem rejeitado o seu voto em separado, contra a federação no Congresso do Partido Liberal, ainda recente.

O General Almeida Barteto, em entrevista ao jornal de Patrocínio, queixara-se de haver sido demitido de maneira acintosa no começo da situação liberal...

O levante dos quartéis de S. Cristovam na madrugada de 15 de novembro deveu-se ao boato falso espalhado na véspera pelo major Sólon Ribeiro de que o governo decidira transferir os batalhões sediados no Rio para o interior do país. Foi o rastilho de pólvora que ateou o incêndio.

O episódio entretanto se circunscreveu a dois ou três batalhões aquartelados na Corte quando havia no país trinta batalhões que não participaram da rebelião.

Conduzidos por Benjamim, já que não tiveram os seus comandantes a iniciativa de movimentá-los, e até mesmo contra a determinação destes, as tropas sublevadas se movimentaram em direção ao Campo de Sant'Ana. Deodoro, chamado por Lauro, Müller, foi a seu encontro à altura do Gazômetro, na Rua Visconde de Itaúna. Ao chegarem ao Campo depararam com as forças do Governo formadas em posição de combate em frente ao Quartel General, onde o Ministério se encontrava reunido. Mandou Deodoro que se formassem do lado oposto, e ele próprio, ladeado por Benjamim e Quintino, foi prostrar-se no ângulo da Praça, fronteiro à atual "Escola Municipal Rivadavia Corrêa". O General Barreto, comandante das forças do Governo, permanecia imóvel, à espera de ordens de Floriano, que se encontrava no interior do Quartel passeando de um lado para outro com a sua habitual atitude de indiferença, como se nada estivesse acontecendo. Deodoro exasperou e mandou Benjamim ao encontro de Barreto. Daí a pouco chegava este e punha as suas tropas sob o comando de Deodoro. Foi depois disso que este se encaminhou em direção ao Quartel, cujos portões estavam fechados, e não foram abertos sem dificuldade.

No pátio interior, em posição de sentido, estavam as tropas do Governo, aguardando ordens. Deodoro, ao entrar, observou que ninguém se movia. "Então - falou-lhes com voz imperiosa - não prestam continência"?

E logo-lhe prestaram as honras de estilo, devidas à sua alta patente.

- "Toquem o Hino"! - ordenou no mesmo tom de voz.

Um dos oficiais presentes ergueu-lhe um "Viva" logo seguido de estrepitosas aclamações, correspondidas de outras que vinham da frente do Quartel. Logo os canhões dispararam salvas.

Não nos ocuparemos aqui de descrever o encontro do chefe do Governo com o chefe revoltoso, por ser o episódio bastante conhecido. Floriano propôs um entendimento, que foi recusado sobranceiramente por Ouro Preto.

Na passeata que então se seguiu, dirigiram-se ao Ministério da Marinha onde foram recebidos com frieza, mantendo-se os portões fechados.

É de notar que na ocasião da detenção de Ladário, enquanto os alunos da Escola Militar erguiam vivas à República, os marujos presentes replicavam com vivas à Monarquia. Mandou então Deodoro que se calassem.

Passando pela Rua do Ouvidor onde estavam localizadas várias redações de jornais, inclusive a da "Cidade do Rio", Benjamim subiu apressadamente a escadaria desta onde conferenciou com Patrocínio, fazendo-lhe ver que nada fora ainda decidido e que ele prosseguisse com a agitação.

Terminado o desfile, determinou Deodoro que as tropas voltassem aos quartéis e recolheu-se em seguida a sua residência.

Por volta das três horas da tarde Patrocínio, vereador à Câmara Municipal, hasteou na fachada do prédio a bandeira do "Grêmio Lopes Trovão" e declarou perante o plenário que a República havia sido proclamada. À noite, em frente de um bando de agitadores, encaminhou-se para o Campo de Sant'Ana estacionando em frente à casa de Deodoro, onde vários oradores deitaram falação.

O Marechal não apareceu. Benjamim, da sacada do prédio, agradeceu a manifestação de solidariedade e despediu-os sem qualquer definição.

Enquanto isso, no Paço da Cidade, onde se achava o Imperador que descera de Petrópolis a chamado de Ouro Preto, amiudavam as conversações acerca dos últimos acontecimentos. O chefe do governo deposto já ali estivera e expusera ao soberano o que se passara. Nessa ocasião indicou Ouro Preto o nome de Silveira Martins, como "o homem para a circunstância" e para seu substituto. Não podia haver conselho mais imprudente. Silveira era inimigo de Deodoro e nem sequer estava na Corte, e sim em viagem para o Rio. Conselheiros melhor avisados fizeram ver ao Imperador que o assunto requeria urgência. Foi então lembrado o nome do

Conselheiro Saraiva, político prestigioso e prudente. Sua Majestade mandou então chamá-lo para organizar o novo Gabinete.

As conversações do Paço transpiraram. Era já noite quando o diretor do "Jornal do Comércio" compareceu à casa de Deodoro com o boato da designação de Silveira. A presença deste na chefia do Ministério seria o dia de juízo para os revoltosos. Ninguém ficaria impune: **Nihil inultum remanebit...**

Foi nessa ocasião que Benjamim, antevendo as conseqüências do levante, obtemperou ao Marechal: "Vossa Excelência tem o direito de dispor da sua cabeça a seu talante, não porém a de seus amigos"! Deodoro despertou-se da indecisão: "Pois que se faça de uma vez a República!"

Precisamente, na mesma data, cinqüenta anos antes, em 15 de novembro de 1839, o Coronel Manoel Mendes da Fonseca, progenitor de Deodoro, então Comandante das Armas na Província de Alagoas, por iniciativa própria, depôs e prendeu o presidente da Província sob o fundamento de que pretendia este transferir a Capital para Maceió. Forças de Pernambuco e da Bahia logo se aprestaram para combatê-lo. O Coronel Fonseca teve de fugir às pressas e de responder perante o Conselho de Guerra pelo seu temerário procedimento. Achava-se agora o filho em idêntica situação. Quando, dentro em pouco, chegava a sua residência o emissário do Conselheiro Saraiva solicitando-lhe uma conferência para tratarem da formação do novo Governo, Deodoro mandou dizer ao portador: "Diga ao Saraiva que é tarde"! Estava feita a República.

Naquela mesma madrugada Deodoro assinava a "Proclamação" e os primeiros decretos do novo regime.

Benjamim, o instigador, estava estarrecido, parecendo não acreditar no que via.

Floriano, na primeira hora, foi posto à margem. Mudou a sua conduta. Candidatou-se à senatoria por sua província natal - Alagoas, e foi eleito para a Constituinte. Ao se proceder à eleição presidencial para o primeiro período republicano, quando todas as vistas convergiam para Deodoro como candidato natural da situação, ele se manifesta publicamente por um candidato civil. Figura como vice na chapa da oposição e é eleito com maior número de votos do que Deodoro. Mais tarde, na chefia do governo, ele se vinga dos cabecilhas do movimento prendendo-os, deportando-os e cassando-lhes as patentes, sem nenhuma contemplação.

Concitado a presidir às sessões do Congresso, como de direito, para evitar as hostilidades contra o Generalíssimo, ele recusa, e se omite. Quando Deodoro o convida para aparecer a seu lado numa parada militar, ele não atende ao pedido, alegando que "a farda não estava capaz".

Ao eclodir a Revolta da Armada em represália à dissolução do

Congresso, Floriano se mostra indiferente e abúlico. Quando recebe o chamado de Deodoro para assumir o governo, que acabava de renunciar, ele se farda e volta-se para o General Argolo que se achava presente, e lhe diz: "Agora, que triunfamos, é preciso que haja toda moderação". No auge da crise, ele permanece calado e omissor. Seu primeiro ato ao assumir o governo é tornar sem efeito o decreto da dissolução e mandar chamar o Almirante Custódio, chefe da revolta, para assumir a pasta da guerra.

Não tarda porém a rebelião contra o seu governo. É então compelido a lançar mão da ditadura para se aguentar no poder.

Os propagandistas e idealizadores da República são presos e desterrados, inclusive os membros do Governo Provisório.

Dissera um dia Deodoro que a República fora feita sem sangue para evitar que um dia fosse feita com ele. Mas a consolidação do novo regime foi sanguinolenta. A vindicta contra os adversários foi sempre uma constante na vida de Floriano. Em sua "Fé de ofício" consta uma única punição: "Foi preso por seis dias e recolhido à Fortaleza da Laje à ordem do comando da Escola Militar por ter deliberadamente esperado no caminho de Botafogo ao aluno Luiz Antonio de Miranda Freitas e o haver desrespeitado".

No decurso da Revolução Farroupilha envia a Santa Catarina o tresloucado e facinoroso Coronel Moreira Cesar com ordem de conter os rebeldes a ferro e a fogo. A Fortaleza de Anhatomirim, aonde haviam sido recolhidos 185 prisioneiros, guarda ainda as marcas dos fusilamentos ordenados por Moreira Cesar. Entre as vítimas figurava o Marechal Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Barão de Batovi, herói da Guerra do Paraguai.

Moreira César - escreveu um historiador -

instalou o terror em Santa Catarina. Fez prender e recolher a Fortaleza de Santa Cruz os apontados como inimigos da legalidade, até mesmo os que não haviam participado da revolução. As denúncias ou delações se sucediam com frequência e Santa Catarina conheceu as mais negras páginas de sua história. As fortalezas se congestionaram de prisioneiros, uns que não se puderam exilar e esconder à fúria sanguinária dos vencedores; outros que se não haviam por culpados e ainda outros que, tendo buscado refúgio no interior da ilha, nas casas dos amigos ou nos matos, foram denunciados pela perversidade dos adversários no seu incontido e desumano ódio partidário. Casas foram varejadas pela soldadesca em fúria e familiares foram desrespeitados" (CABRAL, Oswaldo.

Moreira Cesar, em telegrama a Floriano, anunciou-lhe: "As ordens foram cumpridas. Os reféns foram executados". Esse telegrama foi lido no Senado pelo Barão de Ladário, antigo ministro da Marinha e herói da Guerra do Paraguai, em alocução ali proferida, como ainda hoje se pode ler às folhas 820, nº 47, de 19 de julho de 1896 do "Diário do Congresso". Floriano formou a sua mentalidade dentro da rígida disciplina militar preconizada no código prussiano do Conde de Lipe. Já em 10 de julho de 1887, em carta a seu amigo e antigo colega da Escola Militar - o Marechal João Soares da Neiva, assim se exprimia: "Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada. Mas não há quem desconheça e aí estão os exemplos de que o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido". E perguntava a seguir: "O que pensas a respeito"?

Esta carta foi divulgada por Tobias Monteiro e transcrita à p. 96 da biografia de Floriano pelo General Salm de Miranda.

Aqueles que se investem no poder e o exercem a seu talante talvez não imaginem que, um dia, haverão de comparecer perante o tribunal da História, que os haverá de julgar.

Resumamos: A República no Brasil foi feita por um grupo de descontentes inspirados por espírito de vindicta de caráter pessoal, e não por amor à pátria ou movidos pelo desejo de vê-la mais próspera e feliz. "A República teve contra si o haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do exército. A nação foi estranha a esse acontecimento, que aceitou como fato consumado". Estas palavras finais não são minhas, e sim do insuspeito Marechal José Antonio Ferreira da Câmara, Visconde de Pelotas, em carta ao Visconde de Ouro Preto datada de 10 de julho de 1890.

Seria esta "a justiça de Deus na voz da História" como num de seus sonetos do exílio se expressara o Imperador.

Discursos e Palestras

Discurso de posse

José Carlos Fonseca

Sejam minhas primeiras palavras de agradecimento aos membros desta Veneranda Casa pelo carinho com que me receberam - tão logo um de seus mais ilustres representantes, Sr. Francisco Schwarz - propôs meu nome à consideração de seus pares. Agradeço igualmente as expressões de apreço contidas na oração com que me recebe em nome deste Instituto o eminente capixaba e ilustre Professor José Garajau da Silva. Debito à conta de uma velha amizade as referências bondosas que me fez.

E agora permitam-me que lhes fale do meu orgulho, de minha justa emoção, de minha satisfação íntima por juntar-me a esta linha de intelectuais que preservam e transmitem os valores da cultura como autênticos soldados da pesquisa e dos fatos que mudam constantemente o curso da vida.

Aqui pontificaram figuras notáveis do mundo espírito-santense. Para referir-me apenas a uma dessas grandes figuras devo mencionar o trabalho admirável produzido pelo Professor Doutor Cícero de Moraes ao tempo em que presidia esta Casa o inesquecível Desembargador Eurípedes Queiróz do Valle, e que se intitulou "Como nasceram as cidades no Espírito Santo". Não creio que exista obra semelhante em nenhum outro Estado da Federação quer pelas suas características metodológicas no que se refere à pesquisa histórica propriamente dita, quer quanto a arguta observação do geógrafo que viu nas cidades nascentes a influência evidente da formação de nosso solo difícil e erizado. Começamos assim a existir por imposição da geografia penosa e não por insinuação econômica como na maioria dos Estados. A "Gênese das cidades de nosso Estado" é pois obra cuidadosa de pesquisa e sociologia que bem pode figurar nas melhores estantes dos estudiosos de nossa formação.

Dai o meu orgulho de estar aqui entre os senhores, legítimos herdeiros dessa fortuna de informações preciosas, guardiões permanentes de fatos que muitos teimam em distorcer nos dias de hoje.

Carlyle afirmava que nenhum grande homem vive em vão. E a história do mundo não é mais que a biografia de grandes homens. Transportando para nossa solenidade o pensamento Carlyleano, penso poder registrar que este Instituto Histórico é o depositário fiel da memória daqueles que construíram o nosso destino. Quero ser apenas mais um a testemunhar a glória de nossos maiores.

E bem ao contrário do que dizia nosso inesquecível Rubem Braga viver não é repetitivo, mas um aprendizado permanente e variado que se renova a cada noite e a cada dia na sucessão interminável do tempo. Assim a história é a própria realidade do homem. Outra não há. Por isso alguém já escreveu que aqueles que não podem ou não querem recordar o passado, estão condenados a repeti-lo.

Em **Servidão humana**, Somerset Maugham conta-nos a bem urdida história do Rei do Oriente que, desejando conhecer toda a história de seu reino, recebeu de um sábio 500 volumes; ocupado com negócios de Estado, pediu-lhe que a condensasse. Ao cabo de vinte anos, o sábio voltou e a sua história ocupava agora apenas cinquenta volumes; mas o rei, já velho demais para ler tantos livros volumosos, pediu-lhe que a fosse abreviar mais uma vez. Passaram-se de novo vinte anos, e o sábio, velho e encanecido, trouxe um único volume com os conhecimentos que o rei procurava; este, porém, estava deitado em seu leito de morte, nem tinha mais tempo de ler sequer aquilo. Ai o sábio deu-lhe a história da humanidade numa única linha: "Nasceram, sofreram; morreram".

E é com esta síntese perfeita da história do homem que aproveito para encerrar minha modesta fala nesta noite, homenageando os dirigentes desta admirável instituição, e reverenciando aqueles que por aqui passaram, deram sua mensagem, ergueram suas vozes em favor de causas nobres, e depois tombaram na batalha sem volta, mas deixaram seus nomes inscritos no panteão daqueles que ajudaram a construir o nosso destino.

No lançamento de Selo *

Janete de Medeiros

Os Correios lançam hoje em nível nacional um belíssimo bloco comemorativo: homenageando o Sesquicentenário da Sagração e Centenário da Morte de D. Pedro II, o último Imperador do Brasil.

Reverenciam, dessa forma, a importante figura histórica, cujo reinado lhes possibilitou um inaudito progresso, em que se inclui a criação de técnicas precursoras na execução de seus serviços postais.

Os acontecimentos se desencadeiam quando razões políticas e as questões sucessórias portuguesas levaram seu pai, D. Pedro I, a abdicar em seu favor à época em que contava apenas 5 anos de idade, dando-lhe por tutor José Bonifácio de Andrada e Silva.

Inicia-se, assim, o período regencial no Brasil que alguns consideram fase do treinamento para a República.

Durante a Regência puderam os mesmos políticos da época do primeiro reinado adestrar-se nas discussões verdadeiramente parlamentares. Os interesses das minorias foram sobrepujados pelos interesses da pátria. Formaram-se partidos com programas definidos, programas que se chocavam, mas que eram todos unicamente meios de chegar ao mesmo fim. Bernardo de Vasconcelos, a figura nº 1 do Parlamentarismo brasileiro, é o maior nome da época. Evaristo, Paraná, Feijó, Olinda, o Senador Vergueiro, são alguns dos homens extraordinários, cada qual mais consciente do papel que representava.

* Discurso proferido pela Coordenadora de Comunicação dos Correios do Espírito Santo JANETE DE MEDEIROS, durante a solenidade de lançamento do Bloco Comemorativo "Sesquicentenário da Sagração e Centenário da Morte de D. Pedro II", no dia 29 de novembro de 1991, na Sede do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo.

A Regência foi escola que produziu grandes frutos: criou ambiente, pôs a coisa pública nas mãos dos estadistas. Passaram de puros teóricos a espíritos práticos, conhecedores das coisas. Quando mais tarde tiveram nas mãos a máquina administrativa, como auxiliares de D. Pedro II, puderam desenvolvê-la, criar país rico, próspero e feliz.

Em 23 de julho de 1840, D. Pedro II foi proclamado maior e coroado a 18 de julho do ano seguinte. Deu ao Brasil 49 anos de paz interna, prosperidade e progresso. Durante seu reinado foi aberta a primeira estrada de rodagem, a União e Indústria; correu a primeira locomotiva a vapor; foi instalado o cabo submarino e inaugurado o telefone.

Sua chegada ao trono se deu em 1840, ou seja, no mesmo ano em que Rowland Hill criou o primeiro Selo Postal adesivo, revolucionando os Correios de todo o mundo. Neste período já estavam em andamento algumas melhorias no sistema postal brasileiro.

Os carteiros do correio da Coroa passavam a usar uniforme e deveriam percorrer diariamente meia légua.

Ao mesmo tempo o Imperador compreendeu a vantagem da reforma de Hill e, assim, em novembro de 1842 foi criado o conhecido "Olho-de-Boi", o primeiro selo adesivo brasileiro fazendo com que o Brasil fosse o segundo país a utilizá-lo.

Em relação ao "Olho-de-Boi" conta-se que a diretoria dos Correios planejou cortejar o então jovem Imperador Pedro II, colocando sua efígie no selo. Entretanto, esbarrou na indignada recusa da Corte, que recebeu a proposta como um desrespeito à figura do monarca. Resolveu então simplesmente desenhar os algarismos indicativos do valor do selo sobre um fundo de linhas onduladas e entrelaçadas.

O Imperador determinou que se imprimissem os selos nos valores de 30, 60 e 90 réis, sendo gravados em talho doce na Casa da Moeda do Rio de Janeiro. É importante registrar que, em 1845, saiu uma nova emissão de selos, os quais logo receberam o nome de "Inclinados", isto porque a grafia dos números era inclinada. Somente em 1866 é que os selos passaram a representar a efígie de D. Pedro II, sendo que estes foram também os primeiros selos picotados. Até então o funcionário do correio destacava o selo recortando-o da folha com a tesoura.

Cada vez mais o sistema se modernizava; através de um novo regulamento ampliou-se o número de caixas de coletas, inauguraram-se novas linhas urbanas. Foi também estabelecido o serviço de caixa de assinante e, a partir de 1851, o tráfego postal a vapor para a Europa tomou novo impulso.

Em 1852 instalou-se o telégrafo elétrico na Corte. Posteriormente foi

criado o primeiro regulamento para a repartição dos telégrafos elétricos.

A partir de então os serviços de comunicação no Brasil adquiriram uma grande desenvoltura, utilizando o telégrafo e a rede de estradas de ferro recém-construídas para aumentar a circulação de notícias e tráfego postal.

Além disso, novas iniciativas vão surgindo, como a ligação internacional por cabo submarino, unindo Lisboa a Recife e as comunicações postais estabelecidas entre o Brasil e o Império italiano, além dos Estados Unidos, Espanha, Bélgica, Peru, Uruguai, Paraguai, França e Argentina.

Nos últimos anos do governo de D. Pedro II, a diretoria geral dos Correios já estava subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que havia sido implantado.

Nesse período, em Berna (Suíça) celebrou-se um tratado relativo à criação da União Geral dos Correios, que logo em seguida transformou-se em União Postal Universal-UPU.

Assim sendo, o Imperador promulgou um ato diplomático de adesão ao tratado, e ainda baixou, em março de 1888, o último decreto Imperial que promovia uma nova reforma nos serviços postais do Brasil.

O soberano esclarecido e iluminado que fazia versos, que preferia o convívio dos filósofos e dos artistas ao contato dos políticos, dos diplomatas e dos generais, ao fim de proveitoso reinado, recebe a República como um movimento natural da evolução brasileira. Morto no exílio, em Paris, aos 66 anos, deu-lhe a França funerais régios, fazendo depositar o corpo no panteão dos Bragança, no Convento de São Vicente de Fora, em Lisboa.

Finalmente, revogada a Lei do Banimento, foram seus restos mortais transladados para o Brasil onde repousam em Petrópolis, na catedral cuja construção teve início sob seu generoso patrocínio.

Discurso de posse

Francisco Aurélio Ribeiro

A História, segundo Foucault, é a primeira e a mãe de todas as ciências do homem, exercendo, na cultura ocidental, as funções de memória, mito, transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno. Seu estudo reconhece, ainda, duas concepções de História: uma, até o séc. XIX, em que esta unidade é vista fraturada, pela descoberta de uma historicidade própria à natureza, em que se pode mostrar que atividades tão singularmente humanas, como o trabalho, ou a linguagem, detinham, em si mesmas, uma historicidade que não podia encontrar lugar na grande narrativa comum às coisas e aos homens. Foucault dá atenção maior à história humana, abandonando a idéia de uma ordem ou um plano contínuo do tempo. Aprendemos com ele que o ser humano não tem mais uma História: porque fala, trabalha e vive, acha-se imbricado em histórias. (1)

História e Literatura têm uma origem comum: ambas são narrações de fatos das vidas dos povos, dos indivíduos, das sociedades e tiveram sua origem na oralidade. Numa primeira definição de dicionário, História é conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio de documentos, relativos à evolução ou ao passado da humanidade, e Literatura, o conjunto de trabalhos literários de um país ou de uma época. Ambas, porém, têm como base a linguagem, e como princípio, a interpretação. O que as difere é o uso que se faz das mesmas. A Literatura tem como fundamento o uso estético da palavra e a polissemia, enquanto a História tem como princípio a Verdade. Mas o que é a verdade? Conceito flexível, no tempo e no espaço, ao sabor do vento e da maré. Bandeira

empunhada pelos dominantes, em todo o percurso da história das civilizações, a verdade é, quase sempre, a do vencedor. O resto são histórias, ou estórias, e quem se incumba de contá-las, freqüentemente, é a própria Literatura.

Há, porém, um outro posicionamento diante da História que gostaria de adotar em minha fala de entrada nesta casa de estudiosos. É o de Walter Benjamin, quando afirma que "O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida" e que "A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras" (2). Portanto, cabe ao crítico literário recuperar, no discurso ficcional, as histórias do seu e de outros tempos, dissimuladas em alegorias, parábolas e metáforas, trabalhadas com a ironia e as paródias próprias do discurso literário e contrapô-lo ao discurso histórico, quase sempre coabitando com o poder.

Três suportes teóricos, portanto, têm orientado minha análise da realidade, na atualidade: o conceito de histórias, desenvolvido por Foucault, em lugar do conceito dicionarizado da historiografia tradicional; a consciência de Benjamin de que a prática revolucionária destrói o contínuo da História, preenchida pelo presente; e o sonho de Barthes de que o mundo, sua profusão de fatos políticos, sociais, econômicos e ideológicos se complementa com a obra de arte, aparentemente solitária, ambígua, mas repleta de significações (3).

Não sou um historiador. Sequer tornei-me Professor de História. Por isso, devo uma explicação a meus pares por ter aceitado o convite dos Professores Renato Pacheco e Miguel Depes Tallon para participar desta confraria. Permitam-me, portanto, retomar Foucault, e contar um pouco uma história pessoal. Aos onze anos incompletos de idade, fui introduzido pelos padres Salesianos de Jaciguá, pela primeira vez, numa sala de aula, para lecionar para o Admissão do Ginásio: aulas de Português, gramática normativa, pura decoreba, cujos conceitos passava aos alunos sem sequer tê-los entendido. No entanto, minhas maiores notas eram de História, com o Pe. Gerlin Cipriano, que fazia nossa imaginação adolescente viajar do Oriente babilônico e assírio, aos egípcios, gregos e romanos, invadir a Europa com Aníbal ou Átila, passar correndo pela Idade Média, "que a peste ronda" e chegar, eufóricos, "allons enfants de la patrie" à Revolução Francesa. Em todo o Ginásio e Científico, jamais chegamos ao século XX. O ano terminava, sempre, antes do programa.

Continuei Professor de Português, mas minha paixão foi sempre a Literatura. Nela pude aprender, com muito mais veracidade e isenção, a história dos homens. As corrupções, autoritarismos e desmandos ad-

ministrativos, os lemos nos poemas de Gregório de Matos ou nos **Sermões**, de Vieira. As conquistas portuguesas contadas por seus atores, nos **Lusíadas**, na **Carta** de Caminha, Diários de navegação ou relatórios jesuítcos. A destruição dos indígenas em Bento Teixeira, Santa Rita Durão ou nos romances indígenas de Alencar e poemas de Gonçalves Dias. O racismo latente e profundo da classe dominante brasileira naquilo que a literatura romântica, sobretudo de Alencar, omite. O artificialismo, empreguismo e decadência da República nas narrativas irônicas de Machado de Assis e Lima Barreto. A conquista das terras do Sul nas lutas fratricidas narradas nos romances épicos de Erico Veríssimo. Toda a releitura nacionalista que nos fazem os modernistas: Raul Bopp, Graça Aranha, Oswald e Mário de Andrade, Aníbal Machado, Cassiano Ricardo. Mais próximo de nós, entendemos as lutas armadas dos jovens sonhadores nos romances de A. Callado e nos poemas tropicalistas ou marginais. Mais recentemente, sentimos, mais que compreendemos, a violência do cotidiano nos contos e romances de Rubem Fonseca, a tentativa de reler o passado em João Ubaldo Ribeiro e, ao nosso lado, Luiz Guilherme Santos Neves e Bernadette Lyra, em seu mais recente romance, **Panelinha de Breu**, saindo do forno.

O Mestre Antônio Cândido, um dos representantes mais vigorosos do pensamento nacionalista dos nossos tempos, nos convida a pensar se, em lugar dos heróis e grandes homens cujas figuras são exaltadas nas aulas de História tradicional, não deveríamos desviar nosso olhar para indivíduos densamente significativos, que ficaram injustamente relegados ao esquecimento. Movimentos de massa como os de Sepé Tiaraju, no Rio Grande, Canudos, na Bahia, Contestado, em Santa Catarina, ou Queimados, no Esp. Santo, não podem ser esquecidos. Por isso, temos de nos dar conta, com suficiente clareza, do quanto tem sido facciosa a matéria "História", tal como costuma ser lecionada nas escolas, pois os professores, em geral bem intencionados, são os herdeiros de uma tradição mais ou menos "positivista", que costuma aplicar critérios pretensamente objetivos e científicos na "reconstituição fiel do passado". Falo-lhes com toda franqueza. Aprendi muito mais nas histórias que os antigos contavam ou nos livros de história que li do que nas aulas a que assisti. Receptores mudos e passivos, nossa única ação permitida era através da imaginação.

Estou aqui porque acredito que Literatura é também História. Embora saiba que elas têm estatutos próprios, critérios e métodos próprios de análise, nasceram juntas. Filhas de Clio e Moira, tecelãs do tempo e do destino, têm como utopia a imortalidade.

Para concluir, diria que, enquanto a História olha para o passado, a

Literatura se debruça sobre o presente. No entanto, a diferença entre passado e presente é que este corresponde a um entendimento daquele, de uma forma e numa escala tais que a consciência que esse passado tem de si próprio não pode mostrar. Em Arte, o que se faz hoje não é melhor do que se fez ontem, talvez diferente, por isso, a arte e a literatura do passado são recuperáveis, fruíveis, recicladas. Passado o postulado objetivista do historicismo do séc. XIX, com seu dogma ainda platonista do sentido único e eterno da obra, a História é viva e não matéria inerte, quando transforma e renova, pela consciência presente, o passado. Talvez, assim, a Literatura que se opôs, em certa medida, à História, fazendo-lhe mesmo uma resistência, encontre, neste final de século, sua irmã, elas que caminharam tão juntas desde as epopéias homéricas. Certo é que, se Literatura e História sobreviveram até hoje e certamente resistirão à massificação tecnológica, é porque têm muitas histórias para contar, colocando-se não ao nível dos indivíduos que as escrevem, mas pelo alcance social de suas atividades e instituições. Certamente aí estarão as suas sobrevivências.

Notas

- (1) FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo : Martins Fontes, 2. ed., p.386, 1984.
- (2) BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo : Brasiliense, p. 228, 1985.
- (3) BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo : Cultrix, s/d.

Christiano Fraga - 100 anos *

Renato Pacheco

Quando, em uma roda, falávamos, bem ou mal, de algum amigo morto, Mestre CHRISTIANO FRAGA olhava em volta e, conquanto cético, alertava - Ele está aqui nos ouvindo...

Agora, também, nós podemos dizer: - Christiano está aqui nos ouvindo... Porém, dele só o muito bem que fez ao mundo será lembrado esta tarde. O orador que escolheramos para hoje era o Dr. Alberto Stange Júnior, nosso Presidente de honra e um dos maiores amigos do homenageado. Ainda em maio, hospitalizado, Stange confirmou seu desejo de render esta homenagem, porém as coisas não acontecem como a gente quer.

Christiano, nascido em Campos, em 07 de agosto de 1892, foi um dos grandes mitos de minha infância, mercê da grande amizade que o unia a um tio meu, Aguinaldo Costa, seu colega na profissão médica e do qual CHRISTIANO escreveu sentido necrológico em A Gazeta. E, através de minha genitora, Valentina Costa Pacheco, que fora sua aluna no Curso de Preparação de Enfermeiras de Guerra, dado em 1943, em nossa capital.

Depois, nos tomamos colegas de magistério, da AEL, deste IHGES, da Comissão de Folclore, e se criou entre nós camaradagem sólida e profunda, a despeito dos 36 anos de diferença entre o Mestre consumado e o amigo plúmifivo.

Bom chefe de família, bom esposo (seu casamento, contado em **Lembranças**, é dos episódios mais curiosos da história do matrimônio em qualquer país do mundo), bom pai, bom amigo, CHRISTIANO, o polígrafo, foi médico, caçador, contador de "causos", jornalista, administrador, professor, filósofo, um extraordinário capixaba por adoção e de coração.

Discurso proferido pelo consócio Renato Pacheco, na sessão solene em homenagem ao centenário de CHRISTIANO FRAGA, no dia 05 de agosto de 1992.

Deixou uma obra literária imensa, espalhada pelos jornais da terra, em dois pequenos e saborosos livros - **Com a palavra**, de 1972 e **Lembranças**, de 1976. Era famoso por suas distrações, próprias dos gênios. Seus ex-alunos ainda se lembram do célebre cigarro apagado entre os dedos, com o qual ele dava aulas. De certa feita, foi atropelado, na Avenida Cleto Nunes, Parque Moscoso, em frente ao antigo Clube Vitória, mas, felizmente nenhuma sequela grave ocorreu. De outra vez, Licínio Loureiro, seu cunhado, trouxe de Santa Teresa uma banda de congos para um desfile que Mestre Guilherme Santos Neves promovia, periodicamente. De manhã, logo cedo, lá estava a Banda na porta de Christiano, na Ladeira Santa Clara, onde pacientemente o Mestre contava o número de "lacerdinhas em seus ficus". Pois bem, exibiu-se a Banda em homenagem ao dono da casa e é de praxe que esse dê um agrado, para a "cachaça". Finda a apresentação, Christiano mete a mão no bolso do paletó de pijama e, distraidamente, dá ao mestre da Banda uma nota de elevado valor, creio que quinhentos cruzeiros, na época seu ordenado mensal na Escola Normal. Fora um engano, mas os congueiros elegeram-no o homem do ano!

Conta-nos um de seus mais ilustres ex-alunos, o Des. Norton de Souza Pimenta, episódio curioso da vida de nosso centenário homenageado. Vou resumi-lo sem o brilho da prosa saborosa de quem me relatou o fato.

Voltara Christiano de uma viagem trazendo algumas garrafas de um precioso vinho (ele, um enólogo amador) e seis taças róseas apropriadas para a degustação da bebida. Tempos depois resolveu, numa reunião de amigos, abrir o vinho e inaugurar as taças. A esposa amantíssima trouxe três taças rosas e três taças brancas.

- Doquinha, onde estão as outras taças rosadas?

- Ah! uma empregada estouvada as quebrou.

Christiano de pronto pediu mais três taças brancas e ante o espanto dos amigos, quebrou as três cor de rosa restantes. E explicou: -"Se a empregada que não conhece a importância das taças, tem direito de quebrá-las eu quero também ter igual direito..."

SE NÃO ES VERO...

Atendendo a um pedido do grande amigo Alberto Stange, quando foi implantado no 2º Grau o ensino obrigatório do espanhol, ele, um autodidata, começou a lecionar, no Americano, a língua de Cervantes. Seus ex-alunos testemunharam excelentes aulas, principalmente quando eram desenvolvidos temas literários. Batia na mesa, dava uma volta na sala e começava: "OSOS NEGROS E PELUDOS DEL RINCON DE LA MONTAÑA... ou "AI QUE VIVIR COMO EL SOLDAD, CON LA ARMA AL OMBRO, TODOS

LOS DIAS A LUCRAR...

E, diante das perguntas dos alunos sobre os exames que se aproximavam: - "Para que tanta preocupação em saber espanhol? Nem a mãe do Peron sabe..."

Em fevereiro de 1951, por exigência do Ministério da Educação, foi ele, homem consagrado e quase sexagenário, obrigado a submeter-se a exame de suficiência em língua espanhola, que era prestado na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. O Colégio Estadual mandou para o mesmo exame Frei Pedro Arias, espanhol de nascimento, agustiniano alegre e folgazão, pároco de Santa Rita, que, sem maldade alguma, dançava no corredor com as belas meninas do curso clássico. O resultado não se fez esperar: Dr. Christiano aprovado com louvor e Frei Pedro, o espanhol, foi inabilitado como professor de sua língua materna!

Quando Jones Santos Neves fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entregou a Christiano a direção. Ninguém melhor que ele para dar à novel instituição o nível de sabedoria e seriedade que dela se esperava. Inicialmente funcionou a Faculdade somente à noite, no 2º andar do prédio da Escola Normal Pedro II. Além das salas de aulas e dependências, uma única sala fora destinada à Diretoria, Secretaria e Biblioteca. Administrador adepto do "laissez faire", entregou os trabalhos executórios a uma admirável secretária, Lúcia de Sá Faria, e, em poucos dias, com calendário apertadíssimo, a escola fazia o vestibular, dava a aula inaugural e entrou em ritmo normal de trabalho. Com a mudança do Governo, a escola já funcionando no prédio do antigo Grupo Escolar Gomes Cardim, Christiano não quis continuar na direção, ministrando apenas disciplinas no curso de Pedagogia, até sua aposentadoria, quando foi eleito Professor Emérito da UFES.

Aqui no Instituto foi Christiano presidente em substituição a Ceciliano Abel de Almeida. Trabalhávamos num velho prédio, neste mesmo local, onde funcionara, no começo do século, o Clube dos Boêmios. Sentíamos durante nossas tertúlias o cheiro do charque e das cebolas, que, atravessando o piso de madeira, subia da Cooperativa dos Funcionários Públicos, sediada no andar térreo. O sonho de nosso Presidente era construir um novo e moderno prédio. .

Estudou leis e arquitetura. Peticionou à Prefeitura para que tivéssemos avanço na esquina da Thiers Vellozo com a República. Conseguiu na Augusta Assembléia, através do Dr. Assis, autorização para que a obra se fizesse em regime de condomínio. Contactou construtores, em longas demarches, primeiro a CIEC, depois a Glória, que veio a contratar a construção do Edifício Domingos Martins, com planta de outro Christiano

Fraga, o Woefell. Mudamos nossos livros e móveis para o porão dos Vicentinos, na cidade alta, de vez que nosso secretário, professor Aflordísio Pereira de Souza, era presidente daquela instituição filantrópica. Veio a demolição. Christiano, por motivo de saúde, passou a presidência a Alberto Stange e acompanhou de longe as obras. Mas não fora sua coragem e obstinação não teríamos hoje esta magnífica sede.

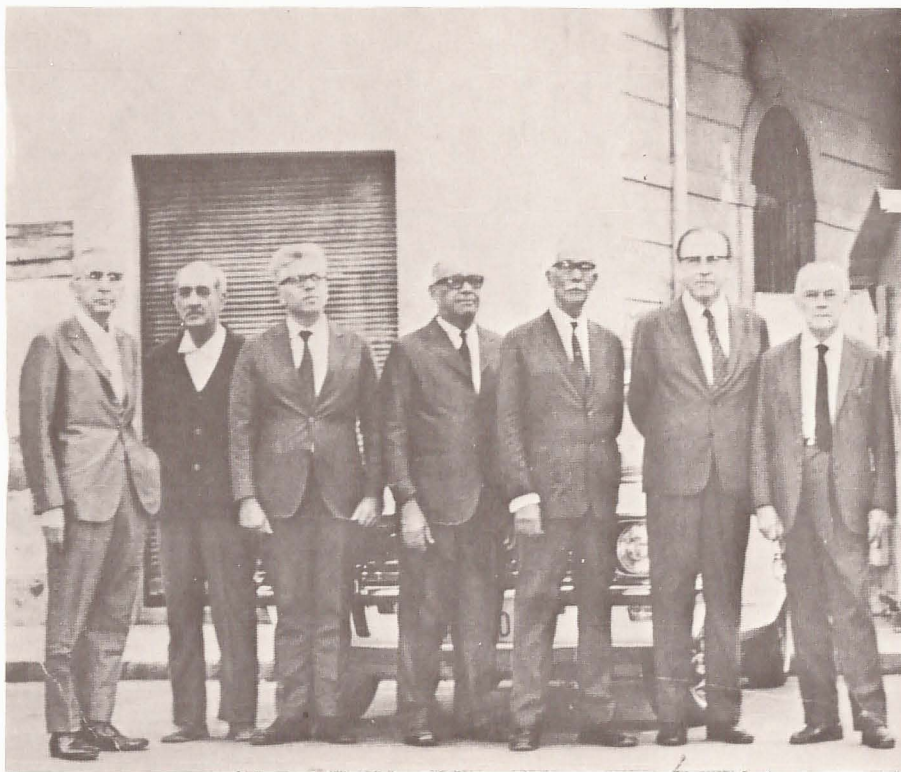
Em célebre entrevista a A Gazeta, explicou nosso homenageado sua passagem, durante a ditadura de Vargas, pela direção do DEIP, onde trabalhavam também nossos consócios já falecidos Eugênio Sette e Nilo Martins da Cunha. Não precisava justificar-se porque homens de sua estatura moral e envergadura espiritual não necessitam de justificativas. E sua passagem pelo órgão da censura foi elemento moderador que evitou os desmandos que, em outros Estados, se faziam.

Como auto-didata, já entrado em anos, aprendeu a falar e a escrever o russo de que, neste mesmo Instituto ministrou curso, em 1963. Firmou manifesto de intelectuais em favor de João Goulart. A Revolução de 1964 o respeitou mercê de sua idade provecta e da grande e merecida estima de que gozava ele em nossa terra, educador que fora de três gerações.

Trabalhador intelectual incansável, contou-nos sua filha, Professora Halza que, poucos dias antes de morrer, em 06 de janeiro de 1984, aos 92 anos, ainda escreveu e datilografou artigo para A Gazeta, de que fora colaborador nos últimos 50 anos.

Minha fala seria, por certo, chamada por nosso homenageado de "uma bacalhoadá". Perdoe-nos, mestre CHRISTIANO, pelo pouco que fizemos em sua honra. Mandamos fazer sua bio-bibliografia por um jovem historiador profissional, Sr. Eloy Angelos Guio. Com apoio de sua diletta filha, Profa. Halza Fraga Ramalhete e seu Digníssimo genro, Dr. Olegário Ramalhete, estamos realizando a mini-exposição e esta solenidade modesta.

Mas falta-nos sua presença austera e culta. Falta-nos sua capacidade de compreender e perdoar, a despeito de algumas posições radicais que eram, como diz o vulgo, "só da boca para fora". Falta-nos sua grandeza humana, sua presença amiga e sábia, embora sintamos todos que o senhor, Dr. Christiano Ferreira Fraga, está aqui, conosco, nos ouvindo.



Da esquerda para a direita: José Antonio Ruy Cortes, Manoel Moreira Camargo, Renato José Souza, Placidino Passos, Alberto Stange, Christiano Fraga, Nelson Abel de Almeida e A

Discurso de Agradecimento

Halza Fraga Ramalhete

CHRISTIANO FERREIRA FRAGA, cujo centenário de nascimento é hoje comemorado nesta Casa de Cultura, foi, na verdade, um líder entusiasta e ardoroso entre os eminentes sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Presidente por três vezes, seu desejo e o propósito obstinado foram a construção da nova sede.

No seu relatório referente ao segundo biênio (1965/67), já vinha assinalado que "antes de tudo, animou-nos a aceitar a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o propósito de conseguir a construção de sua nova sede. Pois a atual ameaça ruir e não resguarda o acervo de livros, revistas e telas, que, ao longo dos anos, em épocas chuvosas, foram danificados e destruídos em grande número, quando exigiam boa acomodação e assistência bibliotécnica".

E ainda, como se já estivesse vizualizando este magnífico e imponente salão: "Boa sede moderna, com instalações adequadas, seria ponto de maior atração, estimulante de sociabilidade".

Na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Christiano Ferreira Fraga trabalhou com afinco e sem esmorecimento, objetivando a construção deste edifício, onde está instalada sua nova sede.

Para isso diligenciou junto à Assembléia Legislativa a alteração de uma Lei de 1925, pela qual o governo do Estado havia doado ao Instituto prédio e respectivo terreno, na rua Thiers Veloso. Depois, junto à Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Solon Borges, para que o alargamento da mencionada rua não viesse a atingir parte do terreno. E, por último, a concorrência para a construção do edifício, por incorporação, com dois

pavimentos destinados ao patrimônio deste Instituto.

Com saudade e emoção, cabe-me como filha e em nome dos familiares de CHRISTIANO FERREIRA FRAGA, nesta sessão comemorativa de seu centenário de nascimento, agradecer ao ilustre presidente, Dr. Renato Pacheco, professor, escritor e grande incentivador das atividades culturais em nosso Estado, e de quem meu pai era amigo e admirador, as belas e emocionantes palavras com que traçou o perfil e a trajetória cultural de Christiano Ferreira Fraga.

Neste instante ele deve estar presente aqui, em espírito, e, comovidamente, dizendo a todos: Muito obrigado!

CHRISTIANO FERREIRA FRAGA, cujo centenário de nascimento é hoje comemorado nesta Casa de Cultura, foi, na verdade, um líder entusiasta e ardoroso entre os eminentes sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Presidente por três vezes, seu desejo e o propósito obstinado foram a construção de uma nova sede. No seu relatório referente ao segundo biênio (1965/67), já vinha assinalado que "antes de tudo, animou-nos a aceitar a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o propósito de conseguir a construção de uma nova sede. Pois a atual ameaça ruir e não resguardar o acervo de livros, revistas e folhas, que, ao longo dos anos, em épocas chuvosas, foram danificados e destruídos em grande número, quando exigiam uma acomodação e assistência bibliotécnicas". E ainda, como se já estivesse visualizando este magnífico e imponente salão: "Boa sede moderna, com instalações adequadas, sendo ponto de maior atração, estimulante de sociabilidade". Na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Christiano Ferreira Fraga trabalhou com afinco e sem esmorecimento, objetivando a construção deste edifício, onde está instalada sua nova sede. Para isso diligenciou junto à Assembleia Legislativa a alteração de uma Lei de 1925, pela qual o governo do Estado havia doado ao Instituto prédio e respectivo terreno, na rua Thiers Veloso. Depois, junto à Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Solor Borges, para que o alargamento da mencionada rua não viesse a atingir parte do terreno. E, por último, a concessão para a construção do edifício, por incorporação, com dois

A colonização do solo espírito-santense

Yvone Amorim

O século do descobrimento inaugurou no Brasil um ciclo de civilização. E o Espírito Santo quinhentista com Vasco Fernandes Coutinho, em 1535, assinala a sua idade agrícola dentro do Brasil Colônia.

"O donatário concedeu terras de sesmaria aos seus companheiros e obtido o concurso do gentio iniciou-se a cultura". Válido é transcrever na íntegra o registro histórico de Gabriel Soares de Souza: "Vasco Fernandes Coutinho chegou a salvamento a sua Capitania, em a qual desembarcou e povoou a Vila de Vitória a que agora chamam de Vila Velha, onde logo se fortificou a qual, em breve tempo, se fez nobre Vila para aquelas partes. Derredor desta Vila se fizeram logo engenhos de açúcar como tiveram canas para isso, que se na terra deram muito bem".

Vasco Fernandes Coutinho figura lendária e contraditória, era filho de Jorge de Melo - o Lágio e de D. Branca Coutinho. Do seu casamento com D. Maria de Campo nasceram os filhos Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo. É de sua ligação com D. Ana Vaz, nasceu Vasco Fernandes Coutinho Filho, por ele legitimado.

Com Afonso de Albuquerque, o famoso "Leão dos Mares", mostrou-se notável homem de guerra, prestando excelentes serviços à Coroa portuguesa em jornadas de lutas, glórias e conquistas, na África e na Índia nos idos dos séculos XV e XVI, alcançando o posto de Capitão e Alcaide-Mór de Ormuz. Naqueles tempos, fazia-se das praças de África a escola de guerra dos moços fidalgos portugueses, tradição ininterrupta das famílias, pois "desde o pai ao bisavô, todos terçavam armas" e se fizeram os mais experimentados e valentes guerreiros.

Regressando a Portugal em 1522 Vasco Fernandes Coutinho foi

residir na famosa Praia do Restelo, em sua propriedade - o Solar de Alenquer. Por serviços militares prestados a Portugal, fez jus aos seguintes rendimentos: uma tença de moradia na matrícula 1449, três mil reais como fidalgo na matrícula de 1450, além de uma tença concedida por D. João III, por missões de guerra junto à causa de Portugal.

Gabriel Soares de Souza defende o conceito adotado por Coutinho, "de se contentar com os heróicos feitos", no que gastou o melhor de sua idade nas partes da Índia, nos primeiros tempos de conquista. E em busca de

"maior fama de seus trabalhos, pediu a El-Rei que lhe concedesse oportunidade para entrar em outros maiores, fazendo-lhe mercê de uma Capitania na costa do Brasil", desejoso que se sentia de povoá-la e dela conquistar o sertão. Ao dito requerimento, decidiu D. João III conceder-lhe "cinquenta léguas de terra ao longo da costa do Espírito Santo, com toda a terra para o sertão, começando onde terminasse Pero de Campo, Capitão de Porto Seguro".

Iniciados os preparativos de viagem "mui provida de moradores e das munições de guerra necessárias", Coutinho vendeu as suas propriedades em Portugal, renunciando, inclusive, à tença de trinta mil reais, para permuta com a Coroa de uma caravela e compra de outras provisões. Além disso, contraiu alguns empréstimos, a fim de financiar e ultimar as condições necessárias à posse da Capitania.

Decorridos quase quinhentos anos, ainda é contraditória a informação de que Vasco Fernandes Coutinho, "para satisfazer a grandeza de seus pensamentos", teria adquirido à sua custa uma frota de navios. O mais provável é que a sua expedição tenha se resumido a uma única caravela - a "Grorya" (ou Glória, como pronunciámos), nela embarcando com cerca de sessenta colonos entre criados e fidalgos. A caravela era equipada com quatro mastros e tinha capacidade de 150 a 200 toneladas.

As doações das capitânias que incluíram a do Espírito Santo foram feitas em 1532 e as respectivas Cartas Régias datam de 1534. A Carta Régia do Espírito Santo com data de 1º de junho de 1534 foi assinada em Évora e a décima-primeira assinada pelo rei de Portugal. Entretanto, somente a 7 de outubro do mesmo ano, foi assinado em ato solene, o Foral que fixou os direitos e deveres dos colonos, bem como as regalias devidas a Vasco Fernandes Coutinho, como Grande Senhor, além de outras exigências inseridas na Carta Régia e no Foral.

Basílio Daemon defende a tese de que o desembarque do Donatário

com sua gente, antecedido de investigações preliminares,

"deu-se num domingo de 23 de maio de 1535, em terras que ficam à margem esquerda da entrada da baía, próximo ao Monte Moreno, em uma enseada que ele julgou ser a foz de um rio, e à qual deu o nome de Espírito Santo, por ser o dia dedicado pela igreja à terceira pessoa da Santíssima Trindade".

A historiadora Maria Stela de Novais diverge, ao informar que o desembarque se deu "entre o Monte Moreno ou João Moreno e a Ponta do Tubarão ou Piraém, instalando-se perto do Moreno, no lugar conhecido por Sítio do Ribeiro". A exemplo de Pedro Álvares Cabral, cujo local de desembarque com os seus comandados é tese analisada e contestada por historiadores, o mesmo acontece com o lugar onde Coutinho e seus colonos desembarcaram. São muitas as divergências sobre esse assunto.

A primeira povoação onde o braço colonizador iniciou a cultura da cana-de-açúcar denominou-se Vila do Espírito Santo. A afirmativa é de Basílio Daemon contestada por Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente de Salvador e Maria Stela de Novais. Para eles, a povoação tomou o nome de Vila Nossa Senhora da Vitória, depois chamada de Vila Velha "onde logo à entrada do rio, da banda do sul, começou a edificar a Vila de Vitória que agora se chama de Vila Velha". Maria Stela reforça a sua tese com a informação contida nas provisões passadas a vigários da Vila de Vitória ou Vila Nossa Senhora da Vitória, antes de 1551, transcrevendo em **História do Espírito Santo**, a que foi expedida por Antônio Cardoso de Barros, Provedor-Mór da Fazenda de El-Rei nestas partes do Brasil: "Faço saber aos que esta virem, que por nesta Vila de Vitória, Província do Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes Coutinho...", a data é de 3 de março de 1550, antes da fundação da Vila Nova de Vitória, em 8 de setembro de 1551. Informa José Teixeira de Oliveira que "ao rio e à Vila logo iniciada, foi dado o nome do Espírito Santo e depois estendido por toda a Capitania". De forma conclusiva, Gabriel Soares de Souza esclarece que o donatário tratou de povoar a Vila do Espírito Santo em 1535 como sede da Capitania, mas depois de fundada a Vila Nova de Vitória em 1551, passou a chamar-se de Vila Velha.

Os indígenas apelidaram a antiga povoação de "Moub ou Mboab" - terra habitada por emboabas, pejorativo no tupi-guarani, do colono português. Armados de arcos e flechas em grupos pela praia, os índios tentaram impedir o desembarque dos colonizadores, mas, repelidos por

disparo de bordo da caravela "Grorya", ficaram assustados, refugiando-se nas matas. Com essa atitude, pelo menos foi possível a conquista da terra dando-se início ao povoamento, com assentamentos de cabanas e o plantio das sementes trazidas de Portugal. O donatário incluiu nessas providências a montagem de um engenho e aberturas de caminhos, instalando sua residência na fazenda da Costa, no local denominado Sítio do Ribeiro, onde mais tarde residiu e faleceu seu filho e herdeiro Vasco Fernandes Coutinho Filho, este casado com D. Luíza Grinalda, que o sucedeu como donatária da Capitania do Espírito Santo após a sua morte.

Foram muito árduas as lutas enfrentadas sempre em confronto com as tribos indígenas. As investidas dos almorés, goitacases e tamoios e de outras tribos guerreiras, tornaram bem difícil viver em paz naquele início de colonização, acrescidas pela ambição desmedida dos colonos, esta sim, a grande inimiga de Coutinho. Varnhagem, em sua **Crônica primitiva das seis capitanias, cuja colonização vingou**, informa que o gentio resistiu, foi vencido, apazigou-se e passou a colaborar para os trabalhos da Colônia. Introduzida a cultura da cana-de-açúcar, construiu-se um engenho, enquanto os colonos lavravam suas terras para mantimentos. As informações, colhidas no livro 711, p. 13-15 nos anais da Biblioteca Nacional, dão conta do arrendamento do dízimo de açúcar "a la mala", até janeiro de 1546, a 200 réis a arroba, por carta de Ambrósio de Meira, enviada a El-Rei e datada de 26 de setembro de 1545. A produção açucareira, segundo mostravam os engenhos, estava prevista em dízimos até 300 arrobas. Opinando sobre o tipo de açúcar "não de todo bom porque os oficiais não conheciam bem as terras e o tempo delas", Ambrósio de Meira elogiou o tipo de açúcar que saía bom, classificando-o de igual ao que era produzido na Ilha da Madeira.

O primeiro carregamento de açúcar da Capitania do Espírito Santo foi transportado em um navio da Armação Brás Teles, em 1545.

Como resultado da pacificação entre indígenas e portugueses, florescia a Capitania, com os trabalhos dos colonos sob a direção do donatário. A marcha da colonização, com serviços e plantio de parceria, sob contrato, prosseguia em desenvolvimento. E o contrato cumpria as suas regras, indo do cultivo à produção mediante o pagamento de cotas. Tudo isso foi possível enquanto perdurou o acordo de boa convivência entre índios e portugueses. Plantou-se cana, cultivou-se cereais e engenhos foram instalados. Para Francisco Adolphe Varnhagem, era aparente a prosperidade da Capitania, pois à medida que se acelerava o seu desenvolvimento ganhavam espaço os elementos de discórdia, como por exemplo, o cativo do índio imposto pelos colonos contra a vontade do donatário. Para Varnhagem, "a invocação do Espírito Santo estava nos lábios,

procedera do hábito, não nascera do coração". Na verdade, o entendimento só foi possível com o fortalecimento, a partir de 1558, do trabalho irradiador de catequese dos jesuítas, iniciados na Capitania em 1551.

Vasco Fernandes Coutinho empregou a sua fortuna e vendeu todo o seu patrimônio para atender às necessidades de sua Capitania. Regressando em agosto de 1560 de uma de suas várias viagens à Corte portuguesa, velho e doente, entregou pessoalmente a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, a sua carta de renúncia. Carlos Malheiros Dias referindo-se à personalidade de Coutinho diz que

"Ele confiou em excesso no seu prestígio e dotes militares. Acontece que o Brasil não era as Índias. Era exagerado e até prejudicial o otimismo com que pretendia enfrentar as dificuldades a que não estava preparado, tratando-se das contingências que envolviam uma região desconhecida".

Luiz Derenzi classifica de "aventura de doido para um homem já encanecido. Ele é, sem dúvida, uma das mais interessantes figuras da dramática história do feudalismo brasileiro".

Vasco Fernandes Coutinho faleceu a 16 de janeiro de 1561 em Vila Velha, onde residia. Acreditamos, em um futuro bem próximo, que se possa resgatar a importância da figura do donatário, como a melhor forma de cultivar a sua memória, esclarecendo para as novas gerações as contradições e informações de certa forma um tanto injustas e vexatórias para o homem valente como sempre soube ser o primeiro donatário da então Capitania do Espírito Santo.

Referenciando o dia 23 de maio de 1535, prestamos nossas homenagens aos colonizadores que iniciaram os trabalhos de amanhã da terra, tão pouco explorada naquela época. Havia também os tupiniquins, os goitacases, os aimorés, os tamoios, os puris, os temiminós e os temíveis botocudos, nações de muitas guerras entre si e de muitas investidas ao colonizador, que souberam ser resistentes ao cativeiro imposto pelos colonos portugueses. Homenageando toda essa gente que faz parte do currículo histórico do Espírito Santo, saudamos a mãe-terra, mãe de todos nós, que nos alimenta há 456 anos, sempre generosa e dadivosa.

É preciso, mais do que nunca, falar das coisas da terra, conscientizar a preservação do solo e da natureza, lembrando que a ciência agrícola, através do plantio e colheita, conserva, intacta, a sua essência moralizadora. A luta do homem pelos bens da terra é, historicamente, universal, presente em todas as épocas, nos mais diferentes ciclos, a partir dos povos que o

subjugaram nas guerras e conquistas. O homem "é o elemento de consolidação de conquistas territoriais". E o milagre do solo somente se realiza através do convívio que une esses dois elementos - o homem e a terra - oferecendo à sociedade, através da agricultura, as matérias essenciais à sobrevivência dos povos. Repetindo as palavras com que se expressou Pereira Barreto, no Primeiro Congresso Agrícola no Brasil em 1911:

"Tudo quando somos, tudo quanto possuímos, devemos à agricultura. Todas as riquezas, todas as nossas ciências e artes, todas as maravilhas da indústria, todas as elegâncias da vida moderna não seriam possíveis sem o trabalho da terra. É do seio da terra que saem todas as matérias com que a humanidade elabora a civilização".

O solo espírito-santense é fértil. "É esta a terra onde ao presente restou a melhor e a mais fértil do Brasil" profetizou em 1551 o Padre Afonso Brás. Para nós e todos aqueles que a amam, a sua pequena extensão territorial é uma sábia inspiração da natureza que, a curta distância, permitiu o abraço do colonizador à fecundidade do solo.

Fontes consultadas

Tratado descritivo do Brasil em 1587 - Gabriel Soares de Souza

A Capitania do Espírito Santo - Mário Aristides Freire

Biografia de uma ilha - Luiz Derenzi

História do Espírito Santo - Maria Stela de Novais

História do Espírito Santo - José Teixeira de Oliveira

Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística - Basílio Daemon

Crônicas, Comentários e Notas

Homenagem Fraterna a Alberto Stange

Carlos de Campos

Acabamos de perder, como se sabe, nestes últimos dias, com sincero pesar, a figura tão benquista - digamos assim - do nosso distinto confrade: DR. ALBERTO STANGE JUNIOR.

O já saudoso extinto, então integrante de vários Cenáculos Culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Espírito-Santense de Letras, a Associação Capixaba de Imprensa, além de expressivas, bem assim, memoráveis Comendas, entre as quais, a Medalha D. Pedro I, lembrada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; a Ordem Estadual do Mérito "Jerônimo Monteiro", no grau de Comendador, homenagem do Governo do Espírito Santo, em 12 de março de 1975; Amigo da Marinha de Guerra, a 13 de dezembro de 1972, e, ainda, a Medalha "Domingos Martins", comemorativa do arcabuzamento do herói Espírito Santense, dedicada pelo nosso Instituto Histórico e Geográfico.

Não nos esqueçamos, antes de tudo, que o Alberto Stange, a quem estamos referindo, nascera no então chamado Porto de Cachoeiro, hoje Santa Leopoldina, seu querido berço natalício, conhecido, ainda mais, à luz da história, **ad perpetuam rei memoriam**, por culminância de gloriosos escritores, como Graça Aranha, até fora de nossas fronteiras, através do romance **Canaã**, complementado, em nossos dias, por Renato Pacheco, no bem inspirado e aplaudido livro **Fuga de Canaã**.

Não podemos, nesta conjuntura, deixar de lado, à sombra do silêncio, outra alternativa, na estatura magistral, por assim dizer, no tocante à personalidade, propriamente dita, desse Stange Junior. E isto, afinal, nos faz lembrar, desde logo, do eminentíssimo escritor de nome Pedro de Camargo, cognominado Winicius, o autor de múltiplos trabalhos, sobretudo no âmbito

educacional, quando diz, na obra **O Mestre a Educação**, este provérbio: "Professor é o primeiro homem, na escala social, se exerce, como missionário de Deus, no aperfeiçoamento de suas obras!..."

Dizendo isto, voltemos, com emoção, para tempos idos, ante as vitórias de Vitória, em relação, com felicidade, aos enumeráveis educadores, incontestavelmente, que alicerçaram, com brilhantismo, no ramo focalizado, a nossa abençoada e radiante comunidade.

Falando-se, por enquanto, no Mister Loren Reno, com o devido respeito, ninguém ignora, a bem dizer, que tenha sido ele, à luz de mestre dos mestres, fundador do tradicional Colégio Americano, cujos alunos, entre os muitos, chegaram ao magistério, com destaque, como os Drs. Almir Gonçalves, Filogomiro Lanes e Pastor José de Paula, este colaborador, entre os fundadores do Colégio João Bley, de Castelo. O mais importante, demais disso, podemos salientar, neste relance, que o então menino - Alberto Stange Junior - depois de aluno e professor, exerceu, por muitos anos, com expressivo sucesso, a direção tal qual a maestria do imortal antecessor, do sempre memorável Colégio Americano.

O Curriculum Vitae, aliás, do nosso homenageado, seria mais extenso, se, em prolixidade, falássemos, igualmente, no Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa ou no educador, que o fora, nas variadas atividades similares. Todavia, paremos por aqui, a fim de que, em modesto verso, tentemos memorizar o Presidente de honra do nosso Instituto Histórico e Geográfico:

Alberto Stange Junior, excelso Educador,
que em toda a trajetória, em seu saber humano,
depois de ser aluno e sábio diretor
do já tradicional Colégio Americano!

A sua atuação, com lúcido louvor,
três décadas durou, sem mágoa ou desengano,
mantida, como sempre, em lutas, pelo amor,
no exemplo de educar, no deslumbrante plano!

E quem ganhou, feliz, nos bancos escolares,
com seu sublime exemplo, em aulas luminares,
no belo amanhecer daquela mocidade,

um dia há-de sentir fatal reminiscência,
no já crepuscular momento da existência,
um mundo de emoção, repleto de Saudade!...

Dois Ilustres Consócios que se foram

Alberto Isaías Ramires

Maura de Senna Pereira

Embora morando na mesma cidade, nem sempre sabemos de tudo o que nela ocorre, chegando-nos a notícia, às vezes, algum tempo depois, e de lugar distante. E esse foi o caso do falecimento, nesta capital, da poetisa amiga Maura de Senna Pereira (viúva do Mestre Almeida Cousin, cujo passamento ocorreu há pouco tempo, também aqui no Rio), notícia que nos veio de Florianópolis, em carta da poetisa e acadêmica Sylvia Amélia Carneiro da Cunha.

Sobre essa admirável mulher de letras catarinense, transcrevemos a abalizada opinião do escritor Nereu Corrêa, estampada no livro **Busco a palavra:**

"Maura de Senna Pereira é, sem favor, a mais alta voz da poesia feminina no Brasil de hoje. Poetisa com todas as letras, em que pese a opinião de alguns críticos que injustificadamente vêem um sentido depreciativo nessa palavra. Além de ser esse o termo próprio, com que todos os dicionários e histórias da literatura designaram os poetas do sexo oposto, sem nenhum desdouro para eles, a poesia de Maura é essencialmente feminina, na medida em que reflete a sua condição de mulher, com toda aquela delicadeza dos temperamentos hipersensíveis que raramente se encontram nos homens".

O poema abaixo, recolhido desse belo livro, revela toda a sentimentalidade dessa extraordinária poetisa:

Canto da Amante Amada

Ainda trazendo sol e sal
além do ímpeto.e da esperança
chegou o Amado.
É alvo o leito e o instante é alvo
de tudo o que antes
turbava o amor.
Nada conspurca
incompleta ou ensombra
meu festim da entrega
e o tal carinho pela noite alta
me faz tão sagrada
que me julgo a terra.
Ah, eu sei que - um dia - estarei derramada
Em cinzas pelas companheiras rosas
mas - antes - rosas brotarão de mim.

Considerada, com inteira justiça, a maior poetisa de Santa Catarina (seu Estado natal), MSP é autora de quatorze livros, tendo participado de numerosas antologias nacionais e, por duas vezes, da **International poetry** (1983 e 1984), ambas na companhia de "poetas internacionais selecionados", trabalho de ampla repercussão, editado pela Dr^a Terezinha Pereira. Participou, também, de antologia bilingue (Português e Inglês) lançada pela Universidade Federal de Santa Catarina, sendo seus poemas escolhidos pelo poeta Alcides Buss.

Com o falecimento de Maura de Senna Pereira, o parnaso brasileiro fica desfalcado de um de seus grandes valores, pois, como disse Pedro Albeirici "seu talento conquistou o País".

Ailton de Almeida

Nossa amizade com esse talentoso homem de letras espírito-san-tense, recentemente desaparecido, data dos tempos de juventude, quando ensaiávamos os primeiros vôos literários, colaborando nos principais órgãos da imprensa de Vitória (A Gazeta, A Tribuna e Vida Capixaba) e em

periódicos do Estado do Rio de Janeiro (São João da Barra e Santa Maria Madalena).

Em sua companhia, em 1940, fundamos o Centro Acadêmico Humberto de Campos, sociedade literária que, com o nome de Academia de Letras, continua viva e atuante na gleba vila-velhense.

Quando, em 1987, pelas Edições Caravela (P. Alegre, RS) demos à publicidade a plaqueta "Mário Queiroz: Um Poeta Vila-Velhense", confiamos a ele a apresentação do trabalho, pois ninguém com mais autoridade poderia falar do talentoso bardo terrantês. **De Mário Queiroz a A. Isaías Ramires: poetas do Espírito Santo**, estudo realizado por Elmo Elton, da Academia Espírito-Santense de Letras, é trabalho maior sobre a poesia capixaba, dos primeiros tempos coloniais até os nossos dias. A publicação do livro é patrocinada pela Universidade Federal do Espírito Santo, pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e pela Prefeitura Municipal de Vitória (edição de 1982). Vila Velha, o primeiro pedaço de nosso chão pisado pelos colonizadores portugueses, contribuiu com quatro poetas para a feitura da obra: Mário Queiroz, Carlos Madeira, Ailton de Almeida e A. Isaías Ramires. A enumeração obedece a ordem de nascimento. Há umas coincidências interessantes, de Mário Queiroz, nascido no final do século passado, a A. Isaías Ramires, o mais novo da turma. O pai de A. Isaías Ramires, ilustre homem público, homeopata e espírita, era amigo de Mário Queiroz e família. Odete, filha de João Ramires e irmã de A. Isaías Ramires, era madrinha de Ailton de Almeida, que tinha por padrinho Mário Queiroz, primo do autor deste relato. Em 1941, quando se realizou o concurso para a escolha do 1º Príncipe dos Poetas Capixabas, no qual sagrou-se vencedor o poeta Narciso Araújo, entre os poetas falecidos foram, com muita propriedade, homenageados Ulysses Sarmiento, oficial do Exército Brasileiro, e Mário Queiroz, cujos óbitos registraram-se em 1923 e 1924. Feita uma exposição de trabalhos de autores vivos e mortos, o Sr. João Ramires contribuiu para o êxito da mesma com o livro **Clâmides**, de Ulysses Sarmiento. Quer A. Isaías Ramires, agora, prestar homenagem a Mário Queiroz, o maior poeta morto de Vila Velha, nossa terra. E ele o faz muito bem. É pena que não tenhamos outros elementos para juntar aos já coligidos por A. Isaías Ramires. Passa a ser o primeiro estudo relativo a Mário Queiroz. Desconhecemos a existência de outro.

Como se vê, são muitos os laços que nos unem a Ailton de Almeida.

Em nossas idas à terra que nos viu nascer - a nossa querida Vila Velha - a ele sempre fazíamos a primeira visita. Semanalmente, conversávamos pelo telefone, quando ele nos punha a par das novidades da terra, como ocorreu poucos dias antes de seu falecimento.

Sua amizade nos era valiosa demais, razão pela qual a notícia de seu passamento nos abalou profundamente, embora, pela nossa fé espiritual, tenhamos firme convicção de que a vida prossegue além do túmulo.

História do Banestes

Orlando Moraes

Em virtude da falência e liquidação do antigo Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, fundado em 1911 por Jeronymo Monteiro, de 1931 a 1935 ficamos sem um Banco estadual que prestasse assistência creditícia a todas as atividades econômicas, sobretudo à lavoura de café e à pecuária de corte e de leite, então as principais fontes de receita do Estado. O governo estadual também se ressentia da falta de um estabelecimento bancário sob seu controle, que servisse como depositário de suas disponibilidades financeiras.

Na época, quem governava o Estado, como Interventor Federal, era o Major João Punaro Bley, que teve a iniciativa de baixar o Decreto 6639, de 09.08.35, criando o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, com funções idênticas às de um Banco e para o qual foi aberto um crédito especial.

Ainda sob o Governo de João Punaro Bley, por Decreto 8452, de 30.04.37, tal Instituto transformou-se em Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, sociedade anônima com sede em Vitória, cuja constituição se consumou por escritura pública da mesma data, lavrada no Cartório do 4º Ofício de Notas, a fls. 4/18, do livro nº 38.

O capital inicial foi de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis), dividido em 5.000 ações de 100\$000 (cem mil réis) cada uma, subscritas quase totalmente pelo Estado, isto é, 49.249 ações. Os demais subscritores foram: de 30 ações, Jones dos Santos Neves; de 20 ações cada um, Antenor Guimarães & Cia. Ltda, A. Prado & Cia., Arens & Langen, Banco dos Empregados do Comércio, Manoel Alberto Silva, Oswald Guimarães, Oliveira Santos & Cia., Oswaldo Marques, Pedro Nolasco, Rômulo Leão

Castelo e Milton Silva; e de 10 ações cada um, Mário Aristides Freire, Alfredo Neves, Alberto Sarlo, Alberto Magalhães, Anízio Fernandes, Angelo Pagani e Alfredo Morgado Horta.

O empresariado de Vitória, que já era forte naquela época, não se interessou em participar de uma atividade pioneira, deixando-a por conta do Estado, pelo menos enquanto seus resultados fossem imprevisíveis.

A primeira diretoria do Banco era formada por apenas dois diretores: Mário Aristides Freire na Presidência e Jones dos Santos Neves na Carteira de Empréstimos.

Em 15 de outubro de 1937, o Banco iniciou operações em sua primeira sede, situada na antiga Rua do Comércio, 22 (hoje Florentino Avidos) e os dois primeiros depositantes foram Nolasco & Cia. e Alberto Oliveira Santos.

O prédio da sede era propriedade de Irmãos Pagani e foi alugado por 1:100\$000 (um conto e cem mil réis) mensais. Pouco tempo depois, em 13.12.37, a diretoria já cogitava da construção de uma sede própria. Um projeto foi elaborado pelo Dr. Jayme Figueira, do que seria o "Palácio da Bolsa de Café", cuja construção teria participação financeira do Banco, da Bolsa de Café, da Cia. Espírito Santo e Minas de Armazéns, da Associação Comercial e - curiosamente - do Instituto Histórico e Geográfico. Mas o projeto foi considerado inexecutável por falta de recursos de alguns dos que seriam co-proprietários.

Não obstante sua denominação, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo demorou muito a possuir uma carteira agrícola tecnicamente organizada. Seus estatutos rezavam que as operações rurais só poderiam ser feitas com agricultores registrados no Ministério da Agricultura. Na época de sua fundação, em todo o Estado, apenas 95 agricultores atendiam a essa exigência.

Assim, de início, nosso Banco operava principalmente no desconto de duplicatas do comércio e da indústria ou em empréstimos por meio de promissórias, inclusive a agricultores.

As duas primeiras dependências do Banco no interior do Estado foram as de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, instaladas com a denominação de escritórios nos dias 1 e 2 de julho de 1938, respectivamente. Em 1939 instalaram-se dois novos escritórios: Alegre em 01.03.39 e São Mateus em 15.04.39. Todos os escritórios foram, em pouco tempo, transformados em agências.

Este ano, portanto, o Banestes comemorou não só 55 anos de sua fundação em 30 de abril como do início de suas operações em 15 de outubro.

O Lar e a Escola

Manoel Pedro Ferraz

O Lar é a célula mater da sociedade e a Escola é a base em que se assenta o seu desenvolvimento.

O Lar é a primeira escola e a escola é o segundo lar. Naquele, o professor é o pai e os irmãos, os colegas; neste, o pai é o professor e os colegas, os irmãos.

O Lar dá-nos a lição do amor; a Escola o cultivo da inteligência. Um completa o outro, pois se o lar aformoseia o espírito, a escola aperfeiçoa o caráter.

O Lar educa e a Escola instrui; aquele sensibiliza o coração e esta agita o cérebro. O coração comanda as emoções e o cérebro domina os sentimentos.

O Lar é o sonho; a Escola é a realidade. Um propõe e o outro dispõe; propor é conceber e dispor é dominar.

O Lar é o santuário da verdade; a Escola é o templo da ciência. A verdade afirma e a ciência perquire.

O Lar é a fé; a Escola é a esperança. A fé é a estrela que cintila no firmamento e a esperança é o luzeiro que brilha na terra.

O Lar é o sacrário da virtude; a Escola é o tabernáculo do saber. A virtude eleva o espírito e o saber engrandece o homem.

O Lar é o ponto inicial da grande jornada e a Escola é o caminho a percorrer. Se um é a luz que resplende no passado, a outra é o farol que ilumina o futuro.

O Lar é o altar do nume tutelar e a Escola é o trono do gênio criador. O altar é a porta do céu que se abre para a terra; o trono é a porta da terra que se volta para o céu.

O Lar é o porto feliz que ficou para trás e a Escola é o barco que conduz através do mar proceloso. O primeiro oferece a segurança isenta de trabalho; a segunda concita a conquistá-la pelo próprio esforço.

O Lar é o refúgio tranquilo a acenar com a bandeira da saudade; a Escola é o campo da luta a desafiar com o estandarte do ideal. A saudade é a tristeza que refulge no passado; o ideal é a promessa que alumia a alvorada do futuro.

O Lar é o berço que acalanta e a Escola é o barco que embala. Um tem o doce misticismo das águas mansas do lago solitário; a outra, o mistério impressionante das ondas revoltas do mar.

O Lar é a tranquilidade que amalha e a Escola é o dinamismo que constrói. Aquele traz o sossego que reconforta e esta a luta que dignifica.

O Lar é a infância que refloresce e a Escola é a juventude que frutifica. A infância é a paz que encanta; a juventude é a glória que seduz.

O Lar é o rio bonançoso da planície convidando a sonhar e a Escola é a catarata impetuosa a despertar as energias adormecidas. O rio é o traço líquido que enfeita a paisagem; a catarata é a força indômita que o transforma.

Lar e Escola, binômio maravilhoso, fonte do belo que deslumbra e da razão que desperta; da moral que exalta e do direito que liberta.

Símbolo eterno do amor e do dever, são as bases em que se firmam as mais fagueiras esperanças da integração final da criatura ao seu Criador.

Voltando ao Cachoeiro antigo

Manoel Gonçalves Maciel

1 - Singular negociação de uma Farmácia

No dia 10 de janeiro de 1880, Altino Dias da Rosa comprou do farmacêutico Cornélio Augusto Figueira a farmácia denominada Nossa Senhora da Conceição, situada na rua 25 de março, da então vila de Cachoeiro de Itapemirim, com todo o estoque de remédios, vasilhames, acessórios e armários envidraçados. O preço foi 5:000\$000 (cinco contos de réis), em três pagamentos: o primeiro, de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), no dia 10 de janeiro de 1881; o segundo, da mesma quantia, em 10 de agosto de 1882; o terceiro, da quantia de 2:000\$000 (dois contos de réis), em 10 de abril de 1883, com juros de 12% sobre o valor das letras depois de vencidas. E dizia a longa escritura: "a dívida a receber de diversos fregueses da pharmacia fazem parte integrante da venda, ficando a cargo do comprador cobrá-las, exceptuando somente as dívidas seguintes: Eugênio Amelio, da Fazenda da Safra; do Padre Manoel Leite de Sampaio Melo; de João Paulo Ferreira Rios; de Antonio Bernardino Ferreira Rios; de Antonio Pereira Soares; de doutor Gil Dinis Goulart; de Carvalho, Gama e Machado; de Samuel Levy, de João Marques e Irmão; Joaquim Pires de Amorim; e de Bento José Martins de Mattos". Estas pessoas, sem a menor dúvida, eram de longa data conceituadas e, portanto, merecedoras de alto crédito na localidade.

Mas isso era nos velhos tempos, quando, no trecho final dos atos firmados em cartório dizia assim: "Em seguida me foram apresentadas estampilhas no valor de dois mil réis que vão no final coladas e inutilizadas na forma da Lei". E lá apareciam as estampilhas, digamos, 5 de 400 réis - Império do Brasil - sobre as quais, as devidas assinaturas. Jurava-se a verdade, atravessando-as com as assinaturas, apesar de que, àquela época,

a palavra do homem fazia-se acreditar piamente, dava-se a ela inteiro crédito, pois os homens eram francos e honestos, comportavam-se muito de acordo com os princípios da probidade e da honra, geralmente os negócios eram inspirados pela retidão e fidelidade. Ainda há poucos anos, ouvia-se dizer que, antigamente, um fio de bigode, puxado de um cidadão para outrem, para afirmar a "palavra dada", valia tanto quanto um compromisso firmado em cartório.

2 - Cachoeiro perde mais um pedaço do seu Patrimônio Histórico

Com as suas longas e altas paredes, a Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim ostentava a pompa de pertencer a patrimônio histórico. Depois de 79 anos, desde que foi construída, com as máquinas e os teares manufaturando tecidos de algodão, quase dois milhões de metros por ano - 1920, com 161 teares, 287 operários, sendo 186 mulheres - sofre, agora, o impacto e a fúria das marretas e das alavancas no processo de sua total demolição para dar lugar a um empreendimento imobiliário. Dizem que é por causa do drama e a voracidade do progresso, que marcha para a frente, para os lados e até para trás em nome da civilização, mas, nessa trajetória, faz com que movimento e história inimizem-se.

Agora, que a cidade está em clima de história, em livros e colunas de jornais, seu povo precisa se preparar para receber, concomitantemente, estes tipos de lances em todo o seu realismo. O acontecimento é realmente triste, no ponto-de-vista real; é mais um fato do retrocesso que está ocorrendo ao patrimônio que faz lembrar uma época palpitante da história de Cachoeiro de Itapemirim. E tudo que é consagrado pela história passa a pertencer ao povo - é um preceito constitucional - e o povo, quase sempre, não recebe sequer um pedido de opinião, não é consultado, tomam-lhe tudo com violência e injustiça.

Ainda bem que, há poucos dias, passando por ali, registramos, corroída pelo tempo, a velha chaminé de tijolo, através da qual era libertada a fumaça da caldeira e, de cujo topo, em horários regulares, ecoava pela cidade o som do apito, indicador de lugar de trabalho e de atividade construtiva.

A Linha do Trem

Ivan Borgo

Naqueles primeiros tempos não se percebia qualquer marca do homem na região. Não havia, naqueles ermos, sinal de uma história na acepção de algo que ultrapasse o meramente local. Mais especialmente, em seu sentido de ação sobre a Natureza num nível que possibilite crescimento. Perdoem-me os contemplativos. Os que vêem nisso, **sempre**, uma agressão, talvez não se dêem conta de que sem uma ação desse tipo as suas (nossas) próprias existências teriam sido improbabilidades estatísticas. A história os (nos) tornou possíveis e, também, às nossas circunstâncias.

Por tudo isso, creio que essa capelinha construída em 1891 é uma significativa marca de um tempo inicial. Essa grossa árvore de cedro, na beira da mata, quase defronte a capela, deve ter assistido aquele punhado de pessoas, tontas dentro da mata virgem, empenhadas numa tarefa quase insensata. Ao invés de estarem preocupadas apenas com o plantio do feijão, do café, da mandioca e do milho, gastavam um bom tempo procurando e trabalhando o material necessário para erguer as estruturas principais da capela; pedras para alicerces, madeira de lei para esquadrias e bancos, etc. É bem verdade que nesse propósito não se distinguiam formalmente dos "homens tradicionais" de todos os tempos e quadrantes. O traço peculiar desses desbravadores pôde ser encontrado na maneira como agiam sobre a terra e no valor que emprestavam a seu trabalho. Um valor de cunho moral mas que já trazia um forte traço econômico. (Lembremos que as lavouras de café do Espírito Santo, fundamentais para o ingresso efetivo do Estado na corrente histórica, tiveram incremento muito importante a partir da vinda dos imigrantes europeus).

Na floresta tropical sentiam-se perdidos porque as inúmeras armadilhas os surpreendiam constantemente: os mosquitos das febres, as cobras com suas picadas mortais, a solidão que os alucinava. Tenho a certeza de que essa capela foi uma âncora no redemoinho em que se viram envolvidos.

É possível imaginar as primeiras atitudes dos imigrantes quando a capela ficou pronta. Por exemplo, posso ver o velho Pietro indo até o fundo do baú e retirando a estampa novinha de Santo Antônio, uma litogravura trazida da Itália, esticando-a e colocando-a num quadro retangular feito de pedaços de madeira retirada da mata. A partir de então, eles, com suas famílias, podiam vir rezar regularmente o terço e regressar para suas casas à luz das estrelas. É provável que a partir daquele momento tenham podido finalmente olhar a mata e tudo o que era diferente em seu novo país, e dizer: "Estamos aqui!" A partir de então puderam começar a amar aquelas terras de sua nova pátria onde haviam conseguido imprimir um traço de sua identidade.

Poucos lustros depois de construída a capela, a Leopoldina Railway fez passar a linha do trem em suas proximidades. O fato teve sabor de conquista significativa. A capela podia uni-los na crença comum mas, ainda assim, sentiam-se dolorosamente ilhados naquela profunda solidão. A linha do trem, agora, fazia com que eles tivessem a sensação de que não mais estavam perdidos dentro do grande mundo verde. Imagino Pietro olhando fascinado aquelas linhas paralelas que seguiam retas até o parreiral e, mais além, se perdiam na curva do caminho em busca do mundo fora dos limites geográficos impostos pelas circunstâncias.

PS - Esta nota tem por finalidade registrar o centenário da Capela de Santo Antônio, situada no lugar denominado Santo Antônio, Distrito de Araguaia, Município de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, fundada em 10 de dezembro de 1891 e construída principalmente por Pietro Borgo, Giacomo Gagno, Belli Gaspero, Angelo Monteverde, Andrea Zofanelli, Giovani Dordenone, Giuseppe Pelanda, Hercole De Martin, Cirineu Dasilio, Luigi Del Lano, Giuseppe Maisente e Amadeu Sasso. (Esta relação de nomes consta do livro **Do Veneto para o Brasil**, de Douglas Puppín, escrito em 1981, p. 419). IB - dezembro de 1991.

A Justiça e o Ministério Público Capixabas no início do século

J. Pires Amorim

Em 1907 a Corte de Justiça, hoje Tribunal, compunha-se de cinco Ministros, atualmente Desembargadores.

O Ministério Público era chefiado somente por membro da Corte, com a denominação de Procurador-Geral do Estado, exigindo-se para o ocupante dessa função, além de outros requisitos, a idade mínima de 35 anos.

Com a reforma da lei, o cargo de Procurador-Geral passou a ser exercido por formados em Direito, embora não fizessem parte do Poder Judiciário.

Pertenciam à nossa Corte em 1907, os Drs. Luiz Manoel Mendes Veloso, Presidente, baiano; Getúlio Serrano, paraibano; Gregório Magno Borges da Fonseca, baiano; Antônio Ferreira Coelho e Barcímio Paes Barreto, pernambucanos; por coincidência, todos nordestinos.

Com exceção do Dr. Veloso que contava 71 anos, os demais Ministros estavam na faixa etária de 50 anos, não havendo limite de idade para a permanência no serviço ativo, motivo de alguns tribunais contarem com magistrados octogenários.

Nomeado pelo Presidente Henrique Coutinho, o advogado José Belo de Amorim assumiu a 12 de julho de 1907, o cargo de Procurador-Geral do Estado, presentemente Procurador-Geral da Justiça.

Tratava-se de um cachoeirense, com 32 anos, Deputado Estadual e chefe político no município de Alegre.

A posse do novo chefe do Ministério Público, contando menos da metade da idade do Presidente da Corte, a fim de evitar explorações políticas, quanto aos seus verdes anos e a acumulação, foi justificada devido

ao precedente aberto: os Drs. Afonso Cláudio e Sérgio Loreto exerceram essas funções com pouco mais de 30 anos e, sobre o mandato legislativo, a lei da época permitia a acumulação.

Assumindo o Governo do Estado a 23 de maio de 1908, o Dr. Jerônimo Monteiro proibiu, para evitar a acumulação, que os auxiliares de sua administração desempenhassem qualquer função legislativa.

Dos parlamentares incursos nessa hipótese, apenas José Belo de Amorim optou pelo mandato, enquanto Antonio Ataíde, Araújo Aguirre, Clodoaldo Linhares e Olímpio Lírio optaram pelos cargos que exerciam.

No Diário da Manhã, de 3 de junho de 1908, lemos a seguinte nota sobre a posição do Deputado Belo Amorim:

"Por ter optado pelo cargo de Deputado ao Congresso Legislativo, exonerou-se ante-ontem das funções de Procurador-Geral junto à Corte de Justiça, este nosso distinto amigo que durante o lapso de tempo em que exerceu o fez sempre com critério e competência, de modo a merecer as justas simpatias a que tem incontestável jus o seu caráter franco e leal".

Documentos para a História

Oração à Juventude

Rubem Braga

Discurso do paraninfo RUBEM BRAGA, rouco no dia da festa, lido pelo Dr. Deusdedit Baptista e que publicamos, na íntegra, considerando a sua importância como exortação à juventude a que seja, no amanhã que virá, uma geração diferente da atual, consciente de sua responsabilidade e da significação do seu trabalho para o futuro da terra brasileira.

É uma "peça rara" por seu conteúdo literário e pela mensagem que contém.

Meus jovens amigos,

Quero antes de tudo agradecer a grande honra que me deram as normalistas da Escola Normal Elísio Imperial e os concludentes do Curso Científico do Liceu, ao me convidarem para paraninfo. E me pergunto por que mandaram vir do Rio este senhor gordo de cabelos brancos, que todos sabem não é orador, para fazer um discurso esta noite. Fui, entre estas mesmas paredes, um ginasião magro, medíocre e tímido que nunca teve notas muito brilhantes e duas vezes teve que fazer segunda época para passar de ano. Na verdade fui um aluno apenas regular e, se algumas vezes tirei notas boas, foi em composição literária; mesmo assim meu exame de português não foi lá essas coisas, ainda bem que tivera 8 na prova escrita. No exame oral o examinador me mandou conjugar o verbo VIR. Comecei muito bem: eu venho, tu vens, ele vem... Depois ele pediu o pretérito perfeito, e não tive dúvidas: eu vim, tu vieste, ele veio... E o futuro? eu virei, tu virás, ele virá... E o pretérito imperfeito? Pretérito imperfeito? Pensei um pouco e mandei brasa: eu vinha, tu vinhas, ele vinha, nós vínhamos, vós vínheis, eles

vinham. E o imperfeito do subjuntivo? Imperfeito do subjuntivo? Im-per-fei-to do sub-jun...tivo...Senti naquele momento que estava tendo um ataque de burrice... Na verdade não me lembrava mais que tempo era aquele. Subjuntivo eu sabia. É depois de um pequeno, mas angustioso silêncio, resolvi me sair com esta: Bem, o subjuntivo é, que eu venha, que tu venhas... Mas o examinador me interrompeu:

Eu não lhe pedi o subjuntivo presente. Pedi-lhe o imperfeito do subjuntivo!

Embатуquei. Comecei a suar. O examinador não era professor daqui; era um sujeito vindo da banca examinadora do Rio. Lembro-me que era muito moço e usava óculos. Meu silêncio era penoso. Um outro examinador cochichou alguma coisa ao ouvido daquele que me interrogava, e resolveu me ajudar: se eu vi...

Ah, sim! E me pus alegremente a conjugar: se eu vinhesse, se tu vinhesse, se ele vinhesse... Mas o professor me interrompeu:

Se eu o quê?

Se eu vinhesse, se tu vinhesse, se ele vinhesse...

O homem abanava a cabeça, e me interrompeu novamente. Não é este tempo mesmo, professor, que o senhor perguntou?

Ele disse: O tempo é este mesmo, se eu vi... mas você está pronunciando mal. Pronuncie com toda a clareza.

Não tive dúvida: Se eu vinhesse, se tu vinhesse, se ele vinhesse, se nós vinhéssemos, se vós vinhésseis, se eles vinhessem.

Não era possível pronunciar mais claramente. Eu quase gritava. O pior é que o homem fazia uma cara de desgosto, de reprovação:

Você tem certeza de que é assim mesmo se eu vinhesse, se tu vinhesse...?

Fiquei calado.

Tem certeza ou não tem?

Tenho.

O senhor está nervoso. Estou vendo aqui sua prova escrita: É muito boa. Não é possível que o senhor pratique um erro tão horrível como este. Já chamei sua atenção para a pronúncia. Estou tentando ajudá-lo...

O fato é que cada vez eu ficava mais nervoso - e mais burro. Até então o examinador me chamara de você; se estava agora me tratando senhor é porque o caso era grave.

Vou lhe dar uma última chance. Acalme-se. Conjugue novamente...

E novamente lá vim eu: Se eu vinhesse, se tu vinhesse...

O senhor é teimoso. Pode retirar-se.

Levantei-me vermelho. E logo que saí um colega de classe me pegou

pelo braço e me disse: você está maluco? Que negócio de vinhesse é esse?

É viesse... Ainda quis abrir a boca para dizer que eu tinha razão, mas no mesmo instante senti o meu erro, compreendi toda a extensão de minha burrada...

Meus jovens amigos. Conteí uma história. Qual a moral? Bem, a moral da história é que o verbo vir é irregular. A gente diz eu vinha, mas não pode dizer se eu vinhesse, como seria lógico. A lógica não resolve tudo na vida; a lógica pode induzir a grandes erros. Cada um de nós deve desconfiar de sua própria lógica e ser menos teimoso e mais humilde. Há muitos verbos irregulares na língua portuguesa. E quem chegou à minha idade tem a tentação de dizer que todos os verbos são irregulares; mesmo quando um deles se conjuga bem direitinho na gramática e serve de paradigma, como esse verbo amar, esse terrível e misterioso verbo amar, acabamos por sentir que na conjugação da vida ele costuma ser irregular, irregularíssimo: eu amo, tu amaste, se ele amasse, nós amaríamos, vós teríeis amado, eles se desamaram...

Viver é, na verdade, o mais irregular dos verbos. Mas o essencial não é acertar sempre: é tentar acertar, é não ter medo de enfrentar nenhum modo nem tempo: É não insistir no erro, mas insistir na força e na beleza e na dignidade de viver.

Eu falei da beleza e da dignidade da vida. Essas palavras, nesse sentido, são quase sinônimas porque a vida só é bela quando a podemos viver com dignidade.

Este é o problema de cada um; mas quando deixamos de pensar na vida de cada um de nós e pensamos na vida pública, então devemos dizer: este é o problema de todos, e este deve ser também o problema de cada um.

A nossa vida pública está vivendo agora, exatamente, um dos seus momentos mais melancólicos. Quem nasceu nesta terra, como eu, e vive lá fora, como eu vivo, chega a sentir, de vez em quando, vontade de esquecer que é do Espírito Santo. Todas as notícias que lá nos chegam sobre a nossa vida pública são de acusações, de roubalheiras, de processos, de corrupção, de venalidades, de sujeiras. Quando me perguntam qual é a verdade, respondo honestamente: não sei. Estou fora de sua política: tenho amigos que pertencem às diversas facções; não acuso ninguém, não defendo ninguém. Não sei nada. Ou melhor, só sei de uma coisa: a nossa geração, a minha geração nada conseguiu criar de belo e de bom para o Espírito Santo; uns porque se acomodaram, outros porque se apaixonaram, estes por fracos, aqueles por incapazes, tal por ambicioso, tal por displicente - mas a verdade é que, vista e ouvida lá de longe, a vida pública do

Espírito Santo é uma paisagem de brejo, com sapos de vozes variegadas a coaxar na lama, todos gritando, e ninguém se entendendo. Nem ao menos se discutem problemas coletivos ou idéias gerais: tudo fica no âmbito estreito dos conflitos pessoais, na mesquinhez das eternas lutas de grupos e de interesses. Sei que no meio desse pântano fremente de batráquios há pessoas de bem, homens clarividentes e puros, honestos e sinceros: mas esses ou estão calados ou o barulho é tanto que lá de longe não conseguimos ouvir suas vozes.

Ainda rapazinho eu assisti à vitória da revolução de 30. Vi algumas outras revoluções depois, umas derrotadas, outras vitoriosas. O que não vi melhorar, foi o tônus de nossa vida pública: ela continua baixa, mesquinha, triste.

Parece que é lícito a um paraninfo dar conselhos; mas eu, como sou dessa geração que não soube ou não pôde, em sua maioria, nem ao menos quis consertar nada, eu não me julgo com autoridade para vos dar conselho algum. Quero entretanto vos fazer um apelo: jovens, não entreis nesse pântano; não tomeis partido nessa briga de sapo intanha com sapo tanoeiro; não vos conformeis com um futuro mesquinho de pererecas a dar saltos para abocanhar insetos; não peçais, como as rãs da fábula, um rei para vos oprimir - nem rei paisano nem rei fardado. Sois jovens; o Espírito Santo, o Brasil, o mundo são vossos, fatalmente vossos. E o vosso mundo será o que vós fizerdes dele. Acreditai em vós mesmos: pensai e repensai com isenção, com esforços, com todo carinho, sem preceitos, honestamente, os problemas humanos e sociais de nossa terra; e sempre que encontrardes uma solução lutai por ela sem medo, honradamente, teimosamente, limpa-mente. Isto que aí está não pode piorar; e vós, só vós, podeis criar algo de melhor: trabalhai com o povo, para o povo, confiando no povo para que ele possa confiar em vós.

Este é o meu apelo; esta é a vossa tarefa: isto é a nossa esperança; que Deus nos acompanhe, e vos ajude!

Correspondência entre Escritores

Guilherme Santos Neves a
Hermógenes Lima Fonseca

Vitória (Mata da Praia), 1º de Março, 1980 *

Hermógenes, Amigo do peito:

Recebi, em fevereiro, sua longa e saborosa carta. Li-a e reli-a, nela admirando o minucioso relato das festas a que você aí assistiu e de que participou, festas em louvor do **nosso** querido São Benedito.

Quem dera pudesse o **velho** Guilherme aí estar, em sua companhia, saboreando, outras vezes, o rico e precioso folclore barrense...

Tal, porém, não mais ocorrerá, pois o velho Gui, com suas incuráveis dores de coluna, não creio possa, como outrora - bons tempos aqueles!... - sentir, de perto e ao vivo, a riqueza e a beleza das festas da gente-povo do norte capixaba.

Mesmo assim, Hermógenes, através do seu relato, de sua linguagem - linguagem escrita e **falada** em sua carta - senti que o nosso Bino Santo deve ter, contente e ufano, saboreado a devoção que ainda lhe dedica a boa gente de Conceição da Barra.

Suas 11 páginas, Hermógenes, eu as li e reli. São páginas que bem merecem publicação - excluídas, claro! as referências ao "mestre Guilherme", seu "querido cumpadre que (velho como é) deve estar "drumindo e sonhando com os batecuns dos pandeiros e dos tambores das bandas de congos do povo de São Benedito"...

* Última carta escrita por nosso saudoso consócio Guilherme Santos Neves ao consócio Hermógenes Lima Fonseca.

Soube, agora, pelo Maciel, que você e os seus se fixaram aí no Pixingolê. Tal mudança, porém, não evitará - assim o desejo e espero - que, vezes várias, virão você e os seus a Vitória, para reverem amigos, entres estes eu, Renato e outros. Certo?

Com esta esperança, Hermógenes, aqui fico, aguardando a vez e as vezes desse contacto cordial e amigo. Combinado?

O cordial abraço, para você e toda a sua família, aqui lhe envia o velho velho velho

Guilherme

Guilherme, amigo do paião,
Vitória (Mata de Fria), 15 de Março, 1930 *

Facilita, em primeiro, sua longa e laboriosa carta. Já a recebi, nela
admirando o mundo maravilhoso que você descreve e o que para mim
é uma nova vida. Quem dos países o velho Guilherme se está, em sua companhia,
sabendo, outras vezes o não e próximo futuro futuro...
Tal, porém, não mais ocorrerá, pois o velho Guilherme, com sua incalculável
de coragem, não o deixará, como outros - não tem tempo suficiente... - sentindo
pelo seu filho e a paz das coisas da gente - o povo do norte capitalista
- mesmo assim, Hermógenes, ainda do seu lado, do seu lado, do seu lado,
incapaz de sair e ficar em sua casa - sentindo que o novo Brasil deve ter,
contando e vendo, sabendo a verdade que ainda se dá a nos países da
Condição da Gente.

Sua 11 páginas, Hermógenes, eu as li e sei 250 páginas que bem
merecem publicação - excelsa, dando as referências ao mesmo Guilherme, seu
muito amigo que (velho como é) deve estar "brumido" e contando com
os poderes dos poderes e dos tempos das bandas de corpos do povo da
São Paulo...

* Livro não existe por não ter sido publicado. Guilherme, seu filho, em Vitória, 15 de Março, 1930.

Parque Moscoso *

Raul de Oliveira

Parque Moscoso
saudade eterna
de minha infância,
das manhãs bonitas
cheirando a acácia,
quando brincava de barra,
gangorra e tirava oitis.
E com anzol de alfinete
pescava carás com isca de pão,
pescando, também, a minha solidão...

Parque Moscoso
de muita lembrança:
Das tardes estudando,
das "gazetas" fazendo,
bola de gude
e papão jogando,
do Grego fotógrafo,
alegre e amigo da gente,
de Grijó, flor na lapela,
correndo atrás da "Gangue"
por uma qualquer travessura,
indiferente à brincadeira pura...

* Este poema, entregue à Redação da Revista pelo consócio João Borgo, é publicado pela forte evocação de uma dada época em Vitória, no Parque Moscoso.

Parque Moscoso
do meu tempo de menino,
bebedouro tão grande
e eu tão pequenino.
Das fontes luminosas
e das águas dançantes.
Dos barquinhos no lago
e das rosas perfumosas.
Do sapo boi de cimento,
dos jacarés tomando sol,
dos gansos, socós e paturis.
Das mangueiras de poucas mangas
e do tamarindeiro
de muitos tamarindos
com gosto de minha infância
e do desgosto da intolerância...

Parque Moscoso
das "pongas" nos bondes
"Santo Antônio" e "Circular"
sempre seguidas
do pega-pega
do bom condutor Pizani.
Da briosa polícia,
das retretas no coreto.
Que beleza! Que banda!
Quantos dobrados.
E a alegria e orgulho
dos músicos apreciados
sob a batuta do Mestre Xavier.
Ainda me lembro do gordo da tuba
e de "Ibira" do pequeno flautin
e de muita lembrança de mim...

Parque Moscoso
vizinho do Cinema Polyteama,
da matiné e sessão "Colosso".
Das séries "Flash Gordon"
e "Besouro Verde".
De Simão do violão,

de Moacyr Bacana
com seu sapato branco.
Era o terror das "graxeias",
de Moacyrzinho e Zezinho na barra,
de Picola e Clovis "Cambacirra"
de Ciroca, Aristides e Lula,
de Zé Nunes, Bebelo, Joel e Jarbão,
De Macêdo, Dall'Orto, Zonga e Coinha,
de Fenelon e Mauro Quitaes.
E quantos que já não lembro mais...

Parque Moscoso
ouvinte tranqüilo
das grandes orquestras
do Clube Vitória.
Das festas bonitas
e das elegantes senhoras.
Dos longos e do perfume "Ma Griffe"
e "Je Reviens" a inebriar a todos
os pares, na penumbra do salão.
Da hora do guri e do porteiro Cristóvão
dos garçons Pacheco, Alípio e Paraguaio.
Dos bailes das debutantes
para o encanto de toda gente
e para o meus sonho adolescente...

Parque Moscoso
da "Gente Bem"
que jogava tênis
e gritava "Plei"
ou coisa parecida
e que a muitos
seria uma homenagem
ao interventor Bley.
Era bonito o espetáculo.
E os uniformes brancos
modelavam bem os corpos femininos,
sob o olhar da garotada,
trepada nas árvores
sem entender a jogada.

Quanta ingenuidade
e de mim quanta saudade...

Parque Moscoso
do Parque Infantil
de Hilda Pessoa Prado
mestra de gerações mirins;
da Escola Santa Terezinha
de Dona Ormy e Dona Nenem
minhas professoras diletas.
Dos colegas Ataré, Rosinha Magali,
Roberto Carneiro, Heloisa e Celina
recordando da época, ainda,
de Vitorinho e Janete
Landinho e Marinho, Cito e Cici
de Irene e Elcio
de Bayensinho e Olguinha.
Ah!! Lembranças tantas, saudade sozinha...

Parque Moscoso
do Orquidário
verdadeiro relicário
da minha juventude.
Das "Labyatas"
das "Catléias"
tão bem descritas
pelo vigia local;
do livro de visita,
quanta bobagem escrita,
que hoje ao relembrar,
peço perdão por todos.
E homenageio aqui,
aquele fiel
e dedicado funcionário
do nosso Orquidário...

Parque Moscoso
à tarde, o encontro
de todos os colégios.
Verdadeira revoada

de pássaros colegiais,
numa mistura de vozes
com as do canto do pardais.
À noite, na Alameda
o "footing" das empregadas.
Quanta gente, meu Deus!!
e quantos soldados...
Depois ouvia-se do quartel
o toque de silêncio
e tudo terminava.
O Parque Moscoso dormia.
e eu? eu, o que fazia?

Parque Moscoso
dos meus encantos
aberto a quatro cantos.
Verdadeira passarela
da minha liberdade.
Dos encontros de tipos populares
Otinho, Rainha das flores e Grapua.
E até das bichas da época:
Arnaldo, Dudu e Campista
desfilando com seus requiebrs
e chupando "Beijo frio"
sob o olhar repreensivo
da gente de família.
Quanta hipocrisia...

Parque Moscoso
das brigas e do carnaval
do tablado e da lança-perfume
dos mascarados de vara na mão:
"Você me conhece? Você me conhece?"
e entre eles a minha irmã Fernanda.
Dos homens de aço e da Burrinha.
do bloco "Chapéu de Lado"
ou do meu próprio bloco,
aquele que pedia ao transeunte
algum dinheiro, com o refrão:
"Todo mundo deu só o senhor

é quem não deu".

Ah!! Quanta lembrança

que bom meu tempo de criança...

Parque Moscoso

jóia verde de Vitória

guardião silente de minha estória,

testemunha muda

de todos os namorados da ilha,

muitos deles até hoje gravados

nos troncos e folhas de suas plantas,

flechando vegetais corações.

A sombra de suas árvores

ajudou as mãães e amas

a embalar todas as crianças.

A sua grama foi pisada

e até hoje guarda as marcas

de todos os pés de menino.

Babá gigante de minha geração

a minha eterna gratidão...

Parque Moscoso

eu já colegial

e com minha namorada.

Ela do Colégio Americano

e eu do Salesiano.

Como é mesmo o nome dela?

Por que a gente cresce?

e naquele parque,

quantas confidências,

quantos versos,

quantas canções,

quanto amor jurado,

quanto amor terminado,

e o meu choro chorado...

Parque Moscoso

do banco redondo,

perto do túnel,

perto da ponte,

perto da fonte,
perto das flores,
da Ilha dos Amores.
Morada de tanta magia.
Do soldado roubando
da gente o sossego,
por causa de um beijo,
de um beijo roubado,
de um beijo inocente,
de um beijo beijado,
que grande pecado...

Parque Moscoso
quanta tristeza um dia:
já não mais a infância
somente a realidade.
E no banco redondo
o adeus foi trocado
e o amor mutilado.
Zangão sem abelha,
silêncio sem toque,
favo sem mel
prisão sem quartel...

Parque Moscoso
todo uma saudade
saudade palavra dor,
e palco final
do meu grande amor
que foi plantado um dia
com a terra da sinceridade
e regada com lágrima
de amor primeiro
até murchar os sonhos meus,
no bálsamo triste do adeus...

Parque Moscoso
hoje a recordar,
sinto nas folhas que não caíram
dos galhos de suas árvores

o meu passado a ecoar,
e a ti pergunto:
que é da minha infância?
que é da minha juventude?
que é dos meus amigos de criança?
que é do meu amor primeiro?
E qual milagre divino,
na ilusão, ainda, do meu tempo de menino,
esquecendo todas as dores,
revejo todos, todos no meu sonho.
Ali, sentados,
naquele banco redondo,
perto do túnel,
perto da ponte,
perto da fonte,
perto das flores,
da Ilha dos Amores...

Relatório da Diretoria

Vitória, 12 de maio de 1992

Do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do E. Santo

à Assembléia Geral Ordinária de 13.05.1992.

Senhores sócios:

Cumpro determinação estatutária, apresentando **RELATÓRIO** de atividades referente ao período administrativo que se iniciou em 12 de junho de 1991.

1 - Foram realizadas, sempre às quartas-feiras, 15 (quinze) sessões de diretoria, abertas aos sócios.

2 - O Instituto patrocinou as seguintes palestras, a cargo de ilustres consócios:

27.08.91 - O fundador de Rio Novo - Arlete Cypreste.

04.09.91 - Razões da independência - Léa Brígida de Alvarenga Rosa.

25.09.91 - Arquitetura como doc. histórico - Maria Izabel Perini Muniz.

16.10.91 - O rio Itabapoana - Consócio Pedro Teixeira.

03.11.91 - O Líbano - drama de um pequeno grande país - Mintaha A. Campos.

- 13.11.91 - 1º Centenário da Constituição de 91 - Mario Bonzano.
- 27.11.91 - Cultura política e impasses democráticos - João Gualberto.
- 04.12.91 - Adversidades do clima de Vitória - Ricardo Brunow Costa.
- 08.04.92 - História dos Bancos do Espírito Santo - Ormando Moraes.
- 22.04.92 - Seminário sobre o patrimônio histórico - Cristiano W. Fraga.

3 - Tomou posse festiva, no dia 31.10.91, o consócio Ministro José Carlos da Fonseca.

4 - Em 4 de dezembro de 1991, foi lançado o livro do consócio Antônio Coelho Sampaio, **O fel dos deuses**.

5 - Em 18 de dezembro do ano findo, foram entregues, festivamente, diplomas de sócios honorários ao Prefeito Vitor Buaiz, Vice-Prefeito Rogério Medeiros e Câmara Municipal de Vitória.

6 - No dia 29 de abril foi, sob a presidência de Maria Lúcia Zunti, instalado festivamente o núcleo municipal de Linhares, contando com 10 (dez) sócios correspondentes.

7 - No dia 25.09.91 tomaram posse em Cascais, Portugal, nossos consócios Dom Fernando Albuquerque, Professor Dr. Souza Lara, Arquiteto Marcelo Moraes, Senhor Benjamim Diniz e Comendador Joaquim Baraona. No mesmo dia, na bela cidade turística portuguesa foram empossados, como sócios da Academia de Letras e Artes de Cascais, nossos confrades Léa Brígida de Alvarenga Rosa e Miguel Depes Tallon.

8 - O ponto alto das atividades do ano findo foi, com base na Lei Municipal nº 3.748 de 26.09.91, a assinatura de Convênio com o Prefeito Municipal de Vitória, Dr. Vitor Buaiz, que dá condições de sobrevivência ao Instituto. O Instituto já fez pesquisa sobre a Ilha de Trindade, e indicou textos para a coleção Memória da Cidade da PMV. Editou um número da Revista (nº 41) dentro do Convênio, e está em vias de editar dois Cadernos de História. Através da Lei Rubem Braga, o consócio João Gualberto Vasconcellos está coordenando pesquisa sobre Identidade Cultural de Vitória, em andamento.

Não posso deixar de encerrar este Relatório sem consignar, aqui, voto de pesar pelo falecimento, em janeiro de 1992, de nossa Benemerita, D. Maura de Senna Pereira, companheira, durante muitos anos, de nosso

consócio Almeida Cousin. Como é sabido Dona Maura deixou para o Instituto um apartamento, no Leblon, Rio de Janeiro, vinculado à publicação das obras inéditas de seu saudoso companheiro. A Diretoria nomeou comissão composta de Ormando Moraes, José Garajau da Silva e Frederico Teixeira Filho para recebimento do imóvel, o que deverá ser feito em breve tempo.

Agradecemos a todos os que cooperaram com o Instituto, mui especialmente ao Prefeito Vitor Buaiz e Vice-Prefeito Rogério Medeiros, aos membros da Diretoria, pessoal de nossa Secretaria (agora desfalcada com a volta do pessoal da UFES que tão relevantes serviços prestou durante mais de dez anos ao Instituto) e todos os Consócios. (1)

A oportunidade me serve para que apresente a todos os consócios presentes a esta AGO votos de consideração e respeito.

Renato José Costa Pacheco
Presidente

1 - Posteriormente, em julho de 1992, por interferência do consócio Francisco Aurélio Ribeiro, o convênio UFES/IHGES foi consolidado.